



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE MARÇO DE 1979

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Duarte Arnaut

Secretários: Ex.^{mo} Srs. Alfredo Pinto da Silva
 José Gonçalves Sapinho
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Continuou e conchuiu-se o debate na generalidade sobre as propostas de lei n.os 222/I e 227/I — Orçamento Geral do Estado e grandes opções do Plano para 1979 —, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Magalhães Mota (PSD), Veiga de Oliveira (PCP), Sousa Marques (PCP), Nuno Azevedo (CDS), Brás Pinto (Indep.), Emídio Pinheiro (CDS), Narana Coissón (CDS), Vítor Louro (PCP), Carlos Rohalo (CDS), António Portugal (PS), Vasco da Gama Fernandes (Indep.), Aires Rodrigues (Indep.), Ferreira Lima (PS), Nunes de Sousa (PSD), António Loja (PSD), António Vasconcelos (PSD), Adélio Barreiros (UDP), Rui Pena (CDS), António Guterres (PS), Carlos Brito (PCP), Sérvelo Correia (PSD), Lucas Pires (CDS), Sá Carneiro (PSD) e António Guterres (PS).

Por parte do Governo, usaram da palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Álvaro Barreto) e, a encerrar o debate, o Sr. Primeiro-Ministro (Mota Pinto).

Seguiu-se a votação na generalidade das duas propostas de lei, tendo sido ambas rejeitadas. Fizeram declaração de voto os Srs. Deputados Adélio Barreiros (UDP), Vital Moreira (PCP), Rui Pena (CDS), Moura Guedes (PSD) e Sousa Gomes (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 0 horas e 15 minutos do dia seguinte

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Augusto M. da Silva Andrade.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.

António Chaves Medeiros.

António Duarte Arnaut.
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 António José Pinheiro da Silva.
 Armando F. C. Pereira Bacelar.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
 Dieter Dellinger.
 Fernando Reis Luís.
 Florêncio Quintas Matias.
 Francisco de Assis de M. Linó Neto.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Henrique do Carmo Carminé.
 João Joaquim Gomes.
 João da Silva.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 José Gomes Fernandes.
 José Macedo Fragateiro.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Manuel Branco Ferreira Lima.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre M. de Sousa Figueiredo.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Emlia de Melo Moreira da Silva.
 Raul D'Assunção Pimenta Rego.

Partido Social Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 António Augusto Gonçalves.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António José dos Santos M. da Silva.
 Armando António Correia.
 Arnaldo Ângelo Brito Lhamas

Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Augusto Nunes de Sousa.
 Fernando Adriano Pinto.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Carlos Martins Robalo.
 João José M. F. Pulido de Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
 Margarida Garcês da S. Ventura.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Rui Mendes Tavares.
 Walter Francisco Burnester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Diamantino José Dias.
 Eduardo Sá Matos.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Francisco Miguel Duarte.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa C. Pacheco Pereira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascenção M. Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Victor Henrique Louro de Sá.

Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.

José Justiniano Tabuada Brás Pinto.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 112 Srs. Deputados.
 Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

No decurso da sessão estiveram presentes, além do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Vice-Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro Adjunto, vários outros Ministros e Secretários de Estado.

O Sr. Presidente: — O primeiro orador inscrito é o Sr. Deputado Magalhães Mota e a seguir está inscrito o Sr. Deputado Sousa Marques. Como sabem os Srs. Deputados, estão em discussão na generalidade as propostas de Lei do Orçamento e do Plano para 1979.

Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio não ser mais que uma reflexão desencantada o começar por uma verificação: a de que as propostas de lei do Plano e do Orçamento que debatemos já não são diretriz nem previsão para um trimestre do ano a que respeitam.

Ou seja, um quarto de ano decorreu como mero prolongamento rotineiro ou inerte do ano anterior, como se na nossa situação económica e financeira fosse susceptível de ir vivendo por duodécimos e como se os que se afirmam mais exigentes no diagnóstico não fossem co-responsáveis pelo "país adiado" que vão de facto adiando.

A consciência de que é um Plano para meses e um Orçamento para o resto do ano o que estamos a analisar é certamente uma visão crua. Mas ninguém lhe contestará a autenticidade.

Como não se contestará, por certo, o que todos sabemos e bom será que seja dito para que não possa ser brandido como arma negocial. Novo orçamento seria coisa lá para mais de três meses decorridos.

Se não houver orçamento aprovado, se continuarmos em regime de duodécimos, são inexequíveis várias coisas que vão desde o aumento do funcionalismo ao das pensões.

Nem haverá, tão pouco, ainda este ano, Lei das Finanças Locais que seja mais que o texto que o *Diário da República* publicou.

Sabemo-lo todos, repito, até pela experiência dos três meses decorridos. Mas dizê-lo claramente vale por dois motivos, porque não é possível querer objectivos contraditórios, e isso aí fica denunciado, e também porquanto, ao afirmar a consciência destas realidades, fica igualmente salientada a obrigação de só as sacrificar a valores considerados como mais importante, dignos e justos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A tradição constitucional portuguesa recusa os Deputados por um círculo e claramente aponta que representam todo o País.

Na Assembleia Constituinte, em nome da minha bancada, disse Jorge Miranda: "[...] vamos encontrar preceitos semelhantes a este que os Deputados representam todo o País, e não os círculos por que são eleitos — na Constituição de 1822 (artigo 94.º), no Acto Adicional à Carta Constitucional de 1885 (artigo 1.º) e, finalmente, na Constituição de 1911 (artigo 7.º, § 1.º). Este preceito, talvez hoje ser de importância muito imediata, possui, no entanto, um sentido muito profundo, que é o da definição de natureza do mandato dos Deputados. Dele resulta que o mandato atribuído aos Deputados, não em nome dos que neles vot-

ram ou dos eletores dos seus círculos, mas sim em nome de todo o País: os Deputados são Deputados de todo o Povo, e não de fracções desse Povo."

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para lembrar que num debate como este é ainda mais importante ter a consciência de que assim é, pela minha parte, é tentando assumir plenamente essa dignidade que abordarei o problema das finanças locais.

Ciente também que ser representante é ser-se mediador, expor alto e bom som o sentir de muitos e ser sensível às realidades, com a certeza de que só há projectos políticos quando possíveis.

Procurar o consenso e elaborar em conjunto alguma coisa é menos ambicioso do que demonstrar força e impor. Não há democracia que consista em esmagar os adversários ou, simplesmente, os contrários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Seja-me permitido sustentar que o verdadeiro sentido e alcance do debate gerado sobre a Lei de Finanças Locais não é tanto o da repartição dos dinheiros públicos, mas é mais o da repartição dos Poderes Públicos.

O que me parece, de facto, estar em causa é a parte de decisões próprias e livres, sem tutelas nem entraves, que às autarquias cabem. O que está em causa é a natureza profundamente inovadora de um diploma que corresponde a um modelo descentralizado e democrático. Pois não é verdade que as despesas correntes das autarquias em 1978 se aproximaram tanto dos valores dos previsíveis, resultantes da aplicação dos mínimos do n.º 1 do artigo 8.º de Lei n.º 1/79, que, considerando aumento de vencimentos idênticos ao da função pública, em termos globais, pouco restaria — se restasse — para que as autarquias fossem dispor de melhores quadros? E será legítimo que, ao mesmo tempo que se procura criar a impossibilidade de contratação, se acusem as autarquias de "falta de estruturas técnico-administrativas"? Pois não é verdade que só as poderão vir a possuir se lhe forem criadas condições para tal?

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ou pensará o douto autor da crítica que se o Ministério onde trabalha não tivesse verbas lhe seria possível este género de apreciação ou outro qualquer?

A menos que o Governo tenha números diversos — e deve, então, dizê-lo rapidamente —, temos de concluir que a aplicação imediata da alínea a) do artigo 5.º e do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 1/79 se impõe.

Não parece mais válida a posição do Governo, relativamente à não fixação de uma percentagem para efeito da participação nas receitas do fundo de equilíbrio financeiro.

A aprovação do novo regime de finanças locais foi efectuada nas sessões da Assembleia da República de 10 e 11 de Outubro do ano findo.

Se é verdade que essa aprovação veio reforçar a necessidade e urgência de revisão da Lei n.º 79/77, ampliando as competências das autarquias, certo é que o prazo para revisão foi fixado, nos precisos termos de referida Lei n.º 79/77, "até 31 de Dezembro de 1978".

Será correcto que o Governo, que não elaborou em tempo qualquer proposta de lei, venha agora invocar a sua falta como justificação? É um pouco, perdoe-se-me o tom da crítica, a história do selvagem que se lastimava de ser órfão depois de ter morto o pai e a mãe...

O Partido Social-Democrata teve sempre consciência — e ainda ontem tive ocasião de recordar a declaração de voto em que o salientámos — que a aprovação da lei apenas em Outubro "tornava muito difícil a aplicação eficaz do novo

regime das finanças locais, carecido de diplomas regulamentares e demorado ainda pela promulgação presidencial e pela publicação oficial, aos orçamentos para 1979" ... mas difícil significa impossível. Terá sido feito o esforço que se impunha?

Parece ter-se perdido mais tempo a procurar formas de não aplicar a lei do que a torná-la aplicável.

Nem sequer terá havido a preocupação de corrigir distorções. Em termos de critérios de distribuição de verbas não é aceitável que os critérios de distribuição dos montantes respectivos sejam outros os que os estabelecidos no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 1/79, isto é, que se procure manter e agravar — porque todo o tempo de injustiça é injustiça dobrada — assimetrias que o favor criou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Porque conhecemos a situação e os agravamentos sofridos, estamos dispostos a encarar soluções realistas cobrindo mínimos que constituam, a título excepcional, para o ano de 1979, uma reponderação da percentagem fixada no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 1/79.

Queremos efectivamente que as finanças locais sejam uma realidade, não dizemos querer. Sabemos, como dizia Marcuse em Geneve em 1969, que há exigências e contestações que não são um projecto político, mas um acto mágico. Porque tudo se pretende, nada se muda, nem se obtém e, acrescentamos nós, reforça-se o centralismo que se prolonga por mais tempo.

Não será o "Inverno do nosso descontentamento" ... mas será o "regresso eterno" do desejo adiado de um autêntico poder local.

Será ainda assim insolúvel o problema?

Por nós, temos que não. Muito pelo contrário, nem será impossível conter o *deficit* e, portanto, o problema, repito, não é tanto o de repartir dinheiro mas poder.

O que é difícil para muitos é aceitar a maturidade de todos e a sua capacidade. O que é difícil é passar das definições e das proclamações mais ou menos sonantes para a democracia em concreto que são os actos. Por isso, a democracia é exigente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Lei das Finanças Locais, ou mais rigorosamente a Lei n.º 1/79, tem para nós, sociais-democratas, importância fundamental, não só porque desde sempre a considerámos imprescindível para que haja uma verdadeira autonomia das autarquias, mas também porque ela corresponde, em boa parte, às nossas próprias ideias expressas designadamente nos projectos de lei n.ºs 32/I e 72/I.

Direi que bastará confrontar os projectos para o verificar. No entanto, recordarei o que dissemos em duas passagens da declaração de voto na sessão de 11 de Outubro de 1978:

Bastará dizer que se atribui às autarquias a totalidade do produto da cobrança de alguns impostos — a contribuição predial, o imposto sobre veículos, o imposto para serviço de incêndios e o imposto de turismo —, responsabilizando-as assim por uma efectiva gestão financeira que não fica dependente, por inteiro, do Poder Central, como pretendia o Partido Comunista [...]

A Lei das Finanças Locais agora aprovada subordina-se ainda ao objectivo constitucional de reduzir as desigualdades entre autarquias na afectação dos recursos nacionais, mas não o faz em termos tais que, totalmente centralizados e colectivistas, colocariam as autarquias na dependência total do Orçamento Geral do Estado e da administração financeira estadual [...]

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabemos que há quem pense que as autarquias vão gerir mal os recursos de que passarão a dispor. Toda a mudança pressupõe aprendizagem. Haverá erros, sem dúvida, mas o sufrágio universal estará lá para os sancionar, e não se pode dizer o mesmo dos funcionários, sem menosprezo para com estes.

A verdade é que não há democracia efectiva sem poder local. E quanto mais meios forem atribuídos ao poder local mais estimularão os Portugueses a constituírem um Portugal mais justo, digno e livre.

Aplausos do PSD e de alguns deputados do PS.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito deseja usar da palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP). — Para um muito curto esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Faço favor.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — O Sr. Deputado Magalhães Mota citou uma declaração de voto do seu partido e, mais uma vez, fez uma acusação que na altura foi demonstrado ser gratuita. Remeto, portanto, a Câmara e o Sr. Deputado para a contestação dessa afirmação que então foi feita pelo Partido Comunista Português. Lembro-lhe ainda, Sr. Deputado, o trabalho da subcomissão e pedia-lhe que fosse mais moderado nas afirmações que sabe não corresponderem à verdade.

O Partido Comunista Português entende que as verbas concedidas por lei seja a que órgão for que tenha autonomia administrativa e financeira são desse órgão e de mais ninguém, qualquer que seja a via pela qual chegarem a esse órgão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os exemplos da indústria e, particularmente, dos investimentos são exemplarmente claros quanto à política deste Governo, confirmada e agravada pelas propostas do Plano e do Orçamento para 1979.

São conhecidas as inconstitucionais opiniões do actual Ministro da Indústria face ao sector nacionalizado da economia. Não que as tenha defendido, até agora, nesta Assembleia, porque, se alguma coisa é certa, é que, quer durante o debate do Programa do Governo, quer no que está prestes a terminar, tem guardado prudentemente um precioso silêncio, tem aguardado que os Deputados da direita defendam, por ele, as suas ideias. Mas lei as suas entrevistas em certos semanários ou ouvir, aqui, as histriónicas demonstrações dos Deputados do PPD ou do CDS é a mesma coisa.

“O Estado não está vocacionado para gerir empresas, nem aqui, nem em parte nenhuma do Mundo”, afirma, peremptório, o Sr. Ministro. “Desnacionalizar é aliviar o Estado das tarefas para as quais não está preparado”, afirma, com ar convencido, o Sr. Deputado Nuno Abecasis, do CDS, a reboque do Sr. Deputado Ângelo Correia, do PPD, que chama acéfalo e descomandado ao sector público, por culpa, segundo ele, imaginem ('), do PCP.

O Sr. Ministro defende, poi exemplo, a desnacionalização da indústria cervejeira. Logo o Sr. Deputado Basílio Horta, extasiado e pressuroso, sobe a esta tribuna para defender cheio de imaginação exactamente o mesmo!

Este Governo considera o investimento uma variável estratégica com a qual pretende “acelerar o processo de equilíbrio da economia portuguesa”. Só que não o prova na prática. Só que tudo fica claro se acrescentarmos que não há uma única referência, no parágrafo “Indústria”, às nacionalizações e ao sector empresarial do Estado. Só que tudo fica ainda mais claro se acrescentarmos que o Governo apenas considera que os grandes projectos são realizáveis a

médio e longo prazo. Só que tudo fica claríssimo quando se constata, face à necessidade de promover a substituição de importações por produção nacional, que nada de concreto é avançado pelo Governo a não ser o repetir das teses da CIP e do chamado “Congresso das Actividades Económicas”, que, falsamente, contrapõe uma política de fomento de exportações.

De facto, estão congelados grandes projectos do sector nacionalizado, como o Alqueva, o Plano Siderúrgico Nacional, a utilização de recursos nacionais como as pirites alentejanas ou o minério de Moncorvo, ou adiados os investimentos da CP e a produção de matérias-primas para a indústria transformadora de plásticos, entre outros.

O Governo mandou reapreciar, reanalisar, repensar, reditar, reestudar, reinventar, se necessário for, “à luz da realidade presente, projectos que anteriormente se tenha encerrado lançar por encontrarem fundamento em condicionalismo diverso”. Para estes estudos conta o Governo com o “apoio” e a “orientação” do Banco Mundial e de outras instituições do imperialismo. É caso para recordar a velha máxima: “Se queres não resolver coisa alguma, nomeia uma comissão de estudo...”

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A barragem do Alqueva tem a ver com os interesses da agricultura portuguesa e deve ainda ser considerada sob o ponto de vista energético e como fonte de criação de postos de trabalho. Não concretizar tal projecto, seguindo servilmente as receitas do Sr. MacNamara e do seu Banco Mundial, é cometer um crime contra a economia nacional.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A actual Siderurgia Nacional abastece metade do mercado interno. Há que aumentar a sua capacidade de produção. Aproveitando as matérias-primas disponíveis, aproveitando ou incrementando as capacidades produtivas de sectores a montante ou jusante, criando directa ou indirectamente postos de trabalho, prosseguir-se-ia uma política de interesse nacional, reduzir-se-iam importações, permitir-se-iam exportações em esquemas de compensação. Só que isto não interessa ao Mercado Comum, que, com uma indústria siderúrgica em crise, quer vender e não comprar, quer um Portugal dominado e invadido, não um Portugal independente.

Aplausos do PCP.

E, portanto, isto não interessa a este Governo da direita.

Em 1978 importaram-se 10 milhões de contos de matérias-primas para a indústria transformadora de plásticos. Este Governo, perante tal situação, dificulta ainda mais a já difícil vida da nacionalizada Companhia Portuguesa de Petroquímica, impossibilitando assim, a curto prazo, a substituição de importações neste sector.

O Governo Mota Pinto, os Deputados apoiantes e semi-críticos do PPD, mais os apêndices veneradores do centro extrema-direita defendem, todos eles, com o mais elevado sentimento de paternidade, uma política de fomento de exportação baseada no apoio à iniciativa privada.

Desmontemos tal falaciosa argumentação. Já aqui dissemos que apenas cem empresas exportam mais de metade do total de exportações. Já aqui dissemos que as medidas que o Governo Mota Pinto/PPD aponta para a defesa da iniciativa privada são uma monstruosa mistificação que esconde por trás de tão mágica ideia a falácia dos pequenos médios empresários e o apoio aos Melos, Champalimaud, Quinas, etc., e seus seguidores.

O que a direita e este Governo pretendem iludir e esconder é que os grandes grupos económicos estão de "unha afiada" para controlar e monopolizar o comércio externo, disfarçando-se, ao mesmo tempo, de pequenos e médios empresários e reivindicando, em nome de uma qualidade que não têm, a protecção e o apoio do Estado. Fica assim aberta a porta ao grande capital, aos ex-monopolistas, às multinacionais.

Importante é, também, referir o papel que este Governo reserva ao Instituto das Participações do Estado. No seu Programa não tinha uma linha sobre o IPE, no seu Plano e no seu Orçamento, idem, na sua prática política tem, contudo, tentado transformá-lo num verdadeiro instituto líquidatário das participações do Estado.

Qual o conceito de participação do sector público no capital de sociedades para este Governo? Que medidas pensa o Governo tomar para que se proceda à totalidade das transferências de titularidade de acções para o IPE? Qual a posição do Governo face à impossibilidade constitucional de venda de participações do Estado? Qual a posição do Governo face às tentativas de alienação por parte de certa banca nacionalizada de empresas como a ALCO ou o grupo Sonac/Novopan e outras? A Companhia Industrial Vidreira, a maior produtora do sector, tem o seu processo, há meses, no Banco de Fomento. É assim que se pensa apoiar o desenvolvimento industrial?

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Este Governo refere, pomposamente, em despacho, um projecto designado por DFC II, que se destina, diz, a "apoiar o nosso desenvolvimento industrial".

Ora, o Governo sabe, ou devia saber, que a via de combate ao deficit da balança comercial é aumentar a produção, recorrer à produção nacional de produtos importados, aos sistemas de compensação, à utilização das capacidades produtivas não utilizadas, ao aumento das exportações e ao alargamento do mercado interno.

Mas a que se assiste?

A faléncia de pequenas e médias empresas industriais continua com o aumento das taxas de juro, com a desvalorização do escudo, com as dificuldades de crédito, com a diminuição da produção, com o aumento do desemprego.

Bem pode o Sr. Ministro da Indústria apresentar votos piedosos acerca do sector têxtil. Acaso estará o Governo interessado em considerar, ao menos, as propostas de reestruturação e reconversão repetidamente apresentadas pelos trabalhadores? Ou tem mais confiança nos técnicos estrangeiros que já contratou para "analisar" tal questão?

Para a Metalúrgica Duarte Ferreira avança este Ministro com a ameaça de próxima faléncia. Como explicar tal decisão numa empresa que tem um coerente plano de reconversão, que exporta, que tem capacidade para produzir para o mercado interno, substituindo importações, numa empresa em que os trabalhadores têm sido sujeitos aos mais elevados sacrifícios e têm demonstrado a mais alta consciência?

Aplausos do PCP.

A Metalúrgica Duarte Ferreira vê-se, pela mão do Governo Mota Pinto/PPD, a caminho da faléncia. Como pano de fundo, refira-se, há quem apresente razões para tal medida facto de ser uma "empresa marcada politicamente", de se tratar de uma "vingança". É espantoso a raiva dos vencidos vida e do futuro!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ao mesmo tempo, o Sr. Ministro da Indústria vai pensando na "adopção de uma legislação laboral de o europeu", que é como quem diz, vai pensando em cretizar uma política de exportação de mão-de-obra ba-

rata e de entrega total da economia nacional ao imperialismo. Vai apoiando medidas repressivas sobre os trabalhadores, como na Soicfame, vai estrangulando empresas, como a PRECIX.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O presente debate tem sido um libelo denunciador e acusatório contra a política deste Governo que o povo não quer, contra a confirmação de tal política antipopular e antidemocrática defendida nas propostas de lei do Plano e do Orçamento.

Por isso, entendemos que a Assembleia da República deve rejeitar tal política e tais propostas de lei.

Aplausos do PCP.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Para um esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O tom repetitivo começa a ser monótono e cansativo e não pode deixar de passar sem reparo. No entanto creio que não se justificaria talvez que esse reparo assumisse a forma de um protesto, que levaria necessariamente, a que fossem tomadas como importantes essas diatribes do Sr. Deputado.

Penso, portanto, que será mais simples, para utilizar o mesmo tom repetitivo, dizer que se tratou de uma pequena ou média intervenção de um pequeno ou médio Deputado de um pequeno ou médio partido.

Risos do PSD.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Fraquinho, fraquinho!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejo apenas dizer que, depois disto, nenhuma resposta é possível.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O capítulo dedicado à indústria, das grandes opções do Plano de Desenvolvimento Económico-Social para 1979, que o Governo enviou a esta Assembleia, consiste num enunciado de princípios gerais, mais ou menos adequados à conjuntura de crise em que vivemos, dos quais, em princípio, não discordamos, mas que, de modo algum, cobrem a realidade complexa que temos de enfrentar, particularmente quando se trata de preparar as nossas estruturas para uma futura integração na CEE.

Num país como Portugal, sob muitos aspectos e em muitas regiões a dar os primeiros passos da industrialização, que não pôde ou não soube utilizar intensiva e racionalmente os seus recursos naturais, que não procurou ou ainda não encontrou a sua vocação industrial e os campos em que melhor a pode exercer, onde coexiste o artesanato industrial com algumas unidades de avançada tecnologia e que se abalança, por vontade expressa do seu povo, à aventura de integração europeia, urge não perder um segundo nem desprezar uma oportunidade para formular uma política de desenvolvimento imaginativa e criadora que faça das pró-

prias dificuldades factores de progresso.

Nesta perspectiva, o CDS pensa que desde já se devem desenvolver três linhas de actuação fundamentais em matéria de política industrial, a saber:

- 1) Dotar o País com infra-estruturas capazes de proporcionarem e dinamizarem o desenvolvimento, de uma forma equilibrada, quer nacional quer regionalmente. Referimo-nos, como é evidente, às infra-estruturas educacionais, particularmente às que melhor se adequem às potencialidades regionais, às infra-estruturas de transportes e comunicações, águas, saneamentos e energéticas;
- 2) Gerir com competência e dinamismo o sector empresarial do Estado, reduzindo-o, para tanto, à sua dimensão racional e possível, dentro dos limites legalmente permitidos, de forma que se possa obviar a sua burocratização e que se torne viável o seu rápido e completo saneamento financeiro, como condição indispensável e prévia para se lhe exigir uma rentabilidade adequada.

Srs. Deputados, penso que este segundo ponto desfaz definitivamente a atoarda que tem sido lançada de que o CDS se opõe à existência de um sector empresarial do Estado. Nós entendemos que ele deve existir simplesmente, ele deve ser dimensionado às nossas realidades e existindo, devem garantir-se-lhe as condições de equilíbrio financeiro para que se possa fazer uma gestão adequada.

- 3) Conceber e implementar um conjunto coerente e dinâmico de estruturas e mecanismos de análise, orientação e coordenação inter-sectorial e regional que, sem arrastar a um envolvimento estatal incomportável, detecte oportunidades e crie o quadramento necessário ao fomento e incentivação de novas iniciativas industriais, abertas ao sector privado.

Sobre estas três linhas de actuação submeteremos à apreciação do Governo e à votação da Assembleia da República uma proposta específica de aditamento, da qual constam medidas concretas de aplicação imediata. Deter-nos-emos agora, mais especificamente, sobre a terceira linha que acabámos de enunciar, por julgarmos que nela se contém virtualidades, até hoje inexploradas, mas que podem vir a revelar-se, se bem utilizadas, como factores altamente dinamizadores do nosso desenvolvimento industrial.

Trata-se, com efeito, de uma acção de coordenação entre diversos departamentos estatais ou privados que, debruçando-se sobre as diferentes regiões do País, detetem recursos naturais e aptidões humanas susceptíveis de aproveitamento e que, simultaneamente, olhando os planos de realizações dos diferentes departamentos e a sua regionalização, estejam aptos a definir dimensões viáveis de mercados, capazes de justificar, em termos económicos, a instalação de novas unidades industriais e as respectivas áreas de cobertura. São exemplos concretos de actividades susceptíveis desse tipo de tratamento as indústrias subsidiárias da construção, desde que haja o elemento cuidado de adequar os respectivos tipos tecnológicos às características geoclimáticas das diferentes regiões, as indústrias alimentares, as indústrias farmacêuticas e de alguns equipamentos médico-cirúrgicos, as indústrias de aproveitamento de calcários, para fins construtivos e de correção de solos, as indústrias cerâmicas e tantas outras que uma análise detalhada revelará. Este tipo de actuação, que por natureza tem de ser inter-sectorial, no sentido de que só pode ser levado a bom termo desde que nele intervenham elementos de diferentes departamentos governamentais, pode conduzir, a curto termo, a uma muito mais completa utilização dos nossos recursos naturais e ao estabelecimento de uma malha indus-

trial que cubra a totalidade do nosso território, desde que se tenha o cuidado, fundamental em tempo de crise, de não desperdiçar uma oportunidade, utilizando cada plano ou projecto de realização, como gerador de novas actividades industriais.

A conjugação deste processo com uma inteligente política de implantação de parques industriais, e suportada por uma criteriosa matriz de incentivos, poderá e deverá revelar-se como um meio de eleição para a promoção do nosso desenvolvimento. Antes de terminar esta curta intervenção, o CDS gostaria de chamar a atenção do Governo para dois aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar, o problema da energia. Todos sabemos, neste país, que a nossa actual estrutura energética produtiva não é capaz de suportar um ano de forte estiagem, mercê do enorme atraso com que se tem vindo a desenvolver e concretizar o programa energético nacional. É certo que a responsabilidade desta situação não cabe a este Governo, mas nem por isso podemos deixar de nos interrogar sobre o significado de nada se referir no Plano a este respeito, quando se sabe que estamos no extremo limite em que as decisões devem ser tomadas, se não queremos assistir a mais uma autêntica catástrofe nacional, motivada por uma eventual paralisação de todo o nosso sistema produtivo.

Finalmente, uma nota sobre o sector automóvel. Tem vindo o Governo a negociar um projecto, neste sector, que comporta em si a fabricação de motores de explosão, numa escala europeia. É sabido que o ingresso no domínio da fabricação de motores representa um dos mais espectaculares saltos tecnológicos que a indústria de um país pode dar. Assim sendo, parecia-nos que ao sector automóvel deveriam ser criadas as condições necessárias para se tornar num sector motor e dinamizador do nosso desenvolvimento, o que, obviamente, não virá a acontecer se se mantiverem todas as sobrecargas fiscais e demais condições de restrição de mercado que actualmente vigoram, como se para os Portugueses o possuir um automóvel não fosse uma ambição legítima, tanto como para qualquer outro cidadão europeu.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: A indústria requer imaginação e alguns exemplos, relativamente recentes, de países estrangeiros, mostram-nos, claramente, que é em situações de dificuldade, não menores do que aqueles que hoje atravessamos, que se estabelecem sólidas estruturas industriais.

Não nos deixemos, pois, vencer pelas dificuldades e que, antes pelo contrário, elas excitem a capacidade criadora de que o nosso povo tão sobejamente provas tem dado ao longo da sua história.

Sr. Presidente, em nome do meu grupo parlamentar, entrego na Mesa uma proposta de aditamento referente à política industrial.

Aplausos do CDS.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Uma proposta da CIP.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Se não dissesse aquilo nele palmas tinha!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, peço que me seja concedida a palavra e peço também que não seja descontada esta intervenção no tempo do meu partido, já que o problema que vou colocar é de interesse dos Deputados, para ele chamando igualmente a atenção do Ministro Adjunto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado, mas peço-lhe que seja muito breve.

O Orador: — O problema que queria pôr à consideração do Sr. Ministro Adjunto não lhe diz directamente respeito, mas ao Sr. Ministro da Administração Interna. Como o Sr. Ministro hoje não está presente e como os riscos aumentam com as horas que passam, peço a interferência do Sr. Ministro Adjunto para que de facto a Polícia de Trânsito, com os seus cinco reboques, não desloque um deles para o Parlamento, onde naturalmente, quando se discute o Plano e Orçamento, é difícil o estacionamento e ele não será correcto.

Isto porque os Deputados — e falo em especial no Deputado Carlos Robalo — não têm possibilidade de pagar todos os dias 550\$00 de multa. Efectivamente, paguei ontem 550\$00, depois de me deslocar ao parque de automóveis da Polícia de Segurança Pública, apesar de o guarda que estava a proceder à operação de reboque ter sido avisado pelo Sr. Deputado Lopes Cardoso de que o carro era de um Deputado que estava em serviço na Assembleia e de o carro ter o respectivo distintivo. Naturalmente que lamento o acontecimento, mas a verdade é que paguei caladamente a multa que tinha de pagar. É evidente que o carro estava mal estacionado, mas estranhamos que numa cidade com a dimensão de Lisboa a Polícia de Segurança Pública, que tem cinco reboques alugados, desloque para a zona da Assembleia da República, quando se discute o Plano e o Orçamento, um desses reboques. Consideramos que isto é estranho, para não fazer outra interpretação mais desagradável.

Assim, pedia ao Sr. Ministro Adjunto que interferisse junto do Ministério da Administração Interna, no sentido de que desloque o reboque para outra qualquer zona e não para aqui. Efectivamente, a multa de 550\$00 que paguei deu-me um pouco e a única vantagem que tive é que recebi ontem o meu salário, porque se isto é no fim do mês então as preocupações seriam bem piores.

Risos.

O Sr. João Gomes (PS): — É para equilibrar o Orçamento, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — O tempo desta intervenção do nosso colega Carlos Robalo não contou. Só espero que não tenha perdido o seu tempo.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Brás Pinto.

O Sr. Brás Pinto (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Se subimos à tribuna neste momento para uma intervenção que gostaríamos fosse a mais breve de quantas tivemos ocasião de pronunciar nesta Assembleia, é tão-só porque as normas regimentais não permitem que os Deputados independentes possam exprimir, através de uma declaração de voto, as razões determinantes das posições que assumem.

Na verdade, temos para nós que uma simples declaração de voto era bastante, uma vez que quase tudo — senão tudo — foi já dito, não apenas ao longo deste debate, mas no debate sobre o Programa de Governo de que a discussão em causa não é afinal mais do que o prolongamento.

O Plano e Orçamento que agora se discutem retomam — o que se comprehende — o Programa de Governo nas suas grandes linhas e reafirmam o que tem sido a prática do IV Governo. É o complemento lógico do primeiro e a "teorização" natural da segunda.

Não constitui, por isso, para nós, motivo de espanto e apenas vem confirmar as razões que determinaram a nossa oposição àquele Programa e a esta prática. Programa desenquadrado das opções constitucionais, Programa que contradiz aquelas opções, prática que vem conduzindo à restauração de usos e costumes que julgávamos enterrados com o 25 de Abril.

A nossa posição perante o IV Governo, o seu Programa e os seus propósitos, foi assumida oportunamente nesta As-

sembleia com a clareza que tem rodeado sempre as nossas atitudes, e consequentes com esta atitude pronunciámo-nos contra a sua investidura.

Retomar agora os argumentos então avançados, retomar os argumentos formulados por outros Deputados, retomar muitas das razões que fundamentaram os pareceres da Comissão de Economia, Finanças e Plano e do Conselho Nacional do Plano, seria, em nosso entender, uma inútil perda de tempo. Perda inútil de tempo no momento em que a situação exige muito mais do que as palavras, actos e acções concretas e em que a prolixidade dos discursos pode servir para mascarar posições equívocas, manobras dilatórias ou mesmo dar tempo às negociações e acordos de bastidores, mas não serve para a clarificação da situação política.

Tem razão quem diz ser necessário que cada um assuma as suas responsabilidades.

Pela nossa parte, não tomaremos, como nunca o fizemos, atitudes dúbihas. Não confundiremos agora, como nunca o fizemos, oposição com abstenção. Não lavaremos as mãos.

A Constituição que continuamos a respeitar e defender, o eleitorado que nos elegeu, exigem-nos respeito pelo nosso mandato.

É no cumprimento desse mandato que eu próprio e os meus camaradas Lopes Cardoso e Vital Rodrigues iremos votar contra o Plano e Orçamento.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia.

O Sr. Ministro da Indústria e Tecnologia (Álvaro Barreto): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dentro da linha que vem sendo seguida pelo Governo, de apresentar a esta Assembleia todos os elementos que permitam a correcta apreciação do documento das grandes opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 1979, vimos hoje aqui expor a VV. Ex.ªs algumas das linhas orientadoras da política de investimento industrial deste Governo, em especial no referente à situação do que chamaremos os grandes projectos industriais.

A adequada definição de uma política de investimento industrial tem de, com realismo e sem demagogia, atender aos parâmetros que caracterizam actualmente a vida económica do nosso país e que de um modo simplificado são os seguintes: alta taxa de desemprego; elevado déficit da balança de transacções correntes; grave escassez de recursos financeiros; nossa próxima adesão à Comunidade Económica Europeia.

Ora, da simultânea ponderação destes factores e da análise da nossa capacidade concorrencial a nível internacional resulta que a política de investimentos industriais a que nesta fase da vida do País deverá ser dada prioridade será aquela que assente nos seguintes princípios orientadores: ser de mão-de-obra intensiva; ser caracterizada por uma média ou avançada tecnologia; ser orientada para a exportação ou para a substituição de importações.

Tendo em atenção que a maioria esmagadora dos projectos de investimento assim caracterizados caem predominantemente na área do sector privado...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Porquê?

O Orador: — ...ressalta como primeira conclusão que, em nossa opinião, e sem que com esta afirmação queiramos minimizar a importância do sector empresarial do Estado, não será na realidade possível dinamizar uma verdadeira recuperação na área de investimento industrial sem previamente, por actos e não por palavras, criar em Portugal um ambiente realmente motivador para a iniciativa privada.

Tal opinião não obsta, no entanto, que o Ministério da Indústria e Tecnologia não dê o realce e a merecida impor-

tância aos investimentos industriais do sector empresarial do Estado, investimentos esses que, sendo predominantemente efectuados na área dos sectores básicos industriais, têm uma função estruturante e que durante o compreensível período de retraimento do investimento privado vêm contribuindo de uma maneira poderosa para a manutenção de um nível mínimo de actividade económica no nosso país.

Mas há que atender que, sendo os investimentos do sector empresarial do Estado na sua grande maioria investimentos de capital intensivo, a actual escassez de recursos financeiros obriga a um apertado critério de avaliação desses projectos, de modo que antecedendo a sua aprovação haja uma forte garantia da sua viabilidade económica e financeira.

Acresce a esta nossa preocupação a grave situação de descapitalização em que viemos encontrar muitas das empresas públicas industriais, onde, por razões que desconhecemos, as aprovações governamentais dos seus investimentos não foram em muitos casos acompanhadas, pelas indispensáveis dotações de capital estatutário, criando assim a essas empresas públicas situações de preocupante desequilíbrio financeiro, que estas se tem visto obrigadas a resolver pelo exagerado recurso ao crédito a curto prazo para financiarem os seus investimentos de longo prazo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Trata-se de uma situação de extrema gravidade, que urge resolver o mais rapidamente possível e que ainda vem condicionar mais as decisões actuais do Governo na área de investimento industrial, pois obriga a desviar para o saneamento destas situações, recursos financeiros que de outro modo poderiam e deveriam ser aplicados em investimentos reprodutivos.

Apesar de todos estes condicionantes e devido à importância que o Governo dá aos investimentos do sector empresarial do Estado, tem este vindo a analisar cuidadosamente os principais projectos que aguardavam orientações quando da sua entrada em funções em Dezembro passado.

Pela importância que estes projectos industriais têm no desenvolvimento económico do País, pensamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ter o maior interesse de, hoje e aqui, fazermos o ponto à sua situação, de modo que VV. Ex. as fiquem de posse de elementos que vos permita apreciar a actuação do Governo neste sector.

Assim e com as limitações de tempo a que temos de atender, iremos de seguida dar algumas indicações sobre alguns dos principais projectos industriais, que na sua totalidade correspondem a investimentos de mais de 150 milhões de contos, e que são os seguintes:

- 1) Aproveitamento dos minérios de ferro de Moncorvo;
- 2) Aproveitamento integrado das pirites alentejanas;
- 3) Investimento da 2.ª fase do complexo petroquímico de Sines;
- 4) Investimentos na área da energia;
- 5) Renovação da frota mercante e de pesca nacional;
- 6) Investimentos no sector industrial automóvel;
- 7) Plano Siderúrgico Nacional.

Assim, teremos:

I Aproveitamento dos minérios de ferro de Moncorvo:

Este projecto, que tem vindo a ser estudado em íntima colaboração com o aumento de capacidade da Siderurgia Nacional, tem como objectivo o aproveitamento das importantes reservas de minério de ferro existentes naquela região. Embora o volume de reservas reconhecidas sejam na realidade de grande importância (300 milhões de tonela-

das), a sua qualidade é pobre, sendo caracterizado por relativos baixos teores de ferro e alto teor de fósforo (0,6%), o que obriga para a sua possível utilização para fins siderúrgicos à sua beneficiamento de modo que simultaneamente com o seu enriquecimento em teor de ferro se consiga baixar o seu teor de fósforo para níveis tecnologicamente aceitáveis.

Ora, se a técnica de enriquecimento no respeitante ao teor de ferro é prática corrente, já a indispensável redução de teor de fósforo para níveis aceitáveis é técnica altamente complexa, sendo actualmente objecto de intensa investigação em diversos laboratórios nacionais e estrangeiros. Ora, destes ensaios só se esperam conclusões, em princípio definitivas, em fins do corrente ano, o que, na hipótese de se obterem resultados positivos (o que neste momento é ainda duvidoso), só permitirá iniciar a exploração destas jazidas de ferro, de acordo com os últimos pareceres técnicos de que dispomos, por volta de 1983-1984.

2 Aproveitamento integrado das pirites alentejanas:

O relatório apresentado pela comissão nomeada para o estudo deste projecto foi presente ao Governo em princípios do mês de Fevereiro, estando, portanto, actualmente em fase final de apreciação.

No entanto, o relatório apresentado, baseado em detalhadas análises e estudos pormenorizados, conclui pela viabilidade económica deste projecto na base do aproveitamento dos minerais não ferrosos existentes nas nossas pirites (basicamente o cobre, zinco e chumbo), o que, tendo em atenção o alto valor estratégico destes metais e a importância na área de desenvolvimento regional do aproveitamento das pirites alentejanas, levou o Governo a decidir acelerar os procedimentos finais do processo relativo a estes investimentos básicos referentes à 1.ª fase do aproveitamento das pirites alentejanas.

3 Investimentos da 2.ª fase do complexo petroquímico de Sines:

Tratando-se de sector industrial caracterizado a nível mundial por elevada sobrecapacidade produtiva, o Governo já definiu que só autorizará o arranque dos trabalhos da 2.ª fase, caso seja previamente conseguido assegurar a colocação no mercado mundial dos excedentes de produção previstos durante os primeiros anos de abertura garantindo-se assim desse modo a rentabilidade mínima dos investimentos a efectuar.

Aproveitamos, no entanto, uma vez mais esta ocasião para reafirmar que o Governo mantém o seu apoio em relação à 1.ª fase deste empreendimento, devido ao facto de através de contratos de compensação estar assegurada a colocação dos produtos excedentários.

4 Investimentos na área da energia:

Tratam-se de investimentos destinados a garantir ao País a produção, o transporte e a distribuição de energia eléctrica e que, só para o ano de 1979, se prevê atingir valores da ordem de 20 milhões de contos.

De salientar que, além de diversos empreendimentos hidroeléctricos, se prevê neste planeamento a continuação dos trabalhos da 3.ª e 4.ª fases da central termoeléctrica a fuel de Setúbal, como também ainda se irá dar início aos trabalhos da nova central termoeléctrica a carvão, a localizar em Sines, o que permitirá iniciar uma importante e indispensável diversificação do tipo de combustível fóssil a utilizar no abastecimento energético do País.

Tratam-se de investimentos aos quais o Governo deu alta prioridade e que irão ser importante fonte de trabalho não só para a engenharia portuguesa como também para a nossa indústria de construção civil e metalo-mecânica.

Também durante o corrente ano se irão concluir os estudos de viabilidade técnica e económica do aproveitamento

das lignites de Rio Maior, prevendo-se para final de 1979 a conclusão do relatório para esse estudo.

A propósito de energia, e embora fora do âmbito desta comunicação, aproveitamos a ocasião para informar, que o Governo tentou fazer a entrega do chamado "Livro branco de energia nuclear" a esta Assembleia, durante os primeiros dias do próximo mês de Abril. Documento esse que, devido ao atraso com que a sua entrega é feita, e perdoem-me VV. Ex.^{as} a ironia, se devia mais correctamente passar a chamar "Livro amarelo de energia nuclear".

5 Renovação da frota mercante nacional:

Não se tratando de um projecto somente do âmbito do Ministério da Indústria e Tecnologia, consideramos, no entanto, este projecto da maior importância para o País, pelo que, tendo em atenção o obsoletismo de grande parte da frota mercante nacional, o elevadíssimo valor que vem sendo gasto em divisas com o afretamento de navios estrangeiros, que só em 1977 somou 11 700 000 contos, que representa quase 20% do déficit da balança de transacções correntes, a situação de crise mundial da indústria de construção naval e a importância desta indústria na actividade económica do País, decidiu o Governo no passado mês de Fevereiro nomear uma comissão que, integrando todas estas realidades, apresentasse, urgentemente, um plano de renovação da frota nacional que atenda às necessidades de trabalho dos estaleiros navais portugueses, pelo menos, até fins de 1982.

6 Investimentos no sector automóvel:

No ramo industrial do sector automóvel encontram-se actualmente em estudo no âmbito do Ministério da Indústria e Tecnologia dois projectos de índole e dimensão totalmente diversa: os vulgarmente chamados projectos Renault e o projecto Ford.

Trata-se de dois projectos que não estão no âmbito do sector empresarial do Estado, mas que pela sua importância nos parece ter interesse deixar aqui nesta Assembleia alguns apontamentos que terão de ser naturalmente escassos devido à natural reserva de que as negociações actualmente em curso se revestem.

No caso do projecto Renault, trata-se de montar em Portugal basicamente duas fábricas: uma para uma produção de 200 000-250 000 motores de automóvel por ano e a instalar no Norte do País, perto de Aveiro, e outra para a montagem anual de 80 000 viaturas a localizar na zona de Túbal, prevendo-se em ambos os fabricos uma forte incorporação de produto nacional que atingirá no caso dos motores perto de 80%.

Trata-se de um empreendimento basicamente virado para exportação, que criará directamente cerca 5000 postos de trabalho e o seu arranque contribuirá fortemente para a criação de uma malha industrial de pequenas e médias empresas fabricantes de componentes para automóvel, de tecnologia avançada e que poderão de futuro competir com os produtos no mercado internacional.

As conversações com a Régie Renault encontram-se na fase final, decorrendo actualmente negociações com autoridades financeiras portuguesas, esperando-se ser possível chegar a uma conclusão definitiva sobre este projecto no próximo mês de Abril.

No caso do projecto Ford, como provavelmente é documentado de VV. Ex.^{as} através da imprensa diária, está a empresa procurando a melhor localização na Europa para construção de uma fábrica, totalmente nova, com capacidade anual de 200 000 carros destinados essencialmente ao mercado europeu, prevendo-se a criação com o projecto de cerca de 8000 postos de trabalho directos e 12 000 postos de trabalho indirectos.

As negociações do Governo português com a Ford iniciaram-

ram-se há cerca de um mês, estando aquela empresa também em negociações paralelas com os Governos Francês e Austríaco, países que têm desenvolvido grandes esforços para a atração deste investimento.

De acordo com as diversas equipas de técnicos e financeiros da Ford que nos têm visitado recentemente, e só na última semana nos visitaram três delegações, as possibilidades de Portugal são boas. Mas perante a dimensão do projecto e a concorrência de países com o potencial económico da França e da Áustria, mantém o Governo Português, por um lado, um cauteloso optimismo, mas, por outro lado, um realismo prudente das dificuldades a vencer.

7 Plano Siderúrgico Nacional:

Trata-se de investimento a efectuar pela Siderurgia Nacional, e destinado a aumentar a capacidade produtiva das suas instalações do Seixal em 1 milhão de toneladas por ano de produtos longos.

Está o Governo perfeitamente consciente da alta importância que este investimento tem como infra-estrutura industrial do nosso país em especial, tendo em atenção que o alto-forno existente tem já perto de vinte anos.

Muita especulação tem sido feita à volta de pretensas dificuldades que a CEE estaria colocando ao arranque deste projecto, devido à situação de sobrecapacidade e de consequente crise que afecta este sector industrial da Comunidade Europeia. Gostaria de começar por esclarecer que os atrasos na decisão sobre este projecto são da nossa inteira responsabilidade e que nunca a CEE nos levantou até agora quaisquer restrições ao arranque deste projecto industrial.

Na realidade, a existência de grande sobrecapacidade de aço a nível mundial leva-nos a ter de considerar com especial cuidado não só os estudos de evolução de consumo no mercado interno como também as possibilidades de colocar no mercado internacional os excessos de produção que vinhão a existir durante os primeiros anos de laboração.

Assim, verificámos que os estudos da evolução do mercado interno, que tinham servido de base ao projecto que nos foi presente logo após a nossa tomada de posse, se tinham baseado em valores por nós considerados, infelizmente, demasiado optimistas. Pois consideravam que o nosso produto nacional bruto iria evoluir durante os próximos quinze anos a uma taxa média de 6% com taxas médias de formação bruta de capital fixo para todo o período de 25%. Ora, essas taxas não são, e repito infelizmente, realistas, principalmente para os próximos anos, pelo que mandámos efetuar o estudo de evolução de mercado interno para taxas de evolução mais reduzidas para o período 1979-1983, admitindo depois taxas mais elevadas para o resto do período em estudo.

Assim, com base nestas novas taxas de evolução os estudos concluíram que o investimento a efectuar, na base sómente do consumo interno, não só teria taxas de rentabilidade interna da ordem dos 4%, taxa essa nitidamente insuficiente e que dispensa quaisquer comentários, como também atingiria somente o limiar da sua rentabilidade em 1989, ano em que o consumo interno absorverá cerca de 65% da nova capacidade a instalar. Torna-se assim indispensável que antes de se autorizar o arranque deste investimento se obtenham garantias minimamente sólidas, para a colocação nos mercados externos dos excedentes de produção da nova instalação, excedentes esses que só, por exemplo, em 1985 atingiriam cerca de 700 000 t, ou seja, cerca de 70% do aumento da capacidade a instalar.

Se não houvesse assim da parte do Governo a preocupação de previamente obter essa garantia, o País teria alta probabilidade de estar a criar na indústria siderúrgica aquilo que representa hoje para nós na área do petróleo, a refinaria de Sines, ou seja, uma infra-estrutura produtiva tecnicamente avançada mas a trabalhar a 50% da sua capacidade por dificuldades de colocação no mercado mundial dos seus

excessos de produção, e que representa actualmente um pesado fardo financeiro para todo o País.

Penso ser importante para completo esclarecimento de VV. Ex.as, indicar que o total de investimento previsto para o PSN é, a preços de 1978, da ordem dos 40 milhões de contos, valor esse que pensamos mais que justifica as nossas naturais cautelas.

Mas esta actuação cautelosa não significa, de modo algum, que o Governo tenha sobre este projecto uma posição negativa. Pelo contrário, estamos esperançados que após os contactos internacionais actualmente em curso e com a revisão dos planos originais a que esses contactos já deram lugar seja possível ainda durante o 1.º semestre de 1979 vir o Governo a aprovar o arranque dos trabalhos do Plano Siderúrgico Nacional, mas então já em bases que nos dêem garantias sólidas da sua viabilidade. Num país em que, como recentemente afirmava o Sr. Dr. Silva Lopes, governador do Banco de Portugal, a capacidade e a eficiência dos seus gestores parece ser medida mais pela dimensão dos projectos lançados do que pelo seu verdadeiro conteúdo económico, sabemos perfeitamente que esta nossa posição cautelosa e realista não será devidamente apreciada, mas somos de opinião que a situação económica do País não permite mais devaneios, pelo que fizemos a opção pessoal de à momentânea e falsa popularidade da decisão rápida e menos bem fundamentada preferirmos a possível incompreensão para uma actuação mais cautelosa, mas por mais segura, servindo melhor, em nossa opinião, os interesses do País.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Pinheiro.

O Sr. Emídio Pinheiro (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Para manutenção do nível de mão-de-obra que deveria estar afecto ao sector da construção civil (habitação e obras públicas), seria necessário produzir o valor bruto de construção de cerca de 120 milhões de contos. Esta tem de ser a meta do sector, que, a não se concretizar, acarretará desemprego directo, com o reflexo a montante em toda a indústria com seu coeficiente da vizinhança de 2, por cada emprego não efectivado. Ora, o que sabemos é que parte significativa do desemprego e quinhão importante de subemprego está dependente do relançamento da construção civil. Embora não seja rigoroso, a estatística não forneceu dados esclarecedores, podemos admitir que hoje não mais de 210 000 trabalhadores integram o sector, o que equivale a dizer que o maior empregador nacional, a indústria da construção civil, deixou de poder contar com talvez mais de 40 000 trabalhadores, que aí tiveram o seu trabalho garantido. A falta de capacidade de toda a ordem, momente técnica e financeira do Estado, na substituição dos empresários do sector privado, a quem não foram dadas garantias de continuação, é a grande razão responsável pelo retrocesso. Há que relançar o sector, de tal forma que absorva o desemprego e possa a curto prazo ser criação de novos postos de trabalho. Mas como relançar?

País carecido de cerca de 600 000 habitações; com dezenas de milhares de fogos degradados a carecerem de recuperação; com uma rede hospitalar a completar; com grandes carências de construções escolares, onde se possa ministrar o ensino de todos os níveis em todo o território; com graves falhas em reparação, conservação e construção de estradas; com obras de saneamento básico por projectar, concursar e construir, por toda a parte. Enfim, um rosário de necessidades cuja solução traria melhoria sensível à qualidade de vida dos Portugueses, são, como é sabido, no actual quadro orçamental mal contemplados, não permitindo atenuar de maneira significativa as carências e não permitindo manter sequer os actuais níveis de emprego, com o reflexo que já enunciéi e o retrocesso de toda a indústria subsidiária, o que ainda mais agravará o nível de desemprego.

Da totalidade do volume que o sector deveria produzir cerca de 80% serão remetidos para a construção de edifícios e destes a maior parte deverá ser na resposta para atenuar as carências habitacionais, embora seja de considerar a importância que o sector turístico deverá desempenhar na construção de unidades hoteleiras de todas as categorias, aldeamentos turísticos, unidades para-hoteleiras e toda a gama de edifícios necessários à sua integração.

Sem receio de ser desmentido, poder-se-á afirmar que se em unidades hoteleiras, sem criar problemas de excesso de oferta, poderíamos programar por ano a construção de hotéis com a capacidade de 15 000 camas. Esse valor adicionado aos dos outros edifícios necessários ao sector turístico poderia conduzir a mais de 25 milhões de contos de trabalho.

De qualquer modo, será no sector habitacional que se terão de encontrar as soluções que permitem resolver os problemas do emprego no sector. Caberá ao Estado e às câmaras municipais resolução do problema dos agregados familiares insolventes para o custeio do aluguer, donde se legitimo esperar que o Governo aplique do OGE verba nesse sentido, que não vimos explicitadas. Caberá ainda ao Estado a resolução do problema dos agregados familiares solventes para o pagamento do arrendamento, mas é situação de que o Estado se poderá e deverá desembocar, bastando para tanto uma revisão da lei do arrendamento, que contemple um sistema de actualização de rendas e que sejam revogados os Decretos-Leis nº 445/74 de 12 de Setembro e 198-A/75, de 14 de Abril.

O Sr. João Morgado (CDS): — Muito bem!

O Orador: — De qualquer forma, o grande volume terá de ser transferido para uma atitude imobiliária que contempla os agregados familiares solventes para aquisição de casa própria, se concedidas facilidades de financiamento juntamente com uma política fiscal que se revele necessária. (que se torna, pois, prioritário, outras medidas se revelar ainda necessárias, é uma alteração de política financeira que torne viável este objectivo: bonificação de juros e determinação do valor do financiamento e do prazo da sua liquidação. Tal conjugação de medidas deveria apontar para que no máximo 30% do rendimento do agregado familiar fosse consignado ao pagamento de juros e amortização dos custos do seguro de vida, admitindo-se que as taxas de juro fossem fixas, mas que a amortização fosse mais rápida que previsto pelo natural aumento de rendimentos do agregado familiar.

Das isenções fiscais destacaremos a sisa, a contribuição predial e a dedução das amortizações efectuadas no momento anual para efeito de tributação do imposto comunitário. Para suporte do financiamento propomos a criação de um fundo de financiamento à aquisição de casa própria.

Outras medidas serão ainda necessárias tomar e di respecto ao ordenamento territorial da construção, ao baretecimento da construção que é possível, à política crédito à indústria da construção, às isenções e outros benefícios fiscais como forma de incentivar o investimento imobiliário para rendimento, e às formas de captação de banca para investimento no sector imobiliário, tendo atenção a forte participação que os emigrantes portugueses podem, e diria estarem desejosos de dar, neste tipo de investimento.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Igualmente se deveria ver com cuidado do investimento estrangeiro, nomeadamente giões de mais acentuada caracterização turística.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É pois, no sentido de relançar a indústria da construção civil e de incentivar o investimento imobiliário,

Grupo Parlamentar do CDS irá apresentar uma proposta de aditamento à proposta de lei n.º 227/1.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Srs. Ministros, como há pouco disse, não há mais oradores inscritos.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, queria solicitar à Mesa que nos informasse quais são neste momento os tempos disponíveis, quer do Governo quer dos partidos.

O Sr. Presidente: — Vamos já satisfazer o seu pedido, Sr. Deputado. A Sr.ª Secretária Maria José Sampaio vai fazer a leitura dos tempos disponíveis.

A Sr.ª Secretária (MARIA JOSÉ SAMPAIO): — O Governo dispõe de 27 minutos e 30 segundos, o PSD de 22 minutos e 30 segundos, o PSD de 47 minutos e 30 segundos, o CDS de 42 minutos, o PCP de 32 minutos e 15 segundos, a UDP de 13 minutos e os Deputados independentes, em conjunto, de 19 minutos e 30 segundos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Srs. Deputados, apesar dos tempos disponíveis, devemos dizer que vamos inscrever mais um Deputado para intervir. No entanto não nos parece que seja de facto uma norma correcta, num debate deste tipo, a inscrição contínua de Deputados de um partido. Não percebemos a razão por que os outros partidos não fazem inscrições, analisando os tempos disponíveis.

E aqui apraz-me, de facto, fazer uma ligeira observação a uma crítica ontem feita pelo Sr. Deputado Cunha Leal sobre a utilização dos tempos. Criticou o Sr. Deputado partidos que estavam no pleno uso dos seus direitos e cumprindo os preceitos regimentais de gastarem mal o seu tempo. Repare-se que a colaboração para os trabalhos desta Assembleia não tem sido dada predominantemente pelo partido do Sr. Deputado, pois vejo que o seu partido dispõe ainda de 47 minutos e 30 segundos, ou seja, é o partido que dispõe de mais tempo e que efectivamente não inscreve Deputados.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas como disse, Sr. Presidente, inscrevemo-nos um Deputado para intervir.

O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia.

Como não estamos a contar este tempo, peço-lhe que seja esse.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — É apenas para dar um breve esclarecimento.

Já tinha já tido oportunidade de informar a direcção do grupo parlamentar do Sr. Deputado Carlos Robalo que o seu partido já só faria neste debate na generalidade a sua intervenção final. Nestes termos, lamento que o Sr. Deputado Carlos Robalo não se tenha informado no âmbito da sua bancada antes de proferir as palavras que lhe acabou de ouvir.

Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Robalo, pode falar, mas peço-lhe que, como habitualmente, seja sucinto.

Sr. Carlos Robalo (CDS): — Naturalmente, Sr. Deputado Sérvulo Correia, que estava informado. No entanto, não

quer dizer que eu concorde com isso. Eu falei em termos de gestão de tempo, depois de termos sido sujeitos ontem a uma crítica acerca dessa mesma gestão. Ora, o problema que se põe é que V. Ex.ª entende que o seu partido só fará mais uma intervenção, e da parte da tarde, o que não quer dizer que tenha a concordância dos outros ou que isso seja entendido como uma gestão correcta do tempo num debate que está programado para de manhã e de tarde.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, não me está a contar o tempo?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo está a contar, mas agora não é para efeito do debate. O tempo conta sempre.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — No fundo, o tempo conta às vezes mais do que é preciso, mas não foi nesse sentido que fiz a pergunta.

Como o meu partido dispõe só de 32 minutos — a totalidade dos quais será praticamente preenchida com a intervenção final, e obviamente não é a hora de a fazer —, temos ainda uma pequena intervenção para fazer, mas apenas no início dos trabalhos da tarde. Portanto, não nos parece que estejamos visados pela crítica. Queríamo-nos apenas dar esta explicação para a Mesa saber qual é o nosso programa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cunha Leal.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra apenas para dizer que ontem defendi e sustentei precisamente o contrário daquilo que o Sr. Deputado Carlos Robalo me imputa. A administração do tempo de ontem não se reporta necessariamente à administração do tempo de hoje e as declarações finais devem, por uma questão de pura lógica, ser seguidas umas às outras.

O Sr. Presidente: — Creio que o Sr. Deputado Narana Coissoró tem uma intervenção preparada. Por isso tenha a bondade de a fazer.

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — O CDS está sempre preparado!

O Sr. Presidente: — Espero que, entretanto, os outros grupos parlamentares façam inscrever Deputados, pois, de contrário, faremos o intervalo mais cedo ou, na falta de inscrições, poremos o Orçamento à votação na generalidade.

Tem, portanto, a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As grandes opções do Plano arroladas pelo Governo, no domínio do emprego e do trabalho, ilustram com eloquência as contradições em que, nesta sua fase de estertor, se debate o sistema socialista-gonçalvista. Ao longo destes dias os Deputados centristas tiveram mais uma oportunidade para demonstrarem à sociedade, tanto no plano global como nas várias análises sectoriais, que a alternativa que se coloca neste momento ao Governo e ao povo português é a seguinte: ou se continua na criminosa e desacreditada política económica e social saída de 11 de Março que nos atirou para a ruína em que hoje vivemos, ou se rompe corajosamente com as forças de continuidade e conservadorismo socialista...

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — Muito bem!

O Orador: — ...iniciando uma nova caminhada que nos conduza rapidamente à Comunidade Económica Europeia, condição primeira da nossa reconstrução nacional.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O peso do gonalvismo comunista é excessivo no Ministério do Trabalho. Entregue pela ingenuidade política do general Spínola ao Partido Comunista, logo após a eclosão do 25 de Abril, este departamento governamental foi objecto de um cuidadoso plano de agitação e destruição meticulosamente executado até ao 25 de Novembro e constituiu uma das importantes rampas de lançamento das forças da extrema-esquerda, então abertamente aliadas ao PC para a captura do poder com vista à instauração da ditadura do tipo soviético.

O Sr. Cabral Fernandes (CDS): — Muito bem!

O Orador: — A odienta sanha persecutória e a actuação terrorista com que os homens de mão colocados pelo PCP-Inter nos lugares-chaves deste poderoso aparelho que era o Ministério das Corporações e Previdência Social, esmagou e triturou durante meses a fio muitas centenas de pequenos e médios empresários e destruiu impiedosamente todo o aparelho produtivo do País, e constitui um dos capítulos negros da Revolução de Abril.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Porém, como é sabido, embora formalmente expulso da área do poder depois das eleições legislativas de 1976, devido à política das alianças pontuais seguidas pelo I Governo Constitucional, e depois à luta intestina entre a "sensibilidade" do Ministro Maldonado Gonçalves e a "sensibilidade" do Deputado Marcelo Curto, presidente socialista na Comissão Parlamentar do Trabalho, os dois Governos do Dr. Mário Soares não encontraram as condições mínimas para se abalançarem afoitamente na tarefa de desgonçalvização da lei laboral, nem à dessecularização total dos serviços do Ministério, razão por que o actual titular da pasta se vê colocado na premente e ingrata tarefa de ter de ser ele, após a entrada em vigor da Constituição de 1976, quem tem de preparar e sujeitar à aprovação desta Câmara os diplomas basilares do direito laboral.

É exactamente esta a preocupação que transparece do capítulo dedicado ao emprego e trabalho e salários, que neste momento é objecto da nossa rápida e sumária análise.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: tal como acontecera na discussão do Programa deste Governo, achamos correcto e realista o diagnóstico da situação vigente, embora o receituário fique muito aquém do exigido pela gravidade da doença que mina o nosso país.

Com efeito, quanto ao desemprego, não se vislumbra a possibilidade da sua atenuação a curto prazo; antes é de esperar que ele aumente nos próximos três anos, e isto por duas razões evidentes: primeiro, porque, não dispondo o Governo de maioria parlamentar que o apoie, e, ao invés, estando esta Câmara dominada pela força de continuidade e de conservadorismo socialista, qualquer tentativa de mudança por via legislativa esbarra-se com as manobras de maioria de esquerda, actualmente ainda mais à esquerda do que antes do último Congresso do PS.

Risos do PS.

Pior que isto: aproveitando-se desta queda mais à esquerda do Grupo Parlamentar Socialista e do complexo obreirista dos seus componentes que fazem parte da 3.ª Comissão Parlamentar, o PCP prepara-se para alterar, a seu gosto, toda a legislação votada por esta Assembleia nos últimos

dois anos para avançar na sua política de recuperação gonalvista.

O projecto comunista de alteração da Lei das Empresas em Autogestão, que ainda nem sequer completou um semestre sobre a sua publicação, e o acolhimento favorável que lhe foi já dispensado pelos Deputados socialistas na Comissão de Trabalho, é disto sinal e sintoma preocupante e evidente.

Em segundo lugar, como foi demonstrado amplamente pelos meus colegas da bancada que interviveram já neste debate, o relançamento da economia não é compatível com o sistema económico que nos rege, pois os investidores portugueses por motivos consabidos e reais, que projectam nas suas decisões psicológicas não podem arriscar as suas poupanças e os seus capitais em quaisquer projectos enquanto não lhes for dada a mínima garantia de que as coisas vão deixar de ser o que são e vão mudar para melhor.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Em suma, parece-nos de difícil concretização, sem substituição do actual sistema, as metas almejadas pelo Governo na matéria de emprego.

Quanto à política de salários é discutível o "tecto" de 18%. O Governo ainda não demonstrou que é este, de facto, o plafond máximo até onde pode ir, e dada a deterioração de preços que o próprio sistema gonalvista está fadado a acelerar, a ameaça que paira sobre as famílias dos que vivem exclusivamente dos rendimentos do seu trabalho é inquietante e desolador.

Finalmente, com a diminuição dos salários reais não é de esperar senão uma ainda maior quebra de produtividade, não só motivada por razões normais, como também e principalmente pelo clima da agitação permanente que a dupla PCP-UDP vai provocar e manter nas zonas da sua influência.

Quanto à política de trabalho, já aqui expressámos a nossa posição aquando dos debates sobre os programas de todos os Governos Constitucionais: a necessidade de revisão da legislação actualmente existente é madiável porque ainda se mantém uma estranha amalgama de legislação corporativa e de legislação comunista, intolerável para os empregados.

Nesta conformidade, vamos entregar na Mesa uma proposta de aditamento neste capítulo, que poderá ser circulada entre os Srs. Deputados

(Ver o anexo).

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS tem plena consciência dos sacrifícios temporários que os trabalhadores portugueses — têm de dar e mesmo os empresários realmente desejosos de contribuir para o progresso económico Portugal têm de suportar.

Neste período de crise dramática que atravessamos e pode em perigo o nosso futuro e a própria independência nacional, o CDS conta com os portugueses de todos quadrantes, e não apenas daqueles que produzem diretamente o sustento de todos nós, e está certo de que se saberão colocar o bem da Pátria acima dos seus interesses egoístas e não embarcarão nas utópicas daqueles que, tudo o 25 de Abril, os lançaram na miséria actual e procurando disso, aproveitar-se da situação por eles próprios criada para fins inconfessáveis de liquidarem a democracia no nome do socialismo.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Membros do Governo, caros amigos, creio que será melhor fazermos agora o intervalo almoço em virtude de não haver mais inscrições e parece-me que a Câmara também não está disposta já as leis do Orçamento e do Plano na generalidade uma vez perguntado aos grupos parlamentares se desejam

crever algum Sr. Deputado, e ao Governo se porventura deseja fazer ainda da parte da manhã alguma intervenção.

Pausa.

Visto não haver nem da parte do Governo nem da parte dos grupos parlamentares a intenção de produzir ainda esta manhã qualquer intervenção, suspendemos agora a reunião, que recomençará apenas às 15 horas a pedido do PSD.

Está suspensa a sessão.

Eram 12 horas.

Após o intervalo para o almoço, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, na realidade, estou pronto para fazer a minha intervenção. Sucede simplesmente que vai versar sobre matéria do pelouro do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, que até este momento não assistiu senão a metade de uma das cinco intervenções que até agora foram produzidas sobre a matéria do seu pelouro. Como, efectivamente, não se trata aqui de um debate entre Deputados, mas sim entre a Assembleia e o Governo, não sei se não será melhor fazer alguma *démarche* no sentido de o Sr. Ministro estar presente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, comprehendo perfeitamente a sua objecção, só que a Mesa neste momento — e chamo a atenção para esse facto a todos os grupos parlamentares — não tem outra inscrição que não seja a do Sr. Deputado.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sendo assim, farei de seguida a intervenção que tenho preparada.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No que respeita ao sector das pescas, as propostas de lei apenas registam duas alterações em relação ao Programa do Governo.

A primeira é a omissão de qualquer alusão às relações com os países africanos de língua portuguesa, sobre os quais havia expressa referência no Programa. Pelo significado político de que se reveste este facto, exigimos explicações sobre ele.

A segunda é a inclusão de uma referência à "colaboração com a Secretaria de Estado do Comércio Interno na racionalização dos circuitos de comercialização, fixação de preços e desenvolvimento e utilização de meios de frio de ar para as pescas". Ora, a verdade é que as características de colaboração são responsáveis por três factos de suma importância: primeiro, a manutenção de preços de tabela muito inferiores aos custos de produção, cumpridos apenas pelas empresas nacionalizadas, afundando-as cada vez mais; segundo, a entrega dos entrepostos frigoríficos a fins que são os seus, pondo em causa a normalização do abastecimento das indústrias conservadoras; terceiro, a demora na fixação dos novos preços de venda de peixe, incentivando o brutal açambarcamento.

Este açambarcamento, bem conhecido dos consumidores, a ser oficialmente reconhecido há três ou quatro dias, é da acção da fiscalização económica, que inclusivamente encontrou grandes quantidades de peixe nos entrepostos frigoríficos de Matosinhos, Aveiro e Lisboa da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau. Este orga-

nismo, recorda-se, tem o exclusivo da compra do peixe congelado oriundo das capturas realizadas pela frota nacionalizada. Note-se, a propósito — suprema ironia —, que continua a ser presidente daquela Comissão desreguladora o Dr. João Albuquerque, actual Secretário de Estado das Pescas. É caso para perguntar se a colaboração entre as duas Secretarias de Estado servirá para impedir o prosseguimento dos processos por açambarcamento e a exemplar punição dos responsáveis...

E poi aqui teríamos de ficar, se nos limitássemos a apreciar aquilo que o Governo revelou nas suas propostas de lei. Mas temos fortes razões para pensar que se o Governo Mota Pinto/PPD se mostra tão exageradamente sonegador é em parte para encobrir aspectos relevantes daquilo que se propõe fazer contra os trabalhadores e contra as nacionalizações, claramente traduzido no projecto do OGE discriminado para o sector das pescas.

Antes de mais, verifica-se que o Governo reduziu de 18% em termos absolutos as verbas do PIDDAP para as pescas, o que, tendo em conta a desvalorização oficialmente reconhecida, significa uma diminuição real superior a 30% em relação ao ano passado. Eis uma nítida expressão do modelo chamado desenvolvimentista adoptado por este Governo: desenvolvimento negativo!

Sabe-se que as verbas do OGE para apoio aos investimentos das cooperativas foram reduzidas de 40% em relação àquilo que propuseram os próprios serviços da Secretaria de Estado, importa que o MAP, ausente, esclareça porquê.

Vozes do PCP: — Já está presente!

O Orador: — Então, importa que o MAP, finalmente presente, esclareça porquê.

E sobre o apoio ao sector das conservas de peixe, em relação ao qual o Plano pretende defender apenas a sobrevivência — a expressão é do Governo — e a manutenção dos mercados externos, parece que não existe nenhuma verba no OGE.

Entretanto, segundo revelaram os trabalhadores, o Governo prepara-se para devolver aos patrões a Júdice Fialho até ao fim deste mês. Eis uma clara expressão da incoerência do Governo: garantir a sobrevivência do sector, entregando uma tão importante empresa aos patrões, que a levaram à beira do encerramento, agora que foi recuperada pelo esforço conjunto dos trabalhadores e dos gestores, que em três anos conquistaram trinta e dois novos mercados estrangeiros, elevando de oito para quarenta os mercados existentes ao tempo dos patrões sabotadores!

Importa, porém, saber como é que o MAP pretende utilizar as emagrecidas verbas orçamentais, nomeadamente no que se refere à renovação da nossa envelhecida e, em parte, inadequada frota pesqueira, não perdendo de vista que ela tem uma componente nacionalizada com enorme importância, outra cooperativa e outra privada.

Pois o MAP tem uma distribuição orçamental que é um exemplo flagrante da hipocrisia da tão celebrada fórmula governamental do tratamento igualitário dos sectores público, cooperativo e privado: dos 2 milhões de contos destinados a crédito e subsídios para construção de oitenta e dois novos navios, só 200 000 contos são para cooperativas correspondendo a quinze novos barcos, e nem um chavo para as empresas nacionalizadas; e dos 290 000 contos destinados à transformação de trinta e três navios só 10 000, isto é, 3,5%, são para empresas nacionalizadas, beneficiando apenas 4 barcos.

Srs. Deputados, dos 2,4 milhões de contos que o Governo Mota Pinto/PPD inclui no OGE para créditos e subsídios para navios, 2,1 milhões de contos vão para o sector privado, isto é, 88%!

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Muito bem, não, muito mal, porque a Constituição manda tratá-los em pé de igualdade. Mas não admira que o "muito bem" venha da parte do CDS.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Também somos os únicos que damos rendimento a este país!

O Orador: — Sabe-se, no entanto, que o MAP orçamentou verba superior a 70 000 contos para transformação de oito arrastões do alto em barcos para pesca do apara-lápis. Ora, a verdade é que esses arrastões só podem vir de entre os dez que o Governo fez sair das águas da Mauritânia nos dois últimos anos, todos eles da frota nacionalizada, já que os seis privados que integravam aquela frota não foram tocados.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Esta questão tem de ser aqui esclarecida e sem subterfúgios, Sr. Ministro. O gabinete do Sr. Secretário

O Orador: — Esta questão tem de ser aqui esclarecida e sem subterfúgios. Sr. Ministro. O gabinete do Sr. Secretário

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Com esta manobra, o ataque ao sector nacionalizado atinge o cúmulo. O Secretário de Estado das Pescas dá créditos avultadíssimos aos armadores privados para a renovação e aumento da sua frota; retira às empresas nacionalizadas os barcos que considera obsoletos e não lhes dá créditos para a sua substituição nem para a sua transformação; vende aos armadores privados, como sucata, os barcos que retira às empresas nacionalizadas, e dá-lhes a eles, empresários privados 50 000 contos de crédito e 25 000 contos de subsídio não reembolsável para os transformarem para a pesca do apara-lápis...

O Sr. Severiano Falcão (PCP): — Que escândalo!

O Orador: — ... e, para fechar o circuito, dá crédito de 250 000 contos a duas empresas privadas para instalarem novas fábricas de farinha de peixe, que se abastecerão com a matéria-prima capturada pelos barcos privados retirados às empresas nacionalizadas.

Não, Srs. Membros do Governo Mota Pinto/PPD: o País não está em saldos! Este Governo não resolve nenhum dos muitos e graves problemas do sector das pescas, antes os agrava a todos e agrava os preços e o abastecimento dos consumidores. É um dever patriótico e uma imposição nacional rejeitar este Ministério da Agricultura e Pescas e esta política.

Aplausos do PCP.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Era bom que o Governo respondesse a isto porque as acusações são graves!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Na sequência das intervenções já proferidas por este grupo parlamentar, demonstrando a incoerência e a incapacidade do actual sistema económico, e na consequente apresentação de propostas tendentes à sua correcção, cabe-nos abordar, ainda que muito brevemente, os aspectos que consideramos de maior relevância no que se refere a uma política de preços e rendimentos.

Numa atitude construtiva, que tem caracterizado a nossa participação neste debate, apresentaremos a esta Assembleia da República, uma proposta de aditamento sobre este mesmo assunto.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A definição de uma correcta política de preços é um instrumento essencial à consecução dos objectivos económicos globais e ao correcto e eficaz funcionamento do sistema económico.

Torna-se, assim, absolutamente imprescindível que os preços sejam formados com verdade, o que pressupõe, naturalmente, a existência de mercados o mais possível concorrentiais, onde se verifiquem, entre outras, as seguintes condições: os compradores e vendedores devem estar em directa e activa concorrência e possuírem uma informação pormenorizada e permanentemente actualizada do mercado; devem existir condições de liberdade de estabelecimento; as entidades envolvidas na actividade empresarial devem ser motivados pelo lucro, não obstante a função social que exercem; os subsídios ao nível da produção devem ser precisamente eliminados por introduzirem um grau significativo de distorção.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É evidente que no sistema económico actual não estão reunidas minimamente as condições que permitem concretizar os citados aspectos e, ao invés, encontra-se submetido a todo um conjunto de limitações e espartilhos, que impede o seu funcionamento.

Na realidade, a liberdade de estabelecimento encontra-se fortemente prejudicada pela Lei de Separação dos Sectores Público e Privado, com a natural impossibilidade de se obter a plena concorrenzialidade em todos os sectores da actividade económica.

Por outro lado, o próprio sistema de preços, actualmente definido, é igualmente limitativo, revestindo grande complexidade e não permitindo que os diversos componentes dos custos tenham expressão ao nível dos preços formados, detectando-se, além disso, significativos desfasamentos nos respectivos processos de formação e de cálculo.

É, assim, fundamental reformular radicalmente o sistema de preços actualmente vigente, baseando-o no pleno aproveitamento do pressuposto das leis de mercado e dos princípios básicos que lhe servem de suporte.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Contudo, não se pode esquecer, e de acordo com o que já foi referido, que a nossa economia se encontra actualmente submetida a diversas restrições e formas de enquadramento, que desvirtua e distorce a aplicação dos mecanismos de mercado, pelo que o sistema de preços a estabelecer na actual conjuntura deverá permitir o máximo possível de concorrenzialidade no mercado e de verdade de preços, dentro dos parâmetros restritivos existentes, adiustando-se, contudo, que, à medida que estes parâmetros forem diluíndo, o sistema irá caminhando progressivamente para uma liberalização que nos aproxima dos sistemas gentes nos países da Comunidade Económica Europeia.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É dentro destas coordenadas que se insere a proposta para uma redefinição do sistema de preços que o Grupo Parlamentar do CDS agora apresenta a esta Assembleia da República.

O fomento da produção, ou seja, a implementação de um esquema realista de intensificação e desenvolvimento da capacidade produtiva, é também uma componente a ser considerada na definição de uma política de preços.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Sem a preocupação de se ser exaustivo, indicam imediatamente alguns dos aspectos onde deverá ser centrada a definição de uma política de fomento da produção: intensificação do trabalho por turnos; aumento da produtividade (política salarial e outras condições laborais); defini-

implementação de uma correcta política de investimentos; reconversão agrícola e assistência técnica; aumento da frota pesqueira e do seu potencial de captação de pescado, etc.

Um outro aspecto ainda a considerar relativamente a uma correcta definição de uma política de preços corresponde à necessidade de se proceder a uma racionalização das formas e circuitos de distribuição.

Dentro deste âmbito deverão constituir preocupação prioritária os seguintes aspectos: liberalização dos horários de trabalho; liberalização do acesso aos mercados; liberdade de estabelecimento; reorganização em novos moldes de mercados abastecedores; alargamento do âmbito do mercado e da actuação das diversas actividades económicas, facultando-lhes o acesso a novas linhas de comercialização, mediante a liberalização do regime de diversificação horizontal, salvo restrições relativas às condições de armazenagem e higiene.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Actualmente, a política de rendimentos definida no nosso país é um todo descoordenado e desintegrado em que as diversas variáveis que integram o rendimento nacional evoluem de forma descoordenada e distorcida, designadamente pelo facto de não estarem subordinadas a um esquema coerente e homogéneo que as corrija directamente em função da evolução da inflação.

Considerando a necessidade da correção da situação descoordenada referida, apresenta este grupo parlamentar uma proposta de aditamento às grandes opções do Plano para 1979, na certeza de que da aprovação da mesma resultariam efeitos muito positivos para uma política de preços e rendimentos.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Macedo Pereira.

O Sr. Macedo Pereira (CDS): — Sr. Presidente: Solicitava em nome do meu grupo parlamentar que, dado que cada grupo parlamentar tem quinze minutos para a declaração de voto, cinco minutos desse tempo fossem por nós utilizados no período de discussão na generalidade.

Assim, gostaríamos de saber a opinião dos restantes partidos.

O Sr. Presidente: — Bem, de facto, este não é o melhor método para resolver problemas deste tipo. Contudo, vamos então saber a opinião dos outros partidos. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Laje.

O Sr. Carlos Laje (PS): — De facto, nós estamos de acordo desde que os restantes grupos parlamentares possam votar esse método.

Sr. Presidente: — Com certeza. Tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia.

Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Presidente, não pensámos dessa faculdade, mas uma vez que é de interesse dos outros grupos parlamentares não queríamos impedir o envolvimento normal do debate.

Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga Vieira.

Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sem termos ainda decidido usarmos ou não dessa faculdade, estamos de acordo seja usada por outros.

Sr. Presidente: — E, finalmente, qual a opinião do Sr. Dr. Acácio Barreiros?

Sr. Dr. Acácio Barreiros (UDP): — Estou de acordo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Agora, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Portugal.

O Sr. António Portugal (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O orçamento para a segurança social e saúde suscita, naturalmente, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista algumas perplexidades e muitas reservas.

Não esperávamos deste Governo uma lei orçamental que neste campo específico traduzisse uma visão progressista e muito menos socialista dos problemas da segurança social e da saúde. Sabemos o que é este Governo, conhecemos a sua génese, sabemos qual a sua dinâmica e finalidade. Contudo, esperávamos que as soluções orçamentais propostas fossem, ao menos, no sentido que nos é apontado pela Constituição.

Porém, tal não aconteceu, e podemos afirmar que no corpo e no espírito deste orçamento está a flagrante contradição do espírito e do corpo da nossa Constituição.

Porque a Constituição que hoje nos rege e é a tábua de lei da nossa cidadania, assenta em princípios de justiça social e apontando-nos o caminho para uma sociedade mais justa e mais fraterna e para a libertação dos explorados e oprimidos deste país, eliminando a *capitis deminutio* que sobre eles tem impendido ao longo dos tempos.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Ora, Srs. Deputados, este Orçamento que o Governo nos submete para a segurança social e saúde é um orçamento que nos diz que aqueles que mais têm sentido na sua carne a dureza e as vicissitudes de uma vida em muitos casos sub-humana e no mais profundo da sua alma, o desespero da ausência de qualquer esperança, têm de continuar sem esperanças, têm de continuar a sofrer à espera de melhores dias. Traduz uma óptica meramente gestionária em termos de deve e haver, sem uma visão político-humanista dos problemas sociais. O que não admira, pois o Sr. Ministro já aqui reconheceu que não é um político, mas sim um gestor. Só que o Ministério dos Assuntos Sociais não é uma empresa.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós sabemos que se vive uma crise económica, que nos transcende geograficamente, a um ritmo inflacionário com repercussões no equilíbrio do sistema de financiamento da segurança social. Acontece, porém, que com este Orçamento se procurou o equilíbrio através de medidas que afectam gravosamente a vida, já de si bastante precária, de uma grande parte da população deste país.

Não podemos aceitar que no domínio como o da segurança social e da saúde, que se destina a assegurar e a manter uma qualidade de vida minimamente decente aos Portugueses, sejam os trabalhadores, os reformados, os deficientes e as crianças da primeira infância a pagar o preço desse equilíbrio.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, dissemos atrás que o Governo, com este Orçamento, violou o espírito e o corpo da nossa Constituição, que o mesmo é dizer o espírito do 25 de Abril.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Governo poderia ter tentado atenuar os efeitos conjugados da crise e da inflação através de acções adequadas de saneamento financeiro e administrativo por forma a racionalizar os gastos e a punir as situações fraudulentas, quer criando novos tipos de resposta quer melhorando os meios já existentes por forma a poder assim obviar às

carências da população nos domínios da segurança social e da saúde.

Encontrar-se-ia assim um ponto de equilíbrio entre o aumento das despesas — e elas tendem sempre a aumentar — resultante da necessidade da actualização das prestações, do aumento de desempregados e pensionistas, etc., e a diminuição do valor das receitas, resultantes da situação de crise.

Simplesmente, o Governo não teve, não soube ou não quis ter em consideração esta forma de encarar o problema e tentar, dentro desses parâmetros, resolvê-lo, e optou, antes, por uma série de medidas que têm como efeito, senão como objectivo, a diminuição dos rendimentos dos trabalhadores activos, dos trabalhadores reformados, dos filhos dos trabalhadores e dos deficientes, e que mais adiante analisaremos detalhadamente.

É esta a crítica global que entendemos não poder deixar de trazer aqui a esta Assembleia. E porque queremos cumprir o nosso mandato, não iludindo a confiança de quem nos elegeu, e porque o Orçamento que temos perante nós não atenua, antes pelo contrário, avoluma a angústia do povo trabalhador deste país, vou passar em revista algumas das suas propostas concretas, assim como algumas das afirmações feitas nesta Câmara pelo Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, cuja ausência lamento.

Disse o Sr. Ministro na sua intervenção que as grandes opções e o Orçamento no que ao seu Ministério se refere — cito — foram elaboradas, tendo em consideração a conjuntura actual e as consequências de decisões tomadas por Governos anteriores, que, naturalmente, condicionam as metas mais ambiciosas que desejariam alcançar". E acrescenta logo a seguir: "Que aquelas opções têm como objectivo, apesar dos condicionalismos atrás referidos, uma melhor satisfação dos justos anseios dos beneficiários das suas acções e que são a quase totalidade do povo português".

Devo dizer-lhe, Sr. Ministro, que com o II Governo se apresentou pela primeira vez o Orçamento integrado de segurança social que representou o corte, que queremos definitivo, com uma concepção de segurança social em termos de caridade e que é, aliás, o imperativo constitucional. Portanto, se o Sr. Ministro quer realmente satisfazer os anseios dos beneficiários da segurança social, comece já por aqui e não lhe ofereça caridade ou esmolas, mas segurança auténtica e real.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Entrando agora nas medidas concretas do Orçamento, vejamos:

O Governo aumenta de 1% as contribuições para a segurança social, dividindo esse encargo em partes iguais pelas entidades empregadoras e pelos trabalhadores. É um aumento inadmissível e injustificado, que, além de ir agravar as dívidas de muitas empresas à Previdência é incompatível e inaceitável para os trabalhadores, face ao agravamento do custo de vida e à total ausência de contrapartidos em benefícios sociais. É apenas a forma de ir buscar 1 800 000 contos a transferir para o OGE.

O Governo aumenta o período de espera de três para cinco dias em caso de doença, numa clara violação de recomendações internacionais, no sentido de progressiva abolição dos três dias já existentes.

Mas vai mais longe na extensão: retira aos trabalhadores doentes os subsídios de Natal e de férias precisamente quando eles se encontram mais carecidos de protecção social e o seu salário seria compensado com o subsídio de doença correspondente e quando se impunham soluções em sentido inverso. E, enquanto faz isto, o Governo oferece aos proprietários das farmácias 500 000 contos através da abolição do desconto das farmácias aos Serviços Médico-Sociais! Estranha lógica.

Argumenta-se com o mínimo de baixas por doença em

1978, mas o certo é que os números apresentados não traduzem a verdade real, dado que neles estão incluídos dias perdidos por maternidade, tuberculose e tempo de espera de passagem à reforma que, de forma alguma, podem ser assim considerados.

Disse o Sr. Ministro que o País está doente. Na verdade, o País está doente, está mal-alimentado e carecido de assistência médica, quer no campo da medicina geral, quer no campo da medicina do trabalho. Que o digam aqui os milhares de tuberculosos-silicólicos que pensam por esse país fora com um futuro tão negro como o negro dos seus pulmões!

Temos neste momento 1 500 000 pensionistas e no final do ano teremos mais umas centenas de milhar que vivem numa situação verdadeiramente angustiante, se pensarmos que mais de 1 milhão não têm sequer 3000\$ mensais.

O Governo tão preocupado com o equilíbrio orçamental feito à custa dos trabalhadores, que pensa ele do equilíbrio que têm de fazer os milhares de portugueses com os seus magros orçamentos em desequilíbrio permanente que apenas lhes permitem sobreviver em condições que são autênticos milagres?

Não vemos resposta aceitável no Orçamento. E não podemos deixar de chamar a atenção do Sr. Ministro dos Assuntos Sociais para o facto lamentável de ter criado nos reformados e pensionistas a expectativa, a todos os títulos legítima, de que ia minorar a sua situação, melhorando substancialmente as suas reformas e pensões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Analisemos agora, ainda que muito sumariamente, o Orçamento Geral do Estado na parte em que se refere à saúde.

Estranhamos, desde logo, o seu silêncio perante o Serviço Nacional de Saúde, cuja lei de bases vai dentro de dias ser discutida e aprovada — não tenho quaisquer dúvidas — nessa Assembleia. Cremos que teria sido curial que pelo menos, a ponderação para efeitos orçamentais da próxima aprovação de uma lei tão importante como esta.

Para além disto, verifica-se que em relação ao Orçamento de 1978 há uma diminuição real do valor orçamental, em cerca de 4 milhões de contos.

Se entrarmos apenas em linha de conta com a inflação, seriam precisos para preencher os objectivos de 1978 mais 7 milhões de contos, o que implicaria para 1979 um orçamento de 38 a 39 milhões. Como é que o Governo pensa o seu orçamento de 27 milhões melhorar os cuidados de saúde da população?

Será apenas com a tecnocrática melhoria de gestão e recursos actuais?

Não quis o Governo deixar de assinalar em termos ormentais e de política de saúde o Ano Internacional Criança. E fê-lo com uma medida que consagrará para futuro na nossa memória esta efeméride.

Assim, propõe-se transformar o subsídio de aleitação duzindo de 6400\$ para 2000\$. É verdade que poupa com esta medida à custa das crianças deste país 168 contos. É, com certeza, uma das contribuições mais do Mundo, com a originalidade de serem os homenageados a pagar os festojos.

Aplausos do PS.

São todas estas reservas, dúvidas e interrogações que pensa o Grupo Parlamentar do Partido Socialista no Orçamento nos domínios de segurança social e da saúde.

São muitas as nossas preocupações, que o mesmo é que são muitas as preocupações do povo que nos elegeu.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado da Gama Fernandes.

O Sr. Vasco da Gama Fernandes (Indep.): — Sr. Pr

te, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A despeito do estrangulamento a que estão votados os Deputados independentes nesta Assembleia, fiz o esforço extraordinariamente difícil de poder sintetizar, dentro do horário imposto, as considerações que entendo dever fazer.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quando a vida algo nos ensina sem que os recordatórios se situem no âmbito dos imperativos dogmáticos, é nosso dever comunicar o acervo das inquietações, a soma nem sempre correcta mas, pelo menos, bem-intencionada, procurando que aquelas, em confronto, contribuam para a pesquisa dos denominadores comuns que, uma vez equacionados, sirvam a *res pública*.

Neste recordatório, sem grandes saltos para trás, verifica-se liminarmente que a democracia em Portugal só entrou em eclipse quando os denominadores comuns se não perfilaram ante as consequências atribuladas.

Cerca de cinquenta anos de demissão venceram as barreiras da inteligência e consentiram que neste país se instalasse a mais péruida das ditaduras, no seu início blandiciosa e convencional, depois, fascistóide e arbitrária, tomando conta do corpo anemiado da Nação expectante, esquecendo, sempre Sérgio, "o desejo de claridade e de travejamento nas concepções".

O resultado foi o que se viu e se sentiu na carne e na alma dos perseguidos, entre os quais se recrutaram, honradamente, os que não souberam aprender a lição sergista, acabando no arrependimento ou na solidão dialéctica das justas reconsiderações.

Quando o tal pessimismo ou o tal ceticismo se insinuar e procurar anestesiá-la força de ânimo, folheemos as páginas da nossa História, porque nelas encontraremos declives e desvios, alguns com a aparência da catástrofe definitiva, ao lado de levantes criadores, agarrados ao amor pela nossa Pátria e pelo povo que a forma e sublima.

Deixemos, pois, de banda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o luxo do ceticismo para os eleitos — Antero, Herculano, Teixeira Gomes, exemplificadamente — que não suportaram e se deixaram vencer pelas inclemências do quotidiano político.

Fora desta zona perigosa procuremos contactar com o povo português, perturbado com o nosso silêncio ou a nossa indiferença.

Para quê sublinhar a nossa agonia económica, os deficits das nossas balanças, o condicionalismo nacional e internacional que nos envolve na teia dos empréstimos indispensáveis, a carência de um povo que, para se alimentar, assiste à importação majoritária dos produtos essenciais?

São factos notórios!

O que importa é a realidade e, dentro dela, o exame sereno e desapaixonado dos erros praticados, alguns de impossível justificação, em ordem à criação do português moderno que considere a política como o único meio idóneo para a perpetuação das soluções imediatas, e nunca as verdadeiras traiçoeiras do golpismo, das embirrações, do destempero de linguagem e da simulação sectária das atitudes.

Assim, e tocando no ponto, é nosso parecer que na actual conformação de País real, a solução que se impõe é o reconhecimento do perfil plural da representação parlamentar em que estamos inseridos e, nessa perspectiva, o respeito pelas dificuldades do Presidente da República, dificuldades a atenuar ou a eliminar; e, igualmente, uma confiança justa naqueles a quem o anonimato das urnas ergueu aos cémos, na convicção resoluta de que não há governo possível sem a presença de uma maioria representativa, já que nenhum partido pode, por si só, remover os perigos da instabilidade governamental e que tudo se poderá solucionar com o concurso desta Assembleia da República, mercê dos canais da constitucionalidade, sem minimizar o patriotismo e a vontade honesta dos governantes accidentais.

É isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao que vem este democrata na idade das ponderações, para afirmar que nesta

mesma sala ainda ecoam as lições magistrais dos representantes da soberania em horas mais difíceis do que esta.

A que vêm estas considerações, para alguns despropositadas, nesta conjuntura em que se debate simplesmente os problemas do Plano e do Orçamento Geral do Estado. Salvo o devido respeito, afigura-se-me que elas têm uma certa pertinência, já que nunca é de mais, nesta sociedade envenenada por vaidades insólitas e destempertos inclassificáveis, repetir o que é na verdade do conhecimento de todos neste todos os homens de boa fé e de boa intenção.

Assim, repetirei mesmo: sou em primeiro lugar um português, depois um antifascista e, finalmente, um socialista que entende que só em liberdade ele se pode perpetuar.

Como antifascista tenho na minha história as provas evidentes, desde os alvores da juventude, do que jamais me verguei à violência e combati muitas vezes a peito descoverta as perfídias da ilegalidade.

Como socialista sou de dentro para fora e não de fora para dentro, e em toda a minha actuação vital nunca esqueci, sobretudo, o que há de moral na minha fremente e alvorocada opção.

Mas acima de tudo sou português, com os pés fincados nesta terra desvastada, para usar a falada expressão poética de Adolfo Casais Monteiro.

Aqui nasci, aqui quero morrer e é minha firme convicção de que não sofrerá pela segunda vez as amarguras do exílio.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Portugal, e particularmente o Portugal democrático, atravessa uma crise, menor, semelhante ou pior do que outras que o nosso povo conseguiu vencer.

Mas estamos efectivamente na encruzilhada dramática de uma crise.

Somos um país endividado, temos graves responsabilidades que contraímos, viemos da noite negra do fascismo quase destruídos.

Se não fora a compreensão dos que nos estimam e entendem a nossa angústia, é caso para perguntar o que seria feito desta porção medieval, sem mundos a descobrir, antes procurando outros mundos já descobertos para nosso arriamento e salvação.

Mas é connosco que temos de contar e é nesta órbita que eu apaixonadamente apelo para o patriotismo desta Assembleia e, através dela, para o patriotismo de todos os portugueses.

Joga-se, neste momento e nesta Assembleia, qualquer coisa de muito importante, ou seja, principalmente, dotar o Estado moderno que somos de uma coluna vertebral, sem a qual nos demitimos e entregamos à História o exemplo demoníaco de uma desorientação, de uma ambiguidade e de uma falta de presciência que a mesma História nunca nos perdoará.

O Orçamento Geral do Estado é a pedra angular da nossa existência.

Temos na nossa frente um Orçamento e discutir e a votar. Este Orçamento não é o meu, nem este nem outros que o antecederam, alguns deles já defrontados e transitados. Não é um orçamento socialista, porque contém algumas injustiças, não mergulha no húmido do nosso sofrimento colectivo, nem estabelece regras saudáveis que nos encaminhassem apressadamente para o socialismo democrático, que é um dos axiomas da Constituição da República.

Mas é um Orçamento, sem dúvida controverso, que procura, com os ajustamentos que forem impostos na discussão da especialidade, defrontar muitas dificuldades que se antepõem à governação deste país.

Tenho bem presente o diálogo estabelecido entre o Sr. Deputado Sérvalo Correia e o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e considero como certo, perante o silêncio da Câmara, que a este Orçamento estão ligados os nossos compromissos difíceis com o Fundo Monetário Internacional e, também, com o perigo de uma desestabilização política no seu aspecto

geral e, particularmente, no que se refere aos direitos indiscutíveis das autarquias locais, ansiosas por encontrar os incios da sua solvibilidade, porque não seria em regime de duodécimos que acalmariam nem os protestos dos credores nem os desenganos da parte mais viva da nossa comunidade. Bastariam estes pressupostos para que um português, qualquer que ele seja, se interroguem se é justo esquecer esta terra e este povo, em nome de sectarismos ou de afunilamentos destemperados e ambiciosos.

Mas o que se vai decidir não é só isto: é a sobrevivência do sistema democrático que não pode estar à mercê de crises intervalares ou permanentes, pois que, nem internamente, nem na ordem internacional, encontrariamos qualquer absolvição.

Temos só quatro anos da nossa revolução e o País está angustiado, desiludido, ou, pelo menos, perplexo na sua angústia.

Esta Câmara tem os poderes constitucionais suficientes para, daqui para diante, se lançar numa obra frutuosa de reconsideração, de imaginação, de entrega total a favor de quem nos elegeu.

O que se passa hoje, com todas as suas contradições, é um estádio de uma evolução a que nos vamos agarrar com toda a nossa sensibilidade e com os apelos do nosso coração.

Falei em desestabilização. Insisto, porque a vejo à minha frente com todas as consequências, entre as quais configuro um Godot maléfico, fardado ou à paisana, que nesta hora nos espreita paciente e cavigosamente.

Precipitar este país na confusão, no desvirtuamento e na inépcia, é um erro político, da raça daqueles que Tallyrand classificou de verdadeiros crimes. Esta linguagem insere-se no meu antifascismo, que não quer o regresso aos mistérios do arbítrio, insere-se também no meu socialismo democrático, que seria condenado, se não para sempre, pelo menos numa larga margem temporal. Mas, acima de tudo, a minha qualidade de português que sente que à sua volta se conluiam os que nos querem destruir pela subalternidade ou pela negação dos direitos do Homem que constituí o próemio da nossa Constituição.

Ao iniciar-se a discussão destes projectos, uma grande dúvida me magoava quase irreversivelmente.

Que vamos fazer? Sepultar este país ou lançá-lo no precipício das hecatombes temporárias mas, mesmo assim, extremamente dolorosas?

Portugal é a minha obsessão, o Portugal deste pequeno quadrilátero, o Portugal que trabalha no estrangeiro, o destino de uma vocação universalista que não desiste de chamar a si todos os que falam a mesma língua, embora nos parâmetros intocáveis das independências conseguidas e que formam a substância de um compromisso cumprido.

É, pois, Portugal que vejo à minha frente, dorido e perplexo, e esse Portugal tem bem presente que temos de governar este país com lisura, entusiasmo, dedicação e, mais do que tudo isso, com amor.

Como poderemos nós suportar mais crises, sacrificar as ansiedades dispersas, transformando esta comunidade num pântano onde só poderão aflorar as flores ressequidas da desesperança.

Torno a dizer que este Orçamento e este Plano não são os meus. Espero que o destino não me seja cruel proibindo que eu veja concretizado em factos aquilo que me corre no sangue e me obriga a viver.

Mas estou em Portugal que é o de hoje e pode não ser o de amanhã.

E como é o de hoje, a minha decisão está tomada.

Contrafeito, sem dúvida, mas a decisão está tomada.

Que me compreendam os verdadeiros patriotas, sendo indiferente aquilo que me couber em sorte na ofensa ou no despaupério Sr. Presidente e Srs. Deputados: Nem sempre somos aquilo que gostávamos de ser, nem sempre alcançá-

mos aquela meta a que alude Magalhães Vilhena num dos seus percantes ensaios.

Sou um insatisfeito, um irreverente, um homem de oposição, valores que não substimo mas que são ultrapassados pela realidade do nosso viver quotidiano. Irei votar na generalidade aquilo que a minha consciência me impõe, com tranquilidade, em plena vivência daquilo que nos rodeia. Irei na especialidade colaborar, na medida das minhas possibilidades, para o aperfeiçoamento do que estiver mal e possa ser corrigido.

A abstenção não é o meu forte. Entendo-a em outras situações — conflitos de interesse internacionais, condicionamento dos interesses nacionais face a este mundo de blocos e de surpresas.

Mas não comprehendo a abstenção quando se trata de dotar este país, mal ou bem, mas dotá-lo com uma ossatura, naturalmente frágil, mas com uma ossatura onde não cabem os tecidos moles que nos poderão compelir às subserviências e às maldições.

O Sr. Manuel Vilhena de Carvalho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Hoje, Deputado independente, não estou espartilhado nem manietado; não obedeço nem a cliques nem a interesses inconfessáveis, nem a jogos, malabares de uma política sem destino.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Agradeço a este destino ter-me permitido ser agora o homem livre que sempre gostei de ser.

E, como homem livre, irei votar!

Aplausos do PSD, do CDS e de alguns Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aires Rodrigues.

O Sr. Aires Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Vice-Primeiro-Ministro Jacinto Nunes, vice-governador do Banco de Portugal durante largos anos do regime salazarista, Secretário de Estado de um Governo de Salazar, teve o mérito de ser claro sobre o que está actualmente em jogo nesta Assembleia. Disse ele: "Não se trata de um problema económico. Trata-se de um problema essencialmente político. A questão política de fundo está em saber se os partidos e as forças sociais estarão na disposição de criar com o Governo as condições mínimas para o prosseguimento da política proposta."

Para o capital financeiro as coisas são claras: é preciso deixar passar o Governo dos afrontamentos e a política que rigorosamente os prepara. Mas, para o povo trabalhador — é preciso dizê-lo — as coisas são igualmente claras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é uma figura de estilo dizer que este é um Orçamento de guerra civil contra o povo. Quando se espoliam em milhões e milhões de contos de impostos todas as camadas da população laboriosa — dos trabalhadores da cidade aos campões, dos pequenos comerciantes aos pequenos industriais; quando se faz incidir um imposto especial sobre as reformas a partir de 7000\$; quando os milhões de contos extorquidos à população que labuta não são investidos nos sectores prioritários, mas, pelo contrário, quando a saúde, a assistência, os transportes, a habitação vêm reduzidas as verbas em relação às reais do ano passado; quando as forças armadas e a segurança e ordem públicas atingem 42 000 milhões de contos, é legítimo perguntar-se: que segurança e ordem públicas? A segurança e ordem públicas pré-figuradas no Alentejo? é essa segurança e ordem públicas que querem estender a todo o país? Este é ou não um Orçamento que prepara a guerra civil contra o povo? É ou não verdade que o Governo que apresenta este Orçamento e que, ao mesmo tempo, metódica e conscientemente silencia os órgãos da comunicação

social, "normaliza" as direcções e redacções, lança o terror, a perseguição e os despedimentos sobre os trabalhadores da comunicação social, prepara, na realidade, os afrontamentos violentos contra o povo trabalhador?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para o capital financeiro, para as forças do passado, as coisas são claras assim como para o povo trabalhador. Os campos extremam-se. De um lado, existe a Revolução, do outro, a contra-revolução, com o inevitável cortejo de miséria, de repressão e de terror físico. Não se pode ficar agarrado às bermas porque elas desapareceram. Ou se é por impedir a passagem do Orçamento e do Governo ou se é, na realidade, pela sua passagem.

Dirigentes do PCP: Vocês declararam que são contra este Orçamento, que são contra este Governo. Mas a questão que se coloca é esta: Querem ou não os Srs. Deputados impedir a passagem deste Orçamento e a queda do Governo?

Mas para impedir a passagem do Orçamento e conseguir o derrube do Governo, a única maneira é a de apelar a todos os trabalhadores diante desta Assembleia da República! Nenhum trabalhador tem dúvidas de que esta é a única forma de, na realidade, ser-se contra o Orçamento e pela queda do Governo! E os Srs. Deputados não o fizeram! Os Srs. Deputados apelaram para os trabalhadores a manifestarem-se por todo o país, excepto na Assembleia da República; recusam obstinada e conscientemente a apelar para a manifestação diante da Assembleia da República, mas a vontade de todo o povo trabalhador é a de vir a esta Assembleia da República, porque ele sabe que é aqui que está a ser decidida não mais uma medida entre outras mas a passagem de um Orçamento e de um Governo, que implicam a guerra civil contra ele! E pergunto, Srs. Deputados, apelar para uma manifestação na Assembleia da República é apelar à subversão?

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Isto é um espanto!

O Orador: — Não, Sr. Deputado, é apenas o legítimo e eficaz exercício da democracia e o exercício da democracia é poder fazer respeitar, de maneira eficaz, a vontade da maioria. A subversão da democracia é este Governo, à margem e à revelia da vontade popular. A subversão da democracia são os Governos da responsabilidade do general Eanes, contra a maioria dos partidos nos quais os trabalhadores votaram para esta Assembleia!

Mas vocês, Srs. Deputados dirigentes do PCP, declararam-se pela não desestabilização do general Eanes e pela não desestabilização do primeiro responsável por este Governo e este Orçamento e por esse facto vocês não são contra este Orçamento, mas sim pela manutenção deste Governo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que está em jogo nesta Assembleia é simples e cru: a democracia ou a contra-revolução!

Srs. Deputados do Partido Socialista: Nenhum radicalismo verbal contra esta ou aquela medida, nenhum finca-pé crítico sobre este ou aquele aspecto do Orçamento podem esconder, aos olhos do povo que vos elegeu, a crueza da realidade: deixar passar um Orçamento e um Governo de guerra civil contra o povo ou votar contra e pelo seu derrube. O Prof. Jacinto Nunes já vos respondeu: o que está em causa não é uma questão económica, mas a estrutura deste Orçamento!

A direcção Soares quer, conscientemente, impor-vos uma disciplina estranha ao mandato que receberam do povo. Muitos de vós exibem e orgulham-se de um passado de fidelidade às liberdades, à democracia, aos valores da justiça social! A disciplina que vos querem impor implica manchar indelevelmente esse passado, a vossa honra e a probidade.

Srs. Deputados do Partido Socialista: Alguns de vós têm caracterizado a situação no Alentejo como uma situação de ocupação militar e policial! António Campos declarou mes-

mo: "O MAP só conhece a linguagem da repressão, de Vila Pouca de Aguiar ao Alentejo!" Mas devo dizer que o MAP é este Governo! Querer impor-vos a passagem do Orçamento e a manutenção deste Governo é querer fazer caucionar a extensão da ocupação policial, da repressão e do terror a todo o país contra os trabalhadores rurais, contra os pequenos camponeses, contra os milhares de operários das empresas nacionalizadas que devem ser despedidos, contra os milhares e milhares de trabalhadores das pequenas e médias empresas levadas à falência e à ruína!

Srs. Deputados do Partido Socialista: ...

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Mau!...

O Orador: — Seja-me permitida uma imagem cuja crueza ilustra bem a monstruosidade que vos querem impor: querem pôr-vos nos ombros a espingarda com que o Governo puxará o gatilho!

Srs. Deputados do Partido Socialista: É ainda tempo de romper com uma tal disciplina; de poder ficar do lado da população que vos elegeu; de preservar o passado de que muitos de vós se orgulham, e de poder ficar no campo da democracia.

Srs. Deputados do Partido Socialista: Após o III Congresso do vosso partido, os dirigentes declararam: "Sairemos daqui para lutar contra este Governo." E pergunto: E agora? Que vos querem impor? Em nome de quê? Querem-vos impor a passagem de um Orçamento de miséria, de caos, de afrontamentos físicos em nome da miséria, da aventura e de consequências imprevisíveis.

Perante as populações que vos elegeram — homens inteiros e de uma só palavra — é possível votar um tal Orçamento e deixar passar este Governo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pela nossa parte, eu e a Deputada Carmelinda Pereira ficaremos fiéis ao mandato do povo que nos elegeu, ficaremos fiéis à democracia e ao socialismo, votaremos contra este Orçamento Geral do Estado.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira Lima.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os orçamentos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para 1978 constituíram um importante avanço metodológico em relação a anos anteriores. Com efeito, foi possível estabelecer pela primeira vez correcta articulação entre o Orçamento Geral do Estado e os orçamentos regionais pois, para além de ter sido assegurada a igualdade de tratamento orçamental entre o continente e as regiões, os orçamentos regionais para 1978 permitiam uma visão global de todo o sector público administrativo regional.

Assinale-se ainda o facto de os valores totais dos *deficits* dos orçamentos regionais terem sido calculados mediante a aplicação da percentagem da população de cada uma das regiões autónomas ao *deficit* global do Orçamento Geral do Estado, o que, indiscutivelmente, constituiu um passo importante na clarificação das relações entre o Governo da República e os governos regionais.

Posto isto, o Partido Socialista não pode deixar de salientar, em primeiro lugar, que a proposta de orçamento para 1979 da Região Autónoma da Madeira constitui um retrocesso metodológico lamentável e incompreensível. Com efeito, quer o princípio da articulação do orçamento regional com o Orçamento Geral do Estado, quer o método de cálculo do valor do *deficit*, foram pura e simplesmente abandonados, limitando-se o Governo a apresentar aquilo a que chama uma "síntese" do orçamento regional, e não um orçamento global de análise, como se impunha e aliás foi feito curiosamente no caso dos Açores.

Para além destes factos de ordem geral, merecem ainda ser salientados alguns pontos de particular importância.

Assim:

A) *Orçamento da Região Autónoma dos Açores*: acréscimo das receitas correntes – 80,6%; acréscimo das despesas correntes – 47,5%; acréscimo das despesas de capital – 47,4%.

No que se refere ao *deficit* orçamental sem cobertura garantida, elevava-se, em 1978, a 1.286 milhões de contos. Em 1979 o “descoberto” cresceu e atinge 1.301 milhões de contos.

B) *Orçamento da Região Autónoma da Madeira*: acréscimo das receitas correntes – 45,9%; acréscimo das despesas correntes – 29,9%; acréscimo das despesas de capital – 99,8%.

Quanto ao *deficit* orçamental sem cobertura garantida ascendia no ano transacto a 876 000 contos. Verifica-se que para 1979 o “descoberto” atinge nada menos do que 3.595 milhões de contos, o que corresponde a um acréscimo de 410%!

Os diferentes valores referidos merecem ser analisados. Assim – e no que se refere aos Açores –, é de notar que o crescimento das receitas correntes, estimado em 80,6%, apenas se compreende, mesmo deflacionando os preços de 1979, admitindo que se terminados impostos e taxas passam este ano a ser cobradas pela Região Autónoma em vez de o serem pela Administração Central. É lícito solicitar ao Governo, portanto, que esclareça este ponto e informe se a explicação avançada é ou não correcta.

Do lado das despesas assinala-se o elevado crescimento das correntes que, face aos elementos disponíveis, é impossível criticar com objectividade. Com efeito, só é aceitável, na conjuntura actual, um acréscimo de 47,5% daquelas despesas, admitindo que está associado a responsabilidades acrescidas no domínio da Administração Regional, mas como o Governo não informa quais, coloca a Assembleia da República na posição de estar impedida de emitir um juízo de valor acerca do mérito da política de contenção da despesa pública a praticar nos Açores.

No que diz respeito à questão do financiamento do *deficit*, importa acentuar que, em 1978, o II Governo Constitucional deixou sempre bem claro que não poderia em circunstância alguma esperar-se que o Orçamento Geral do Estado viesse a cobrir a parcela de 1.286 milhões de contos a descoberto. Constatava-se agora que esta questão não foi resolvida em 1979, antes se agravou.

Quanto ao Orçamento da Região Autónoma da Madeira salienta-se que o crescimento previsto para as receitas correntes é de 45,9%, o que, quando comparado com a percentagem referente aos Açores, levanta dúvidas que importaria esclarecer.

Admitirá o Governo não ser idêntica a composição das receitas correntes nas duas regiões autónomas? Mais importantes, porém, são as dúvidas levantadas pela previsão da evolução das despesas. Antes do mais constata-se que as despesas correntes da Madeira são 2,8 superiores às dos Açores, enquanto em 1978 eram apenas de 2,2, o que poderá significar que a transferência de serviços para as duas regiões obedecerá, em 1979, a programas diferentes, o que, a confirmar-se, não deixa de ser estranho. Mas verdadeiramente surpreendente é o acréscimo previsto para as despesas de capital: nada mais, nada menos, do que 99,8%! O Partido Socialista manifesta as maiores dúvidas quanto ao realismo desta previsão e interroga-se acerca da efectiva capacidade de o Governo Regional e de a Administração vim a garantir um nível de execução aceitável das despesas de capital, nomeadamente no que se refere ao programa de investimentos públicos. Todos os que têm um mínimo de experiência do funcionamento do sistema económico sabem que, salvo casos de carácter pontual, é impossível do-

brar num ano o nível de investimento, pelo que não temos dúvidas em afirmar que se trata de uma proposta demagógica do Governo Regional da Madeira a que, infelizmente, o Governo da República deu acolhimento no “Relatório sobre a proposta de lei do Orçamento para 1979”.

Vozes do PS: — Muito bem!

Uma voz do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais grave ainda é o facto de o Governo Regional da Madeira ter proposto um orçamento onde, pura e simplesmente, não está garantido, tal como atrás se referiu, o financiamento de cerca de 3,6 milhões de contos! É caso para dizer que o orçamento da Madeira é um escândalo que importa denunciar na Assembleia da República.

O Sr. Dieter Dellinger (PS): — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, é fundamental que não se ponha em causa, tal como se afirmava no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 75-A/78, de 26 de Abril, o princípio da “perfeita igualdade de tratamento orçamental entre o continente e cada uma das regiões, numa perspectiva de solidariedade nacional”. É de acordo com este princípio que é possível afirmar que a participação do OGE na cobertura do *deficit* do orçamento regional da Madeira deverá ser de cerca de 1.911 milhões de contos, verba esta que já foi tida em consideração como receita ao calcular-se as necessidades de financiamento a descoberto que, como se referiu, ascendem a 3,6 milhões de contos.

O mais espantoso disto tudo é que o princípio da igualdade de tratamento orçamental foi adoptado no caso dos Açores pelo Governo ao propor à Assembleia da República os orçamentos regionais tal como o fez, está a propor que a Assembleia da República sancione, conscientemente, o tratamento preferencial dos de uma das regiões autónomas. E com isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Partido Socialista jamais poderá concordar. Os Portugueses, independentemente do local geográfico onde habitam, são todos iguais em direitos e obrigações.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O sistema de discussão das propostas de lei do Orçamento e do Plano não permite — há que o reconhecer — o esclarecimento completo de todas as questões postas pelos partidos. É natural, portanto, que o Sr. Vice-Primeiro-Ministro não tenha tido oportunidade de responder ao comentário que fiz acerca do *deficit* do Orçamento Regional da Madeira na sessão inaugural de perguntas ao Governo. A importância desta matéria justificou a presente intervenção, que termino pondo agora uma única pergunta, muito concreta e objectiva e para a qual também o Partido Socialista espera uma resposta objectiva e concreta. Ela é a seguinte: compromete-se formalmente o Governo a aceitar o princípio da aplicação da percentagem da população da Região Autónoma da Madeira ao cálculo do *deficit* do orçamento regional a financiar pelo OGE?

O Partido Socialista fica a aguardar a resposta do Governo.

Applausos do PS.

O Sr. Nunes de Sousa (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Nunes de Sousa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Devido ao limite de tempo, terci de fazer um protes-

to mais breve do que pretendia. No entanto, quero dizer o seguinte: O Sr. Deputado Ferreira Lima baseou-se durante a sua intervenção no parecer da subcomissão que apreciou a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado. A esse propósito creio que talvez pelo facto de o Orçamento Regional da Madeira não ter sido publicado a tempo e horas pela Imprensa Nacional — onde se encontra, há mais de um mês, para publicação —, talvez esse orçamento, dizia eu, não tenha chegado ao conhecimento de todos os Srs. Deputados a fim de o apreciar e examinar profundamente. No entanto, quero dizer que é da exclusiva competência da Assembleia Regional a aprovação do Orçamento e do Plano Económico Regional, conforme determina o n.º 3 do artigo 233.º da Constituição da República Portuguesa.

Em segundo lugar, quero também dizer que os 7 292 620 contos previstos no Orçamento da Região Autónoma da Madeira não ultrapassam os 2,69% que a população da Região Autónoma da Madeira constitui da população nacional.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Esses 2,69%, segundo o Instituto Nacional de Estatística relativamente a 1977, representam, como disse, 7 292 620 contos. Portanto, estamos numa situação em que a população da Madeira fica em igualdade de circunstâncias com a do continente português.

No entanto, é preciso esclarecer que a Região Autónoma da Madeira tem obrigação de participar nas despesas efectuadas com a Presidência da República, com o Conselho da Revolução, com a Assembleia da República, com a Defesa Nacional, com o Ministério da Justiça, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, despesas essas efectuadas em favor de todo o povo português. Portanto, a população da Madeira deve participar em 2,69% em todas estas despesas, o que representa 893 320 contos. Além disso, há outros serviços periféricos em que a Madeira tem obrigação de comparticipar e que orçam os 200 000 contos.

Devo também dizer que temos ainda receitas arrecadadas na Região Autónoma da Madeira que são da ordem dos 2 408 230 contos. Deduzindo todas estas importâncias à despesa prevista — que é, como já referi, de 7 292 620 contos —, temos 3 791 070 contos, que é o deficit da referida região.

Convém ainda esclarecer que o deficit da balança comercial da Região Autónoma da Madeira em relação ao do continente anda na ordem dos 3 milhões de contos. Há, portanto, muitas receitas pagas pelos habitantes da Região Autónoma da Madeira que são arrecadadas aqui no continente.

Além de o n.º 2 do artigo 227.º da Constituição dizer que "a autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses", penso que é justo, é natural e é certo que o Orçamento Regional da Madeira — tal qual me foi apresentado — seja inserido no OGE de modo que este deficit seja aceite como justo e como certo.

Para não perder mais tempo, era isto o que tinha para dizer.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ferreira Lima, como há mais dois Srs. Deputados inscritos, pergunto se quer responder já ou no final.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — No final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado António Loja.

O Sr. António Loja (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi também a palavra para fazer um curto protesto de natureza diferente daquele que fez o meu colega de bancada, mas que talvez também se integre nele.

O Sr. Deputado Ferreira Lima referiu-se à cobertura do deficit das regiões autónomas feita pelo Governo Central como se se tratasse de uma dívida. Parece-me que isso é um conceito errado e que tem de ser encarado noutra perspectiva. A verdade é que, até à data, outros governos têm feito a cobertura dos deficits orçamentais das regiões autónomas. Isso constitui uma obrigação e evidentemente que tem de ser encarado com inteligência. Mas a verdade é que talvez, pela primeira vez, um governo central tenha feito com que essa cobertura de deficit assentasse em critérios de uma razoável justiça distributiva, na consideração de valores de colectas fiscais e num derrame equilibrado destas com base numa captação mais correcta do que as anteriores. Isto é de louvar, mas — tenho de expender aqui a minha opinião pessoal — isto não basta.

Para se atingir uma situação de maior justiça seria necessário introduzir no circuito económico das regiões autónomas — como meio de estas ultrapassarem uma situação de atraso em que se encontram — valores bem mais elevados do que os que correspondem ao presente deficit.

Para tal, seria necessário introduzir na consideração deste problema um novo elemento que, creio, seria razoável considerar no futuro. Para uma questão de simplificação de linguagem chamarei a isso o "contencioso insular" — designação com a qual pretendo descrever a situação de exploração praticada durante séculos nas agora regiões autónomas e de que resulta o seu presente atraso. Enquanto não for contabilisticamente acertado o valor desse contencioso insular e quais os meios para, através dos anos, vir a anulá-lo, o problema dos deficits orçamentais, cuja cobertura não é uma dívida, mas sim uma reparação, manter-se-á como motivo de atrito, atrito esse que é infeliz porque desnecessário.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Anatólio Vasconcelos.

O Sr. Anatólio Vasconcelos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Ferreira Lima: Gostava de lhe fazer uma pergunta muito simples e muito rápida. É a seguinte: está ou não o Sr. Deputado de acordo que o Governo da República cubra os deficits das regiões autónomas? E as razões por que está, ou não, de acordo.

O Sr. Presidente: — Para responder tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira Lima.

O Sr. Ferreira Lima (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que — como é óbvio — fiz as minhas contas na base dos elementos que o Governo forneceu e não de outros quaisquer. Mas publicá-las-ei e entregarei cópia delas ao Governo.

Em segundo lugar, devo dizer que interrogei o Governo, e não o PSD.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, gostaria que o Sr. Professor Jacinto Nunes se expressasse sobre o assunto em causa.

Em quarto lugar, quanto aos problemas do deficit, obviamente que somos a favor do princípio da aplicação do valor resultante da percentagem da população da Região Autónoma ao deficit global do OGE. Isso é, aliás, o que foi e está escrito no Orçamento Geral do Estado do ano transacto. Penso que só assim se entende por que não podemos compreender que as regiões autónomas, pelo facto de serem regiões insulares, tenham um tratamento preferencial em relação a Trás-os-Montes, por exemplo. Se em relação a um

caso se pode falar em insularidade, em relação ao outro pode falar-se em continentalidade.

Mas é do Sr. Professor Jacinto Nunes que aguardo a resposta.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao encerrar a sua participação neste debate, a UDP reafirma que a decisão desta Assembleia sobre as propostas do Governo é uma decisão fundamentalmente política.

No fundo, o que interessa ao povo, que em nós votou, é saber se continuará a ser governado — ou, melhor dizendo, desgovernado — por este Governo.

É bom recordar isto quando alguns que atacam duramente as propostas do Governo se preparam para deixar passar o Orçamento, sob o argumento de que mais vale isso do que o País não ter qualquer Orçamento. Eis um belo exemplo da política do "quanto pior melhor".

Na verdade, se o Orçamento não passar, o País continuará a viver em regime de duodécimos, o que todos estarão de acordo que não é bom, e, sobretudo, representará o adiamento de urgentes medidas de que a economia portuguesa tanto necessita. Simplesmente, se o Orçamento passar, isso quer dizer que as aspirações do povo, e do Portugal democrático, continuarão a ser sistematicamente destruídas em nome de interesses estrangeiros e do grande capital. No decorrer do debate ouvimos muitas intervenções de vários Deputados mostrando como a política económica deste Governo acaba por ter uma lógica inexorável: reerguer o poderio do grande capital sobre as ruínas do 25 de Abril, permitir a acumulação de grandes fortunas aos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros à custa da crescente miséria do povo.

No fundo, deixar passar este Orçamento e Plano é deixar passar esta política, e quem assim procede torna-se responsável pelas suas consequências, particularmente o Partido Socialista, que não pode ignorar as suas responsabilidades decisivas no resultado desta votação.

E, honestamente, é preciso reconhecer que não é legítimo deixar passar as propostas na generalidade sob a desculpa das alterações na especialidade. Francamente, Srs. Deputados, será que este Orçamento é passível de alterações que o modifiquem a tal ponto que o tornem favorável aos trabalhadores e ao erguer de uma verdadeira economia nacional?

Não, ninguém com um mínimo de seriedade poderá dizer uma coisa dessas. Uma política que assenta no desenvolvimento e exploração dos recursos nacionais, que aposta decisivamente na Reforma Agrária e no esforço dos nossos pequenos e médios agricultores, que desenvolva essa grande riqueza nacional que é o sector das pescas, que aposte no sector nacionalizado como motor da economia nacional e tome o sector privado como complemento daquele, que proceda a uma corajosa política de substituição de importações em vez de deixar o País às ordens dos estrangeiros, que inverta a política fiscal aliviando um pouco quem trabalha e incidindo a carga fiscal sobre os rendimentos do capital, que combata decididamente os intermediários e a fraude e evasões fiscais, uma tal política, que faça um Orçamento de acordo com os princípios constitucionais, Srs. Deputados, não pode surgir de remendos a este Orçamento. Ela exige um outro Orçamento, uma outra política económica, um outro Governo.

Um só exemplo muito claro pode demonstrá-lo. Que importa que na especialidade se imponha a necessidade do combate firme à especulação dos grandes intermediários? Que confiança poderá merecer um Governo que depois do vergonhoso escândalo da batata de semente não demite o

Ministro do Comércio, nem ao menos anuncia um inquérito à acção daquele Ministério? Quais as alterações na especialidade que, por exemplo, podem alterar a política do MAP, incompetente e ferozmente repressiva, de quem o Deputado socialista António Campos muito justamente dizia "que a única atitude a tomar é exigir a sua demissão".

Quais as alterações na especialidade que de facto podem levar para diante um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde nos termos que têm vindo a ser defendidos pelo Deputado António Arnaut? Ou será que tal projecto vai ficar na gaveta?

O Sr. António Arnaut (PS): — Não vai, não!

O Orador: — Esperemos que não.

Quais são, por exemplo, as medidas na especialidade que poderão fazer com que Proença de Carvalho deixe de atacar impunemente a liberdade de expressão e garanta a liberdade de imprensa de acordo com os princípios constitucionais?

E quem pode acreditar, por exemplo, que, mesmo que se aumente o tecto salarial, se corte o imposto do 13.º mês sem anular os aumentos para a função pública e os subsídios ao "cabaz" de compras, este Governo não permitirá uma violenta subida do custo de vida, mantendo assim intactos os lucros dos capitalistas? Não, ninguém seriamente pode garantir isso, e no fundo todos sabemos que é isso mesmo que o Governo fará, pois a sua lógica é a lógica do capital, o seu programa é o programa saído do Congresso das Actividades Económicas da CAP, da CIP e da Confederação do Comércio.

Por isso rejeitar este Plano e este Orçamento é a única atitude compatível com o regime constitucional, com a vontade maioritária do povo, claramente expressa nas relações e nas recentes grandes manifestações populares.

É possível outra política, é possível erguer uma alternativa a este Governo, e é isso que é preciso dizer a toda a direita reaccionária.

Rejeitamos o Orçamento. O regime de duodécimos é bem um mal menor à vista de um tal Orçamento. E a UDP pode dizer isso à vontade, pois votámos contra o Programa do Governo Eanes/Mota Pinto.

Mas, como a não passagem do Orçamento do Governo arrasta a queda do Governo, será lícito perguntar: que alternativas se levantam, quais as soluções para a crise política em aberto?

É preciso dizer que, ao contrário do que a demagogia do PPD quer fazer crer, a origem da crise política reside neste facto bem simples: o povo está descontente porque se anda a rir da sua vontade expressa em eleições e nas numerosas manifestações populares. O povo não quer o Governo Mota Pinto, porque não votou nele e sobretudo, é preciso dizer-lhe claramente, votou contra ele, contra a política que ele representa. Ou será que alguém quer negar que o PPD e o CDS perderam as eleições gerais em 1976?

O Sr. Cacela Leitão (PSD): — Ganhaste tu!?

O Orador: — Pois, se perderam, não será andar a brincar com a vontade popular que hoje sejam governo pela mão do Presidente da República? Por isso, os protestos populares são perfeitamente legítimos, residindo aí a origem da actual crise.

Quando surgiu o II Governo PS/CDS, a UDP apelou à sua demissão e exigiu a realização de eleições gerais antecipadas, porque o CDS faz parte da direita derrotada nas eleições e o povo não queria que fosse Governo. Mas em vez disso o Presidente da República preferiu começar a fazer os governos em Belém e a impô-los a esta Assembleia. Já nem vale a pena falar da coerência do general Ramalho Eanes, pois basta ver que, dizendo sempre que a solução é um

governo maioritário, o governo saído de Belém é minoritário e de direita, isto é, do PPD e do CDS.

Assim, não pode haver outra solução que não seja a realização de eleições gerais antecipadas, onde o povo volte a manifestar a sua vontade maioritária, derrotando a direita, exigindo o cumprimento da Constituição. Só as eleições gerais antecipadas podem devolver ao povo a iniciativa política de encontrar as soluções para o País, retirando a política dos gabinetes de Belém e, sobretudo, derrotando as manobras golpistas da direita reaccionária. Os democratas não podem ignorar a gravidade dessas manobras golpistas, de que os ziguezagues do Dr. Sá Carneiro são um bom exemplo. O PPD, ao mesmo tempo que mantém os seus homens no Governo, amordaçando a imprensa, atacando a Reforma Agrária, vai apelando a referendos, a viragens radicais, insultando o regime Constitucional e criando assim um clima golpista.

E é preciso dizer, com todo o sentido das responsabilidades, que a manutenção de um Governo destes não se opõe, antes anima esse clima golpista. Basta ver que o próprio Primeiro-Ministro se tornou um adepto do referendo, em vez de denunciar o carácter golpista antidemocrático de quem exige tais medidas de revisão constitucional. Só um Governo democrático, assente na vontade popular, pode derrotar os inimigos da democracia.

Por isso é que, para travar as manobras golpistas da direita reaccionária, para travar o rumo contrário à vontade popular e estranho à Constituição que o Presidente da República pretende impor ao País com governos deste género apoiados pelo PPD e CDS, a UDP apela à recusa das propostas de Plano e Orçamento deste Governo. Derrotemos este Governo e vamos às urnas. Em nome de uma saída política a favor dos trabalhadores, que defende a Constituição e garanta o futuro socialista de Portugal.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não pedi a palavra para fazer uma intervenção, mas para dar uma explicação à Câmara e muito especialmente ao Sr. Deputado António Guterres.

Ontem de tarde, nesta Assembleia, fiz acusações ao Banco de Portugal, que foram reputadas de graves pelo Sr. Deputado António Guterres. Acusei o Banco de Portugal de não ser um instrumento neutro, de características exclusivamente técnicas, ao serviço da economia nacional; acusei-o de estar extremamente burocratizado; acusei-o de resistências ao lançamento, ou desenvolvimento, das políticas económico-financeiras dos governos.

Por considerar ser um facto notório, dispenso-me de provar que o Banco de Portugal deixou de ser aquela instituição neutra, tecnicamente competente e capaz que desejávamos que fosse e que deveria ser a "cabeça motor" de todo o nosso sistema de crédito e de todo o nosso sistema monetário. A defesa que o Sr. Deputado António Guterres fez, em termos tão veementes, é, por si só, a prova confessada minha própria asserção. E se a isso acrescentarmos o facto de, pelo menos na sua direcção e ao mais alto nível, figurarem duas personalidades que fizeram parte de "governos gonçalvistas" — facto que pode ser comprovado por toda a gente —, podemos concluir que são provas subsidiárias da acusação de politização que ontem formulei.

Quanto à acusação de burocratização, Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que também não é necessário fazer grandes provas, porque todos nós, que lidamos com empresários diariamente, sabemos bem todo o conjunto de peias que se levantam ao nível da banca, naturalmente sustentadas pelas circulares e determinações do Banco de Portugal, à concessão dos créditos pedidos pelos empresários.

O facto que fez relegar para hoje esta explicação foi a necessidade de arranjar provas que demonstrassem a resis-

tência do Banco de Portugal às determinações e ao lançamento da política económica e monetária dos governos.

Mas isso também não foi difícil. Lembrava-me, facto que poderia ter citado, de que tudo o que se passa actualmente em relação à política de desintervenção seguida pelos Governos Constitucionais, e muito especialmente pelo II Governo Constitucional. O Estado desintervencionou e ao mesmo tempo promete às empresas todo o apoio indispensável para que elas possam prosseguir um caminho de recuperação. No entanto, há e houve empresas desintervencionadas que são colocadas na situação de andarem de Herodes para Pilatos em busca do cumprimento das promessas feitas pelo Governo na altura da desintervenção, devido ao facto de os mecanismos bancários, e muito concretamente as determinações do Banco de Portugal, provocarem a falta do necessário e oportuno apoio.

Poderia recordar, agora a um nível mais concreto, o que se passou aquando do lançamento do Plano Integrado da Recuperação do Sector Têxtil da Covilhã e que — como o meu ilustre colega, Deputado e amigo Nuno Abecasis provou em discussão com o então Ministro da Indústria e Tecnologia Carlos Melancia —, por razões directamente ligadas a peias e burocracias do Banco de Portugal, não foi concretizado.

Sr. Deputado António Guterres, podia multiplicar os exemplos destas peias, podia multiplicar os exemplos destas burocracias que impediram a concretização de medidas governativas. Gostaria, no entanto, de perguntar-lhe se o Banco de Portugal costuma ouvir o Governo quando fixa os plafonds de crédito e quando fixa a sua política de bonificações. Faço-lhe esta pergunta porque sabemos que está na fixação dos plafonds a essência e o próprio sustentáculo de toda uma política governamental de crédito e por nós temos a certeza de que nunca houve essas consultas.

Pelo facto de nunca se terem verificado essas consultas podemos constatar que em matéria de exportação, por exemplo, estabelece-se uma bonificação de taxas para apenas um terço do volume exportado no ano anterior, ainda que corrigido por factores de actualização monetária. Existem casos concretos de empresas exportadoras, com níveis de incorporação de produto nacional na ordem dos 90%, que estão a ser terrivelmente afectadas por esta disposição. O Sr. Deputado António Guterres deve saber que membros dos diversos Governos Constitucionais têm manifestado a sua compreensão no sentido de resolver este grave problema e que têm esbarrado com a intransigência do Banco de Portugal.

O Sr. Deputado também não desconhece que no Verão passado se verificou, facto que espantou toda a gente, uma forte contracção de crédito, e que inexplicavelmente passados poucos meses, precisamente pouco depois da entrada do actual Governo, deu-se uma abertura total a esse mesmo crédito. Os portugueses, e muito concretamente os empresários, ficaram sujeitos a um verdadeiro "duche escocês". Quando o IV Governo teve necessidade de lançar as suas políticas económicas mais liberais, esbarrou com uma nova contracção de crédito determinada pelo Banco de Portugal.

O Sr. Deputado também não desconhece que, quando o Estado passa declarações de dívida, as empresas ficam numa situação de aflição provocada pela necessidade de obtenção do desconto dessas declarações, facto que normalmente não conseguem, acontecendo mesmo, pelo menos num caso concreto, o Banco de Portugal ter respondido "que o Estado não é homogéneo e que a banca tem de proteger os seus depositantes". Concordamos que a banca tem de proteger os seus depositantes; mas então como é que se explica todo o financiamento do sector público, financiamento que aqui foi criticado em diversas intervenções, inclusivamente do próprio Sr. Vice-Primeiro-Ministro?

Por outro lado, e entrando no âmbito das concretizações

poderia referir o sector da construção civil, da habitação e das empresas de obras públicas. Todos sabemos que este sector corresponde a necessidades essenciais para o nosso país, como aqui foi afirmado, e que é fundamental para a recuperação da nossa economia pelo número de pessoas que emprega. Ora, os *plafonds* de crédito estabelecidos pelo Banco de Portugal não têm tido em conta esta prioridade, facto que tem provocado as maiores dificuldades na obtenção de crédito por parte das empresas de construção, relativamente a todas as outras empresas.

Queria referir ainda que os *plafonds* são estabelecidos banco por banco. As empresas — seja qual for o seu sector de actividade e mesmo que seja considerado prioritário de acordo com a política do Governo — desde que tenham a infelicidade de trabalhar com um banco relativamente ao qual esses *plafonds* estejam “tapados”, sofrerão nas suas economias todas as contingências motivadas por essa política cega de atribuição dos *plafonds*.

Sr. Deputado António Guterres, poderia continuar a explicitação, a prova provada dos factos e das acusações que apontámos ao Banco de Portugal. Todavia, não entendo que o meu Grupo Parlamentar seja em si mesmo considerado como uma comissão de inquérito. A Assembleia da República, os diversos grupos parlamentares, decidirão se realmente será necessário constituir uma comissão de inquérito para apurar ou não apurar as acusações que entendemos fazer ontem ao Banco de Portugal.

Aplausos do CDS.

O Sr. António Guterres (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Rui Pena, começo por lhe fazer notar que o facto de ontem me ter insinuído contra a sua declaração, por ela não conter provas, não pode de maneira nenhuma ser invocada pelo Sr. Deputado como prova de orientação política menos isenta do Banco de Portugal. Limitei-me a apelar para que qualquer acusação feita contra qualquer entidade neste país seja devidamente provada, sob pena de não ter credibilidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Em relação às provas que apresentou, gostaria de lhe dizer que algumas delas se referem à acção do II Governo Constitucional. O Sr. Deputado Rui Pena foi membro desse Governo e por isso não posso compreender que só agora as invoque. Em relação às restantes, queria dizer-lhe que o Sr. Deputado acaba de fazer a mais grave acusação ao IV Governo Constitucional já ocorrida durante este debate. Ou seja, que Governo poderia tolerar que um órgão directamente dele dependente tivesse realizado acções contrárias às suas indicações, sem imediatamente tomar as medidas adequadas para corrigir esses desmandos?

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado não está a atacar o Banco de Portugal, está a atacar de uma maneira frontal e grave o IV Governo Constitucional.

Aplausos do PS.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: pedi a palavra para dizer que me regozijo com a intervenção

do Sr. Deputado António Guterres, porque finalmente acabou por verificar o sentido da minha intervenção de ontem.

Risos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos neste momento fazer um intervalo até às 18 horas.

Está suspensa a sessão.

Eram 17 horas.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, reabri a sessão apenas para comunicar que o PSD pediu a sua suspensão por mais uma hora, pelo que retomaremos os nossos trabalhos às 19 horas.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 19 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção final do Partido Comunista, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Fundamentámos detalhadamente as razões que levam o Partido Comunista Português a rejeitar as propostas do Plano e do Orçamento submetidas à apreciação da Assembleia da República.

Não se trata agora de repisar o que deixámos dito. Importa, sim, para benefício do povo português e do regime democrático retirar algumas conclusões gerais das grandes questões que estiveram em debate.

Foram fundamentalmente, duas:

A primeira consistiu, de acordo com a ordem do dia, no exame e definição da política económica para 1979. O número e a qualidade das intervenções efectuadas pelo Grupo Parlamentar do PCP põe em evidência toda a importância que lhe dedicamos e a relativa autonomia que lhe reconhecemos.

A segunda, que não era ponto obrigatório deste debate, perpassou e perpassa permanentemente por esta sala e respeita, precisamente, à subsistência do actual Governo. Posta em causa frontalmente pelos Deputados comunistas, é ela que condiciona, iniludivelmente, a atitude e o voto dos demais e — queremos crer — sobretudo daqueles que, como alguns oradores da bancada do Partido Socialista, insistem em negar que é isso que está aqui também a decidir-se, que é isso que pode ser aqui decidido.

Mas comecemos pela política económica e financeira:

Sem necessidade de recurso a outras fontes, é o Governo que confirma ser a nossa situação caracterizada por um aumento tendencial do desemprego, pela estagnação ou mesmo diminuição da produção, pela perda do poder de compra dos salários, pelo empobrecimento das massas populares e das classes médias, tudo contrastando com o enriquecimento da ultraminoritária camada dos grandes capitalistas.

Importa saber distinguir se estamos perante uma proposta inovadora, perante uma viragem na política que conduziu o País a esta situação ou se, pelo contrário, estamos perante uma proposta de continuidade e mesmo de agravamento.

Continuidade da política dos pacotes e da submissão ao imperialismo pela aceitação das imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI); continuidade da política que, impotente para vencer a crise e recuperar economicamente o País, se limita a garantir, internamente, a transferência do peso das dificuldades para os ombros dos trabalhadores e,

externamente, a agravar cada vez mais a nossa dependência económica e, consequentemente, a pôr em causa a nossa independência política.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não buscamos encontrar conexões à viva força, mas o certo é que muito daquilo que agora se vê explicitado nas propostas do Governo coincide ponto por ponto com a encenação do Banco Mundial e com as orientações preconizadas e reclamadas pela direita e designadamente pelo PPD-PSD.

Aquando da discussão do Programa do Governo, foi afirmado pelo Vice-Primeiro-Ministro a existência de 320 000 desempregados, ou seja 7,9% da população activa, no final do 1.º semestre de 1978. Agora diz-nos o mesmo responsável cifrar-se em 500 000 e cerca de 13,7%, no final do ano transacto.

Aquando da discussão do Programa do Governo, foram largamente defendidas pelo mesmo responsável medidas de desenvolvimentistas, conducentes ao aumento da produção. Agora, propõem-nos o aumento de 3% no máximo, admitindo-se de facto a estagnação da produção nacional.

Aquando da discussão do seu Programa, o Governo defendeu a necessária expansão do consumo, particularmente do consumo privado, propondo-se agora o seu crescimento máximo de 1,5%, ou mesmo a sua diminuição.

Aquando da discussão do Programa do Governo, foi adiantada a ideia da correcção da política de crédito e monetária, sobre a qual se faz agora um silêncio supostamente justificado com não sabemos que amanhã ligada às negociações com o FMI.

Tudo conduzindo a que, de facto, a política económica e financeira proposta a esta Assembleia através das leis do Plano e do Orçamento, mais do que a continuidade da desastrosa política anterior, é na realidade a política do agravamento de todas as dificuldades.

O novo imposto sobre o trabalho, o colete de forças dos 18% para aumentos de salários que seriam antecedidos e superados pela inflação, o corte das já magras regalias da segurança social e a diminuição quase até ao zero dos investimentos de carácter social bastariam só por si para demonstrar que a política do Governo Mota Pinto/PPD, se aplicada, agravaría e aprofundaria a crise económica que duramente atinge os Portugueses. Estes aspectos são suficientes para testemunhar perante os Portugueses o que significa a evolução para a direita no Governo.

Aplausos do PCP.

Tal política levaria seguramente à estagnação ou diminuição da produção, à diminuição dos salários reais dos trabalhadores, ao empobrecimento das classes médias, à recuperação do grande capital e ao aumento da dependência do imperialismo.

O pendor de alguns membros do Governo para certas concepções desenvolvimentistas aparece assim como um simples lamento contra as duras e intolleráveis imposições do FMI.

E a busca teoricamente louvável do equilíbrio entre as despesas correntes e as receitas correntes não ilude a clara inclinação do Governo para o incumprimento da lei e da Constituição conforme demonstra, por exemplo, a sua recusa ao cumprimento da Lei das Finanças Locais.

A crítica do Grupo Parlamentar do PCP e a oposição que firmemente manifestamos encerra em si mesma a alternativa que defendemos.

Alternativa que não é possível com simples mudanças pontuais ou sectoriais e antes implica uma viragem, uma nova política económica e financeira, assente com realismo nas nossas potencialidades e capacidades e virada à consolidação e desenvolvimento das grandes conquistas da Revolução.

ção de Abril, da nossa economia e da nossa independência nacional.

Aplausos do PCP.

A política económica e financeira que é defendida pelo Governo Mota Pinto através das propostas de Lei do Plano e do Orçamento é insustentável, é de rejeitar.

O prosseguimento de tal política aprofundaria a crise, aumentaria a pobreza e a ruína do País, poria em perigo o regime democrático e comportaria novas ameaças à nossa liberdade e independência.

Tal política deve ser rejeitada.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E assim se coloca a questão do Governo.

Este debate iniciou-se em clima de crise e não é arriscado prever, sejam quais forem as votações, que terminará com o adensamento e agudização desse clima.

Bem pode o Sr. Primeiro-Ministro proclamar que se trata de uma "efervescência" artificial e passageira. O profundo e justo descontentamento popular patenteado, entre outras, nas poderosas manifestações de 10 e 17 de Março em que participaram muitas centenas de milhares de trabalhadores e democratas nos principais centros urbanos do País, bate o Governo, repercute aqui na Assembleia da República como o debate comprova e ecoa como não podia deixar de ser em todos os Órgãos de Soberania.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Governo Mota Pinto/PPD não se entregou apenas de alma e coração à tarefa de executar a política abertamente de direita e reaccionária que constava do seu Programa e que é agora reafirmada nas propostas de lei do Plano e do Orçamento. Fê-lo de um modo conflituoso, belicoso e selvagem numa atitude de permanente e ostensiva provocação ao movimento dos trabalhadores, à opinião democrática, ao regime constitucional e aos próprios ideais de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Revelando um soberano desrespeito pela Constituição e as leis, que em alguns casos toca as raias do puro desmazelo, nos actos mais simples da governação, como, por exemplo, no processo de apresentação das duas propostas de lei aqui em apreço, este Governo erigiu precisamente em campos privilegiados da sua actuação as áreas mais polémicas, tensas e conflituosas da nossa realização política e social, como, por exemplo, a ofensiva de destruição da Reforma Agrária e a organização do assalto aos meios de comunicação social estatizados.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A resistência popular que suscitou foi tão viva e potente, o desgaste governamental foi tão rotundo, que os próprios progenitores políticos e orgânicos do Governo, o PPD e o seu presidente, Sá Carneiro, começam inilvidavelmente a fazer contas sobre as vantagens de o manter — bem pesados os lucros e os custos.

Aplausos do PCP.

Pois não ouvimos aqui pela voz autorizada de um dos mais destacados dirigentes do PPD reconhecer-se que "a maioria desta Assembleia entende ser execrável este Governo". E não ouvimos essa voz autorizada proclamar que se votasse a favor das propostas do Governo, em certas circunstâncias, "o PSD enterraria-se em campa rasa, bem lon-

ge de Belém e do Governo" — só a alusão a Belém é que não é inteiramente clara.

Risos do PCP.

Em poucos dias o País assistiu atónito a duas espectaculares operações promovidas pelo partido do Dr. Sá Carneiro.

Na primeira, parecendo querer lançar a última bôia ao naufrago que se afunda, reclamava um comprometimento total do Presidente da República no apoio político ao Executivo/PPD. Na segunda, desenhada aqui no decorrer deste debate, lançando sobre a Assembleia da República e uma alegada "maioria de esquerda" as responsabilidades pela sua queda, que ele próprio PPD poderá provocar. Tal é a suprema ambiguidade do partido que se tanto se proclama da clarificação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Importa aqui esclarecer que ainda que o Governo PPD morra às mãos do PPD nada se modificará relativamente ao verdadeiro carácter do actual Executivo como Governo Mota Pinto/PPD.

Aplausos do PCP.

Repare-se que o partido do Dr. Sá Carneiro dá pleno apoio à política do Governo e que, salvo algumas reservas de detalhe — que não ignoramos — faz uma apologia exaltante das suas actuações mais reaccionárias e agressivas. O PPD considera tão seu este Governo que o usa como uma das cartas das suas jogadas tácticas e estratégicas...

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ...ora para pressionar e envolver o Presidente da República, ora para condicionar e tolher a Assembleia da República, ora para provocar eleições no momento que tiver por conveniente para si, ora para prosseguir a campanha pelo referendo inconstitucional e golpista.

Aplausos do PCP.

O voto do PPD, daqui a momentos, nada terá a ver com as alternativas para a recuperação económica e com as graves questões que respeitam ao bem-estar do povo português que temos vindo a discutir neste debate.

O Sr. Cavalheira Antunes (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O voto do PPD será determinado pelas gigantescas ambições eleitorais do Dr. Sá Carneiro, pela sua táctica desestabilizadora, pela sua estratégia de restauração do poder económico e político do grande capital associado ao imperialismo e dos latifundiários.

Aplausos do PCP e protestos do PSD.

Vote como votar, o PPD quererá ganhar a iniciativa política e preparar as condições para um governo ainda mais reaccionário e belicoso.

Uma voz do PSD: — Obrigado!

O Orador: — O apoio incondicional que o CDS tem prodigalizado ao Executivo Mota Pinto/PPD é mais um elemento altamente comprometedor para o Governo. Neste debate, mais do que em qualquer outra circunstância, o CDS entremeou os aplausos ao Governo com apelos desabridos à ruptura do sistema e à liquidação da Constituição da República.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Nem tanto, nem tanto...

O Orador: — As propostas escritas que apresentou equivaliam, se por absurdo tivessem vencimento, à substituição da Constituição por via do Plano e do OGE.

Risos do CDS.

O CDS coloca-se abertamente fora do Regime.

Aplausos do PCP.

Que dizer, neste quadro, da atitude do Partido Socialista?

Vozes do CDS: — Ah!...

O Orador: — Se tomarmos a severa crítica que aqui fez à política económica e financeira do Governo, então o seu voto coerente só poderia ser a rejeição do Plano e do Orçamento. Se considerarmos as profundas alterações que anuncia defender para o debate na especialidade, então o seu voto coerente só poderia ser a rejeição do Plano e do Orçamento.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Se tomarmos, por fim, o juízo das mais altas instâncias do PS sobre a natureza conservadora do Governo e a sua prática conflituosa e arbitrária e sobre a necessidade de revigorar a luta contra ele, então o seu voto coerente só poderia ser a rejeição do Plano e do Orçamento.

O voto de abstenção do PS, que se tem por certo, não pode ser interpretado senão como significando que o PS entende, pelo menos momentaneamente, que o Executivo Mota Pinto/PPD deve sobreviver. Mas isto significa, e é urgente dizê-lo, que sobreviverá a política de desrespeito, de facto, pela Constituição e a legalidade democrática, a política de agravamento da exploração e do empobrecimento dos trabalhadores e da ruína das classes médias, a ofensiva destruidora contra a Reforma Agrária e as nacionalizações, o assalto reaccionário à comunicação social estatizada e ao aparelho de Estado, a submissão crescente ao imperialismo.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — ... soviético.

O Orador: — Tais são as responsabilidades que o PS compartilhará deixando que o Governo sobreviva. Deixando-o do seu lado sobreviver, o PS deixará que à sombra dele e com ele (de pé, periclitante ou até derrubando-o) a direita beneficie de condições para retomar a iniciativa que perdeu de modo claro e significativo neste 1.º trimestre de 1979, quando todos os democratas, os que nos batemos contra a ditadura fascista, nos preparamos para saudar e comemorar o 5.º aniversário da Revolução, continuando e consolidando o 25 de Abril.

Aplausos do PCP.

A atitude do Partido Socialista coloca a questão das saídas para a crise governamental que, como sempre dissemos e a vida comprova, não foi resolvida com a experiência governativa Mota Pinto/PPD.

Do nosso lado, continuamos seguros: o recurso a eleições legislativas intercalares, como saída legítima, democrática e constitucional, redundará em benefício do povo e do regime, pois a direita voltará a ser derrotada.

Aplausos do PCP.

Mas não damos por impossível encontrar-se ainda uma solução governamental no quadro da presente composição da Assembleia da República. Estamos a oito meses do início de um longo e complexo processo eleitoral que envolverá três eleições gerais e uma consulta regional, processo em que o povo português será chamado a decidir, pelos méritos

dos constitucionais, sobre algumas grandes questões que agitam a nossa sociedade. É razoável nestas circunstâncias, e sé-lo-ia em qualquer parte do mundo, que, quando o povo vai ter a palavra, as instituições e os partidos se corbam de enveredar por soluções que podem afrontá-la.

Torna-se, por isso, inadiável que as forças democráticas criem as condições para viabilizar uma alternativa democrática à situação presente. "Essa alternativa poderá ser (como salientava a Comissão Política do Comité Central do PCP em nota de 17 de Março de 1979) a constituição de um governo que, respeitando a Constituição e as leis e atenuando as situações de conflito na sociedade portuguesa, assegure a gestão dos negócios correntes do Estado até à realização de eleições, seja na data prevista constitucionalmente, seja em data antecipada por dissolução da Assembleia da República."

Tal é a perspectiva que o PCP contrapõe à política reaccionária e arbitrária do governo Mota Pinto e às estratégias da turbulência, da desestabilização, da confrontação e do golpe preconizadas pelos partidos da direita.

Aplausos do PCP.

A substituição do Governo Mota Pinto está na ordem do dia.

Pelo nosso lado, entendemos que se as propostas de lei do Plano e do Orçamento Geral do Estado (OGE), ou uma só delas, forem rejeitadas o Governo deverá demitir-se.

Entendemos mais, que a atitude política do Governo não poderá ser outra no caso de ver profundamente alteradas as suas propostas de lei na especialidade.

Aplausos do PCP.

A verificar-se a passagem das propostas de lei na generalidade, o PCP apresentando propostas de alteração ou votando a favor de eventuais propostas justas que sejam apresentadas por outros partidos, tudo fará para que a Assembleia da República diga não ao imposto extraordinário, ao limite dos 18% para os aumentos salariais, ao orçamento da segurança social e para que faça cumprir a Lei das Finanças Locais.

Aplausos do PCP.

A queda e a substituição do Governo Mota Pinto/PPD não pode ser vista como uma circunstância perturbadora do Regime, tem de ser vista como o regresso à normalidade constitucional.

Vozes do PCP: - Muito bem!

O Orador: - Os trabalhadores e todas as forças da democracia continuarão a lutar incansavelmente por uma verdadeira política de recuperação económica que assegure o bem-estar dos Portugueses, a consolidação do regime democrático e a independência de Portugal. Venceremos!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Sérvalo Correia.

O Sr. Sérvalo Correia (PSD): - Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejo protestar contra as palavras do líder da bancada do Partido Comunista e contra as caricatas contradições...

Vozes do PCP: - O Sr. Deputado!...

O Orador: - ...transformadas em ambiguidades desse próprio partido...

Risos do PCP.

O Orador: - ...que não se exime, para disfarçar aquelas que nele próprio existem, a vir falsamente encontrar as mesmas noutros partidos.

Vozes do PSD: - Muito bem!

O Orador: - Com efeito, o que são senão ambiguidades ou, melhor dizendo, caricatas contradições as posições de um partido que incessantemente reclama - e ainda agora aqui - a antecipação de eleições legislativas mas que, ao mesmo tempo, quando outros partidos admitem a mesma hipótese, os acusa de gigantescas ambições eleitorais?

Vozes do PSD: - Muito bem!

O Orador: - Será ambiguidade, contradição ou medo caricato, assim claramente revelado, da realização de eleições só formalmente reclamadas?

Uma voz do PCP: - Boa piada!

O Orador: - Contradição caricata, mais do que ambiguidade, a de um partido que aqui pretende acusar outros partidos de instrumentos do imperialismo, partidos esses que aqui, e não só aqui, têm claramente lutado e agido para que a Europa democrática se possa autonomizar das superpotências em conflito, ao passo que esse mesmo partido aqui claramente defende um imperialismo, uma forma de hegemonismo...

Vozes do PSD: - Muito bem!

Uma voz do PCP: - Não apoiado!

O Orador: - ...que leva ao descaramento de dar cobertura a estrangeiros que neste país, ao serviço desse hegemonismo, vêm pôr em causa o estatuto jurídico de uma parcela do território sob administração portuguesa. Estatuto jurídico que, aliás, é reconhecido na Constituição que o mesmo Partido Comunista Português pretensamente diz respeitar.

Vozes do PSD e do CDS: - Muito bem!

O Orador: - Contradição caricata, mais do que ambiguidade, a de um partido cujo porta-voz ousa vir aqui - ou antes, pretende, porque não consegue - insultar o líder de um partido democrático...

Vozes do PCP: - Quem será?

O Orador: - ...que aqui dá a cara e se apresenta para, em termos democráticos, participar nos trabalhos desta Assembleia, ao passo que o estalinista líder do seu próprio partido...

Aplausos do PSD e protestos do PCP.

O Orador: - ...ao fim de poucas semanas de uma frustrada tentativa de adaptação ao clima democrático de uma Assembleia, daqui teve de fugir para todo o sempre, por ser manifestamente incapaz dessa mesma adaptação.

Aplausos do PSD e risos do PCP.

Caricata contradição a de um partido que, depois de por várias vezes ter chamado reaccionários aos Governos do Partido Socialista, sucessivamente vai chamado mais reaccionários aos Governos que se vão sucedendo e que, pelos vistos, receando a queda do presente Governo, que tem apresentado à opinião pública como o cúmulo do possível reaccionarismo, admite já, à cautela, que outro mais reaccionário ai virá despontar.

Risos do PSD.

Finalmente, suprema ambiguidade ou caricata contradição a de um partido que aqui acusa da reaccionárias e antidemocráticas as condutas deste Governo na zona de intervenção da Reforma Agrária...

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Não são nada!

O Orador: — ...mas que ao mesmo tempo se abstém de fazer quaisquer comentários à posição clara tomada em relação a essas condutas deste Governo pelo Sr. Presidente da República.

Trata-se ou não de ambiguidade, Sr. Deputado Carlos Brito? Defina-se, porque se quer condenar a política agrária deste Governo...

Risos do PCP.

O Orador: — ...o Sr. Deputado e o seu partido neste momento não podem eximir-se a condenar também claramente a responsabilidade que o Sr. Presidente da República recentemente assumiu em relação a essa política.

Aplausos do PSD.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Está em crise, está em crise.

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Sérvulo Correia: A começar, vou dizer-lhe que levo em conta, no que V. Ex.^a acabou de dizer, a grande tensão destas duas horas de trabalho em que esteve envolvido na reunião do grupo parlamentar do seu partido, com todos nós aqui à espera.

Aplausos do PCP.

Uma voz do PSD: — Estavam à escuta!...

O Orador: — Só assim se compreenderá a maneira insultuosa como V. Ex.^a efectivamente se dirigiu ao secretário-geral do meu partido.

Risos do PSD e CDS.

Na minha intervenção o Sr. Deputado não encontrará certamente expressão alguma que possa ser tomada como um insulto a qualquer membro do PPD/PSD ou ao seu presidente. Trata-se de uma análise política onde as situações estão sempre caracterizadas. O Sr. Deputado vai ter o texto e poderá comprovar.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Dá-se licença, Sr. Deputado?

O Orador: — Com certeza.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Deputado, só lhe farei duas perguntas muito breves.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado considera que o termo "estalinista" é um insulto?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Na sua boca é...

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — E em segundo lugar gosta também de saber se considera que golpista é autor ou cérebro de manobras golpistas já não é um insulto.

O Orador: — Sr. Deputado, repare que há duas coisas diferentes.

Risos gerais.

O Orador: — Eu poderia ter dito que o Sr. Deputado Sá Carneiro — e é um tanto melindroso estarmos a discutir nestes termos — era um político golpista, mas repare que não disse. Falei de uma tática e de uma estratégia golpista, o que é um tanto diferente.

Risos do PSD e do CDS.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Que ridículo!

O Orador: — Ora, Sr. Deputado, e repito o que há pouco disse, só pelas circunstâncias muito especiais que o dia de hoje trouxe para o seu grupo parlamentar é que na verdade se pode compreender a linguagem que o Sr. Deputado utilizou. Aliás, utilizou-a com o propósito de insultar.

O Sr. Cacela Leitão (PSD): — O Sr. Deputado tem é fome!

O Orador: — Digo-lhe também que, quando falo das ambições eleitorais do Sr. Deputado Sá Carneiro, ainda aí não estou a fazer nenhum insulto — e isso é perfeitamente compatível com tudo o que nós dizemos sobre a democracia e com todo o respeito que temos pelo sufrágio popular.

Risos do PSD.

O Orador: — Mas é ou não verdade que o PPD/PSD, ou pelo menos alguns dos seus dirigentes, entre os quais toda a gente inclui o Sr. Deputado Sá Carneiro, tem como propósito atingir 40% do eleitorado?

O Sr. Vilhena de Carvalho (PSD): — Ou mais...

O Orador: — Isto não é nenhum segredo. Sabe-se cá fora que é isso que se pensa na intimidade da direcção do PPD/PSD.

Uma voz do PSD: — É algum crime?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Então e a maioria de esquerda?

O Orador: — Ora, para um partido que nas últimas eleições teve 24%, não lhe parece que é uma manifesta ambição eleitoral?

Portanto, nós não afirmamos nada que não comprovemos e que não caracterizemos politicamente.

O Sr. Deputado Sérvulo Correia falou ainda na ambiguidade do meu partido, mas não pode comprová-las, Sr. Deputado. Não vamos perder muito tempo com isso...

Vozes do PSD: — Ah!...

O Orador: — ...mas as ambiguidades do seu partido foram postas a descoberto e até no decorrer deste debate. Inclusivamente, e VV. Ex.^a perdoar-me-ão, mas foi o Sr. Deputado Sérvulo Correia que suscitou a questão, até são postas a descoberto nas vossas próprias intervenções.

Por fim, Sr. Deputado, quero responder-lhe a duas questões, das quais a primeira é relativa ao Sr. Presidente da República. Temos posto esta questão com toda a clareza. Isto é: institucionalmente o Presidente da República tem efectivas responsabilidades neste Governo. Nós discordámos quando ele nomeou o Primeiro-Ministro e dissemos-lhe isso de caras, tal como ao próprio Primeiro-Ministro. Dissemos que não estávamos de acordo com a solução.

Mas a questão que agora se coloca, e aí está mais uma ambiguidade do seu partido, é esta: então o Presidente da República assumiu todas as responsabilidades por este Governo ou não assumiu? Os senhores têm dito que não, que afinal deixou tudo na mesma.

Risos do PCP e de alguns Deputados do PS.

O Orador: — Portanto — e assim se vê que há linguagens diferentes, que há ambiguidades nesse partido —, como é que V. Ex.^a vem agora levantar a questão do Presidente da República, como é que vem agora querer considerar que este Governo é o Governo do Presidente da República, quando o seu partido diz que não, que o Presidente da República não deu satisfação às clarificações que o PSD reclamava?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Sérvalo Correia (PSD): — Permite-me que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Agora deixe-me terminar, Sr. Deputado, até porque vou entrar na questão mais grave por si levantada.

O Sr. Deputado fez algumas insinuações quanto ao imperialismo e sobre isso tenho a dizer-lhe o seguinte: os vinte anos de cadeia do José Vitoriano...

Vozes do PSD: — Mas a que vem isso agora?

O Orador: — ...os catorze do Octávio Pato e tantos outros anos de cadeia, as dezenas de anos de cadeia que há aqui nesta bancada, não se fizeram por outra coisa senão pela classe social e pela Pátria.

Aplausos do PCP e risos do PSD.

O Orador: — É isso que vocês não sabem, porque não estiveram lá.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — São fiéis à União Soviética.

O Orador: — Não seja ridículo, Sr. Deputado.

Vozes do PCP: — Fascistas!

Trocaram-se apertos agressivos entre as bancadas do PCP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Peço a vossa atenção, Srs. Deputados.

A Mesa ouviu os epítetos que foram trocados e chama a atenção dos Deputados que os utilizaram para não voltarem a insistir neles, porque, como sabem, essa actuação não está certa.

Uma voz do PCP: — Porque é que o Sr. Presidente só olha para nós? Olhe também para eles.

O Sr. Presidente: — Eu olho para onde posso e devo olhar. Ou será que é proibido?

Risos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Lá é!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Sérvalo Correia pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Sérvalo Correia (PSD): — Para dar breves explicações, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Sérvalo Correia (PSD): — Em primeiro lugar eu quero dizer ao Sr. Deputado Carlos Brito que nesta bancada todos nós respeitamos aqueles que em Portugal e noutras países, e nas mais diversas circunstâncias, sabem submeter-se a sacrifícios, e por vezes bastante grandes, como aqueles que acaba de referir em relação a membros da sua bancada, em defesa das suas ideias. Mas isso, Sr. Deputado, não tem uma ligação directa necessária com a defesa da democracia como nós a entendemos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Tem sim, Sr. Deputado.

A Sr.^a Ercília Talhadas (PCP): — Em defesa do povo.

O Orador: — Um dia; Sr. Deputado Carlos Brito, podemos debater isso aqui, porque não me parece que problemas como os que o Sr. Deputado suscitou devam contribuir para fechar fantasmas nos armários.

Quero também dizer-lhe que não afirmei que o Sr. Presidente da República assumiu nas suas palavras responsabilidades políticas por toda a actuação do Governo. Eu não disse nem que sim nem que não. Não me referi a esse ponto. Referi-me muito especificamente ao facto de o Sr. Presidente da República ter apoiado expressamente a conduta seguida pelo Ministério da Agricultura e Pescas. Foi esse o problema que eu levantei aqui e, portanto, não me referi a outros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, também para prestar esclarecimentos, o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação às primeiras considerações do Sr. Deputado Sérvalo Correia devo dizer-lhe — e faço-o com toda a sinceridade — que quem esteve muitos anos preso tem um grande apreço pela liberdade e era bom que os senhores tivessem isso em consideração relativamente aos comunistas que têm aqui convosco.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — De facto viu-se isso em 1975...

Uma voz do PSD: — O que é que isso tem a ver com o assunto?

O Orador: — Tem a ver, tem, Srs. Deputados. Tem a ver com a democracia e com a independência nacional, porque esses sacrifícios, como já disse, fazem-se pela classe social e pela Pátria. Não se fazem por outras razões.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto aos novos esclarecimentos agora produzidos pelo Sr. Deputado, devo dizer-lhe que não somos da sua opinião. Repare que em relação à Lei de Bases da Reforma Agrária — a chamada Lei Barreto — já temos reclamado a sua aplicação integral...

Vozes do PSD: — Ah!

O Orador: — ...e aceitado as reservas. E julgamos até que a melhor maneira de resolvemos o problema das reservas era fazer simultaneamente as expropriações. Talvez assim não se registassem no Alentejo as situações dramáticas e graves para o povo e para a economia nacional que os Srs. Deputados tão ligeiramente tratam.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para produzir a intervenção final do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Lucas Pires (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O que se tem visto neste debate é que falar do Orçamento e do Plano é falar de tudo. É falar do Governo, da Assembleia, dos partidos, do Presidente da República, do Conselho da Revolução, das eleições e do País real, de todo o passado e de todo o futuro.

Quase não houve questões parciais nem propostas concretas, salvo aquelas que, entre outras, nós próprios apresentámos.

O Sr. Vital Moreira PCP: — Não esteve cá!

O Orador: — ... Só há questões globais e genéricas. E os chamados momentos históricos ainda não acabaram em Portugal. É daqui que resulta um sentimento de inseguurança colectiva.

Continuamos em curso: da revolução em curso ... à constituição em curso ... Curso que, aliás, tem alguma coisa do sentido escolar de expressão ... embora muitos não tenham ainda aprendido nada e a maior parte seja pelo menos bastante cábula.

Risos do CDS.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Durante o curso da revolução o todo-poderoso era o MFA e a direcção era sobretudo a política.

Durante o curso da Constituição o todo-poderoso é o FMI e a direcção tornou-se sobretudo económica. É curioso, aliás, verificar como entre duas entidades até geoestrategicamente tão opostas houve uma passagem de testemunha tão fácil.

MFA ou FMI, ambos têm qualquer coisa de uma história de marcianos na política portuguesa. Por isso, desde o início, o meu partido, clamando no deserto, procurou demonstrar o carácter irreal, alienatório e extraterrestre ou extranacional da orientação política primeiro, e da orientação económica depois, que se pretendeu consolidar. Talvez, por isso, fomos considerados "o estrangeiro" no sentido camusiano da expressão. Incapazes de assumir o absurdo das suas próprias propostas, os outros queriam convencê-lo a ele do absurdo da respectiva situação.

Entretanto, o lado donde está o absurdo começou a deslocar-se e tornou-se claro. A medida de segurança nacional, de felicidade nacional e do produto nacional bruto, tornam patente onde ele chegou e donde ele vem. Neste momento, se mais não for possível, já é possível, pelo menos, fazer o diagnóstico e seríamos injustos se não reconhecessessemos que tanto o Governo como as outras forças políticas democráticas o começam a tentar.

No espelho que se agiganta da nossa degradação económica e financeira continuamos, porém, infelizmente, a ser sobretudo espectadores de nós próprios, limitando-nos a retocar uma *toilette*, aliás, cada vez mais pobre e cada vez mais emprestada.

Estando de novo tudo em causa, como no aforismo latino do *non nova sed nove*, vale a pena voltar ao princípio, na esperança de que, perante o crescente volume do espelho, agora perigosamente caleidoscópico, não voltemos a esconder a cabeça na areia.

No dia 11 de Março, culminando as operações de 28 de Setembro e de 13 de Dezembro, atingiu o seu auge uma contra-revolução económica e social que tinha por objectivo sabotar o 25 de Abril. Nessa altura, a economia nacional foi transformada em economia de partido com três características principais:

- a) Um condicionamento financeiro generalizado, traduzido na criação do monopólio da banca nacionalizada;
- b) A decapitação de todos os sectores económicos, agrícola, industrial e comercial, pela nacionalização das maiores e das mais produtivas unidades destes sectores;
- c) A criação de monopólios legais semelhantes aos que eram típicos do século XVIII e XIX e tinham sido utilizados na exploração colonial.

Com a nacionalização da banca criou-se uma forma de condicionamento financeiro, bastante mais profundo e global do que o tão criticado condicionalismo industrial do

anterior regime. O condicionalismo industrial do anterior regime fora vingado.

Com essas nacionalizações operou-se a completa separação entre a estrutura financeira e a estrutura económica, provocando um regresso ao capitalismo pré-financeiro do século XIX, enquanto o próprio capitalismo financeiro internacional ficava cá dentro a avançar para o seu século XXI. Por isso, nós considerámos que, hoje, a questão da banca privada é vital. Contra ela pode haver muitos sentimentos. A favor dela há muitas provas e muitos argumentos.

- Por sua vez, com a decapitação dos vários sectores económicos, popularizou-se o mito da pequenez e da mediania e abriu-se ainda mais o futuro terreno de pasto das multinacionais.

Por último, a criação de monopólios legais, com certeza de inspiração pombalina, a quem foi prometida a imortalidade como aos deuses, assegurou-se a dependência individual em relação ao Estado, secaram-se as fontes de alternativa liberal dentro do regime e condicionaram-se todas as pequenas empresas.

O resultado global foi a proletarização social do País e a burocratização e a pauperização da riqueza nacional, tudo em nome de justificações ideológicas que, inclusive, são as do socialismo do século XIX que não as do socialismo do século XX, pelo menos a acreditar em Michel Rocard.

Veio o 25 de Novembro. Substitui-se a cabça político-militar, mas deixou-se todo o corpo económico como um conjunto de órgãos que começa a ser legítimo considerar um conjunto de metástases.

Por isso, se na primeira fase se gera uma separação entre país político e país real, agora viria a gerar-se um divórcio entre país fiscal e país extrafiscal.

A imortalidade prometida ao sector público tornou-se como toda a terrena imortalidade, estéril primeiro e parasitária depois, começando a meter a mão na algibeira dos contribuintes. E talvez por nada ter custado ao Estado, que o tomou de bandeja, o sector público também se terá dispensado de ter lucros. Como os dons e os manás tinha, mais uma vez, o sentido do extraterrestre ...

Por isso não se fizeram ainda as indemnizações. Por isso, também, se tiveram de cobrar mais impostos, como aqui foi justamente salientado por todos os colegas da minha bancada e especificamente quanto a esta questão fiscal pelo meu colega Macedo Pereira. Impostos que os contribuintes depositam nas caixas públicas, regularmente quase só como os fiéis depositam o seu óbulo no altar das "conquistas".

A batalha da produção parece transformada na batalha da cobrança.

As expropriações da primeira fase e os impostos da segunda são duas vias diferentes, mas convergentes, de desanimação, quer do trabalho, quer da iniciativa. É o mesmo sistema económico que produz os dois, e se não são da mesma ninhada, talvez se possa dizer que são da mesma mãe.

Risos do CDS e PSD.

O Orador: — O País extrafiscal reage quase como autodefesa perante o País fiscal. E se os rendimentos do trabalho são cada vez mais tributados é porque, no fundo, são, cada vez mais, os únicos que restam ...

Uma voz do PCP: — Ai sim? !

O Orador: — As injustiças tornam-se de novo patentes tal e qual, de resto, como, ao inverso, os privilégios. E o absurdo aclarar-se quando repararmos, por exemplo, que o Estado primeiro subsidia a produção agrícola, subsidia o crédito à produção, subsidia o produto através do "cabaz de compras", mas, depois, como num jogo de raps, tira e põe, toca de agravar os impostos sobre os salários, a produção e o comércio.

As pessoas não compreendem. E torna-se inevitável um divórcio entre o povo e a economia e, reflexamente, entre os indivíduos que são o povo e o Estado. Por isso também é que se ainda temos uma economia pública já não temos uma economia nacional. O abstencionismo económico nacional é crescente e está naturalmente ligado ao político. Daí os marcianos! Até ao ponto em que Portugal poderia vir a ser apenas um problema de economia internacional, com um Governo em Lisboa servindo de intermediário e constituído apenas por gestores... de directrizes alheias...

Espero, porém, que o desânimo não seja tanto que já não se veja a enorme diferença que há entre a pura gestão desta economia e a salvação económica do País. É evidente que se escondermos a cabeça outras aparecerão no lugar da nossa.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Talvez um homem!

O Orador: — ... E é aqui que o problema começa outra vez a ser político. Quase três anos e meio após o 25 de Novembro é tempo de voltar a erguer a cabeça de debaixo da areia. Porque agora o risco é que o problema económico se transforme num problema político. E em tais circunstâncias o maior risco é não assumir nenhum.

Afinal, o problema de que se trata hoje será o de gerir a economia ou será a de a dirigir? Parece que há claramente um problema de poder político por resolver — o problema de pôr a economia de acordo com a vontade e as necessidades da maioria dos Portugueses. Quando se é um povo, quando se não é apenas uma multidão, é inevitável exigir um espírito, uma direcção e uma responsabilidade, capazes de dominar e de inflectir um aparelho que não funciona, uma economia que em vez de economizar e desenvolver desperdiça e retrocede. Se tal se não conseguir, a rigidez constitucional e outras formas de rigidez poderão deixar de ser desculpas aceitáveis.

Quero com isto dizer que o desenvolvimento político tem de ir à frente do desenvolvimento económico até para este ser possível. Suponho que se têm algum tanto invertido os planos. Quer-se fazer desenvolvimento social sem se ter feito antes desenvolvimento económico e quer-se fazer desenvolvimento económico sem se ter feito antes desenvolvimento político. Quando hoje tanto se fala de referendo, de presidencialismo, de eleições antecipadas, de bloco e de revisão geral da Constituição, é a urgência de uma vontade política nova e forte que se está a reclamar.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Um constitucionalista estrangeiro pode não compreender isto.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Pode não estar de acordo!

O Orador: — De resto, ninguém duvida que De Gaulle sabia mais de política que Duverger e mal dele se tivesse ouvido o cronista do *Monde* antes de agir...

Os Portugueses, porém, hoje compreendem e sentem que, com meras soluções ditas técnicas, não se deixará de chafurdar no pântano... E são sobretudo os trabalhadores e os mais humildes dos Portugueses que sentem isso e exigem autoridade, clareza e direcção, começando a suspeitar que não é pela coligação das expropriações, com os impostos e um certo keynesianismo académico que se vai lá.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Orador: — ... Resta saber, aliás, se os pressupostos sociais e políticos da aplicação de certas regras de economia ássica se verificam e são aplicáveis numa economia e numa sociedade com tantas distorções e ansiedades. Resta ver se é possível planear com um itinerário político tão incerto e em clima tão desmobilizador.

Desenvolvimento económico antes do social, porque agora que há cada vez menos para distribuir é preciso agora dar a prioridade ao produzir. Desenvolvimento político antes do desenvolvimento económico, para que os impostos possam ser cobrados, para que a confiança entre os Portugueses e o Estado possa ser restabelecida e para que o abstencionismo de todo o tipo deixe de ter razão de ser.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Esta ordem de prioridades é muito prática. Por exemplo: pode fazer-se um serviço nacional de saúde gratuito, a sério e para vigorar, sem ter assegurado primeiro a saída da crise económica e posto o pé no estribo do desenvolvimento? Eis por que falamos de desenvolvimento económico antes do social. E quando dizemos que o desenvolvimento político está antes do económico, apetece-nos perguntar se este Governo tem ou não poder real para reformular as empresas públicas e nomeadamente o Banco de Portugal, sendo certo que da nossa parte estamos cada vez mais convencidos que ou é o Governo que refaz o Banco de Portugal ou é o Banco de Portugal que refaz o Governo!

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Que pobreza!

O Orador: — ... Além de que uma descentralização como a da Lei das Finanças Locais não se poderá fazer sem que o Estado e o Poder Central existam. Só descentraliza quem pode. É bom não esquecer que se trate de transformar um monopólio numa série de pequenas empresas locais. Gostaríamos, aliás, que a própria Assembleia da República fizesse também de conselho fiscal em relação a todo o sector público, já publicamente suspeito de corrupção, e foi com esse objectivo que propusemos a constituição de uma comissão parlamentar. Gostaríamos, ainda, que a Reforma Agrária fosse tomada como uma questão que tem a ver com a soberania nacional e a vontade democrática emprenhando profundamente os supremos guardiões da aplicação democrática das leis.

Temos, além disso, a consciência de que ao Governo podem faltar, quer uma base sólida — uma Administração capaz de lhe responder —, quer uma cúpula do Estado comprometida capaz de solicitar o Governo e que com ele se responsabilize em termos de direcção e interpretação última da vontade de uma maioria. E, por último, se o Plano tem de ser, sobretudo, um plano de transição para uma nova economia, com regras únicas e coerentes, uma tal transição exigirá, sem dúvida, um esforço político voluntário e maioritário. Tem, pois, que ser feito um esforço de unidade e liderança política do campo democrático, de modo que possamos dar razão aos temores aqui há pouco expressos pelo Sr. Deputado Carlos Brito. Não podemos esquecer que o grande aliado do *statu quo* e da "República das Bananas" em Portugal...

Uma voz do PCP: — Dos ananases!

O Orador: — ... é hoje o próprio PCP. Por isso, do lado de cá, é preciso reconstituir a unidade das forças que tornaram possível o 25 de Novembro e uma certa reanimação do desenvolvimento nacional.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sabe-se, hoje, em suma, que a economia existente é um nado-morto que após uma incubação de quatro anos continua a amamentar-se artificialmente e politicamente. Um intervencionismo sem doutrina quis fazer do indivíduo mendigo do Estado e acabou por fazer do Estado mendigo dos indivíduos... Agora é a altura de um plano e de uma autoridade que, evitando a ruptura, tanto como os passos perdidos, possam fundar uma nova ordem

económica em Portugal. O sector privado, que é o que mais emprega, que é o que mais exporta, que é o que mais paga impostos, deve ser o *pivot* e o mercado será aí a regra. O sistema económico actual não tem o apoio nem dos trabalhadores nem dos empresários e quem o transporta às costas é só uma burocracia, que até pode ser boa, mas não é nunca nem legítimo suporte democrático.

Neste novo plano económico, aliás, pode estar a base de um acordo mais vasto entre as forças democráticas e entre os próprios trabalhadores e empresários. A social-democracia é desde Bad Godsberg adepta de tais princípios. Para o Partido Socialista o problema substancial é decidir se o estatismo é um recuo ou um avanço na construção do socialismo. O socialismo passará pelo desenvolvimento liberal ou deverá passar antes pela extensão do *contrôle* estatal e público? É evidente que a primeira alternativa o põe do lado de cá das forças que estão contra o 11 de Março, enquanto a segunda alternativa o põe do lado de lá, emparceirando na barricada com o PC.

O Governo compreendeu isto, em grande parte. A sua primeira frente foi a política, mas esperemos que a segunda frente venha a ser a económica.

Uma coisa é certa. A austeridade é o equivalente moral da verdade e este Governo tem utilizado por lema o pôr as verdades em cima da mesa. Pelo menos em termos de saneamento psicológico e moral da sala de fumo que é a política nacional, o seu trabalho tem tido algum mérito, embora mesmo aí muitas cartas tenham ficado por jogar.

O Governo tem, aliás, sido sensível ao equilíbrio político e anímico da sociedade portuguesa, mais do que ao formal equilíbrio político resultante do 25 de Novembro. Comportando-se como um órgão de soberania e não apenas como um conjunto de quinze ministros, ainda por cima num contexto onde os braços caídos e o *laissez-faire* político tem sido de regra. Numa perspectiva de extensão política do 25 de Novembro, o Executivo chega a dar ideia de que em Portugal, às vezes, se troca de posições: são os civis a fazer a "guerra" e os militares a fazer a "política". Como órgão constitucional próprio, tem-se recusado a ser mero pingue-pongue entre os partidos e o Presidente, enfrentando seriamente os soezes ataques do PCP, de cujo regime, felizmente, não somos só nós do CDS a estar de fora.

É claro que nem tudo são rosas na actividade do Governo. No domínio da economia e das finanças tem de pôr em marcha um plano de desenvolvimento democrático. Não pode ser aí apenas a expressão política de uma classe de administradores públicos que tenta minorar as perdas. A questão económica é institucional e não passa só pelos grandes números da macroeconomia. Nós somos, em princípio, contra o imposto anunciado pelo Governo, a não ser que se trate de salvar o País e não de pagar o socialismo.

Uma voz do PCP: — Ah! ...

O Orador: — A não ser que fosse só a portagem de saída da longa estrada socialista ...

Para isso será necessário, no entanto, que proporcional aos sacrifícios pedidos sejam os progressos demonstrados e que não nos venham já daqui a seis meses contar a mesma história das dificuldades do sector público para anunciar novas cobranças de impostos ...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Iremos, apesar de tudo, votar a favor do Governo. Também pelo mérito relativo dele mesmo. Também porque receamos, de outro modo, pôr em causa a sua continuidade e abrir um vazio, quando entre os partidos nenhuma perspectiva certa de acordo ainda estão abertas. Porque passou o tempo útil da substituição deste Governo por outro, sendo certo que as eleições legislativas se aproximam. Porque sem aprovação do Orçamento não ha-

veria aplicação da Lei das Finanças Locais nem aumento dos funcionários públicos e toda a vida administrativa do Estado seria gravemente afectada.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O desenvolvimento político democrático de que falamos passa, aliás, hoje mais pelo Presidente da República e a Constituição do que pelo Governo. Estão demasiadas coisas mal para que o Governo seja toda a questão. A não ser que se queira transformá-lo num *bouc emissaire* ...

O momento é decisivo e não percebemos que alguém queira lavar as mãos como Pilatos. Não queremos acreditar, aliás, que o maior partido português seja o da abstenção. Seria, de resto, mau que se pensasse que temos um Governo apenas com responsabilidades e um Parlamento apenas com direitos. Se se quer plebiscitar o Presidente da República, isso é outra questão e então que se diga claramente.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, sobretudo, parece exigível que os grandes partidos democráticos não deixem uma decisão tão crucial como esta aos votos de três ou quatro Deputados independentes, o que seria sem dúvida uma imagem muito reduzida da soberania democrática ...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Vamos, pois, votar serenamente a favor do Governo pela passagem do Orçamento e do Plano. Será mais um acto de esperança do que um juízo exigente. Julgamos, aliás, interpretar o sentimento de uma larga maioria de portugueses e de um conjunto de forças sociais sem enquadramento partidário que têm da política uma ideia simples e clara. Sobretudo, julgamos que tal voto é aqui e agora a expressão da nossa responsabilidade pelo futuro de Portugal!

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção final, o Sr. Deputado Sá Carneiro.

O Sr. Sá Carneiro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É conhecida a posição do Partido Social-Democrata quanto a este Governo e quanto à crise política que atravessamos. Considerámos sempre, desde o início, e aqui o dissemos claramente, que este Governo era de iniciativa e responsabilidade presidencial quanto à sua manutenção e quanto à sua actuação. Por isso não podemos nunca aceitar que sobre a manutenção ou actuação do Governo se lancem responsabilidades para os partidos que aqui se limitarão a deixar perdurar o que já existia por responsabilidade presidencial.

É também conhecida a posição que recentemente tomámos e os seus motivos. Não vou, por isso, desenvolver aqui esse tema, procurarei falar apenas do Plano e do Orçamento, pois é para isso que aqui estamos reunidos. Assim queremos que fique bem claro que o Partido Social-Democrata, ac determinar e explicitar o sentido do seu voto, o faz unicamente por razões inerentes ao Plano e ao Orçamento. Não são razões de ordem política geral, não são razões da crise — que entendemos prejudicial — que movem o nosso voto. É, pois, no quadro do Orçamento e do Plano que nos vamos movimentar e determinar. E sobre isso somos o primeiro partido a tornar conhecida a nossa posição — dissemos-no no Conselho Nacional do Vimiero, de 17 e 18 de Fevereiro passado.

A partir daí, ficaram a opinião pública, e muito especialmente o Governo, cientes de que o Partido Social-Democrata entendia desejável que o Governo se pudesse mant

sendo aqui aprovado o seu Orçamento e as opções do Plano. Conhecia-se já a versão inicial da proposta de lei relativa ao Orçamento Geral do Estado e em face dela dissemos muito claramente ao Governo que podíamos aprová-la desde que ele nela não incluísse o imposto extraordinário para equilíbrio do Orçamento, ou que, se o mesmo viesse a ser considerado em face de razões ponderosas, não incluísse a tributação sobre o 13.º mês.

Quanto à questão das finanças locais, tornámos também claro que era necessário que a lei fosse cumprida e que na distribuição das verbas derivadas da Lei das Finanças Locais fosse dado cumprimento aos critérios do artigo 9.º dessa lei.

Passou-se mais de um mês, o Governo ficou ciente, até por contacto directo, desta nossa posição, mas não alterou, no seu Orçamento, estes pontos fundamentais. O Governo quis, talvez, aí mais uma vez manter-se equidistante dos partidos, mas já sabia — a partir de 18 de Fevereiro — que sem estes pontos fundamentais nós não podíamos dar o nosso voto favorável ao Orçamento.

Muito se falou aqui já da possibilidade da queda do Governo, das consequências da não aprovação do Plano e do Orçamento. Tivemos o cuidado de, no primeiro dia do debate, procurar clarificar esta questão. Assim, o Deputado Sérvelo Correia perguntou ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro se a rejeição na generalidade dos documentos que hoje discutimos e vamos votar implicava ou não a demissão do Governo, se a mesma conclusão se poderia tirar ou não de uma alteração na especialidade que tocasse em pontos fundamentais. E perguntou-se-lhe ainda se, no caso de uma ou outra destas circunstâncias se verificar, o Governo tencionava pôr aqui uma moção de confiança.

Outra ordem de perguntas nesse mesmo dia dirigidas ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro teve a ver com as consequências de uma eventual não aprovação do Orçamento, designadamente quanto às negociações com o Fundo Monetário Internacional e quanto ao cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Quanto às consequências da não aprovação ou da forte alteração para a subsistência do Governo ou apresentação da moção de confiança, o Sr. Vice-Primeiro-Ministro limitou-se a dizer que seria considerada posteriormente a conclusão a tirar do voto que aqui fosse dado. Ou seja: o Sr. Vice-Primeiro-Ministro não tornou claro, não disse nem sugeriu que o Governo se demitiria se o seu Orçamento aqui não passasse na generalidade, ou se fosse fortemente alterado na especialidade.

Quanto às consequências em relação ao Fundo Monetário Internacional ou ao cumprimento da Lei das Finanças Locais, o Sr. Primeiro-Ministro esclareceu que a carretaria dificuldades e atrasos sem de modo algum os dramatizar. Ora, era fundamental que o ponto da eventual demissão do Governo fosse terminantemente esclarecido no início, para que se pudesse medir todas as consequências deste debate, para que as posições aqui tomadas na discussão na generalidade, que se iam depois reflectir no voto, pudessem ser também consideradas a essa luz. Mas a posição que o Governo tomou leva o Partido Social-Democrata a concluir que, se o Orçamento e o Plano forem rejeitados na generalidade, ou alterados profundamente na especialidade, o Governo não se demitirá. Essa a conclusão a tirar deste debate e da posição do Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

É, pois, do Orçamento e do Plano que se trata e o sentido deste voto, na generalidade, é a meu ver muito claro. Quem concorda com as opções fundamentais, os princípios e os objectivos do Plano e do Orçamento, pode votar a favor, identificando-se o partido que o fizer com esses documentos, com os seus princípios e objectivos e com os meios de os atingir. Quem frontalmente rejeitar esses princípios, votará contra. Quem ao Governo der o benefício da dúvida, poderá abster-se.

Haverá ainda uma outra posição política do voto, mas

essa não é a nossa, que é votar por princípio contra, para derrubar o Governo. Tomaria essa posição o partido que estivesse em oposição sistemática ao Governo; mas suponho que aqui dentro só o Partido Comunista está em oposição sistemática ao Governo, nenhum dos outros está. Nós, pelo facto de não darmos o nosso apoio a este Governo e de com ele nos não identificarmos, não estamos em oposição sistemática, não determinamos o sentido do nosso voto pelo derrube do Governo. Entendemos, como partido que não é do Governo, que não é de situação, mas que não é de oposição sistemática, que o País precisa de um Orçamento e das opções de um Plano e, portanto, uma eventual aprovação desses documentos não redundaria num apoio pleno. Mas, parafraseando o Sr. Vice-Primeiro-Ministro, não estamos dispostos — para que o Governo se reclame do nosso apoio — a aceitar um qualquer Plano, um qualquer Orçamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só os podemos aceitar desde que, no nosso entender, eles correspondam às necessidades do País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Então, sim, se nós entendéssemos que as opções aqui apresentadas pelo Governo, que os documentos que aqui nos trouxe corresponderiam aos interesses dos portugueses e às suas necessidades, poderíamos dar-lhes o nosso voto favorável. O que se não nos figura possível de fazer é aqui identificarmo-nos com os documentos num voto favorável e depois destruir, na especialidade, os princípios fundamentais e os objectivos que o Governo adoptou nos documentos propostos. Quer dizer, identificarmo-nos, por um lado, na generalidade com o Orçamento e o Plano, e depois afastarmo-nos totalmente quanto a princípios fundamentais na especialidade, seria para nós uma grave contradição, se não mesmo uma hipocrisia. E não resolveria sequer o problema da manutenção do Governo se este tivesse ligado a sua manutenção à aprovação destes documentos. Quer dizer: eu suponho que para o Governo seria tão grave, ou eventualmente mais grave, uma alteração profunda na especialidade que pusesse em causa os princípios, do que uma não aprovação na generalidade.

Terei ocasião, no final, de voltar a este tema para, se assim não é, pedir ao Sr. Primeiro-Ministro que nas suas palavras finais me desminta, ou, com o seu silêncio, ou com a sua afirmação expressa, mo confirme.

Quanto à proposta de lei das opções do Plano não me vou nela deter. Já aqui, através da intervenção do Deputado Ângelo Correia, ficou claro que nós não podemos aprovar essa proposta de lei. Assim sendo, versarei especialmente um ponto dela, mas a propósito da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado.

O que há, então, de fundamental na proposta de lei do Orçamento Geral do Estado? Em que é que se poderá aferir a sua correspondência aos interesses e necessidades dos Portugueses? Quais são as questões fundamentais, não partidárias mas nacionais? Para nós são quatro: a questão do princípio de equilíbrio financeiro do orçamento corrente; a questão da limitação do aumento de salários a 18%; que está no Plano mas que tem a ver também com o Orçamento; a questão da admissão ou não do imposto extraordinário, especialmente naquilo que incide sobre os rendimentos do trabalho, designadamente sobre o 13.º mês; e a questão do cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Quanto ao princípio do equilíbrio do orçamento corrente, o Partido Social-Democrata, como eu já disse, no seu Conselho Nacional realizado em Fevereiro, afirmou estar de acordo com ele. Parece-nos fundamental, para a defesa dos interesses dos Portugueses, aquilo que, no fundo, este princípio significa, ou seja, todas as novas dívidas a contrair

pelo Estado sejam para investimentos — nós dizemos e desenvolvimento — e não para financiar despesas correntes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Princípio certo, de saneamento financeiro do País, que aplaudimos. Veremos depois como poderá ser feita a sua aplicação. Não podemos ter a ambição, parece-me, de passar de um orçamento corrente com um *deficit* de 30 milhões de contos, como foi o do ano passado, para um orçamento corrente de *deficit* zero. Mas isso depende muito da política que se seguir quanto aos dois pontos que enumerei em terceiro e quarto lugares.

Quanto ao problema dos 18% como limite máximo salarial, o Partido Social-Democrata não concorda com ele. Entende que ele se justifica numa perspectiva técnico-financeiro de contenção da inflação, pelas razões já nesta Casa aduzidas pelo Sr. Vice-Primeiro-Ministro, reeditando razões que já tinha apresentado na discussão do Programa do Governo.

Mas a questão ultrapassa em muito os problemas técnicos-financeiros de contenção da inflação. É um problema eminentemente social e nessa perspectiva nós não o podemos aceitar. Só podemos aceitar um limite para o aumento dos salários desde que seja integrado num acordo social que contemple os aspectos essenciais da defesa dos trabalhadores.

Aplausos do PSD.

E nesse sentido apresentámos já na Mesa uma proposta de aditamento de uma nova opção às opções fundamentais do Plano, que vou ler:

"A fixação de um tecto salarial compatível com as restantes opções para 1979 e resultante de um acordo social global e enquadrado numa política de rendimentos coerente e que entre outras premissas tenha em consideração: Uma política real e concreta de formação profissional voltada para a reconversão dos trabalhadores atingidos pelos sectores de maior crise; uma política que reduza as disparidades injustificáveis, que actualize o salário mínimo e garanta a distribuição justa da riqueza produzida mediante normas que permitam eliminar gradualmente as diferenças salariais entre os sectores e regiões do País, que actualize automaticamente os salários independentemente dos contratos colectivos de trabalho; uma política de segurança que reforme o actual sistema de Previdência, que institucionalize um seguro social que abranja um seguro de emprego e um seguro de doença, que substitua os ultrapassados subsídios de desemprego e de doença ainda em vigor, que promova a revisão do actual esquema de abono de família; que enquanto não existir um esquema unificado de segurança social, seja contado, para efeitos de pensão, todo o tempo que durou a carreira profissional do trabalhador, independentemente da entidade a que prestou serviço, seja pública ou abrangida por regimes diversos de Previdência; que estabeleça as pensões de reforma na base dos salários actuais dos trabalhadores da mesma categoria ou equivalente no activo..."

A Sra. Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: —

A redução da idade de aposentação como forma de permitir aos jovens um mais rápido acesso aos postos de trabalho e combater o desemprego.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Fora disto não podemos aceitar o chamado tecto salarial. Caberá, portanto, à negociação entre representantes de trabalhadores e de entidades patronais fixar aqueles salários que melhor forem adequados em cada caso.

O terceiro ponto que enumerei era o do novo imposto para equilíbrio do Orçamento, designadamente no que se refere aos rendimentos do trabalho. E compete aqui desenvolver um pouco a questão da aplicação e execução do princípio do equilíbrio do Orçamento corrente.

Neste ponto, o Governo trouxe à Câmara números aterradores, como, por exemplo, o de 723 milhões de contos para a dívida total do Estado previsível para o fim deste ano. Como, por exemplo, o da hipótese de uma ruptura financeira total em 1983, a manter-se o ritmo actual do individualismo, designadamente externo. Uma ruptura total significa que o País fica entregue ao clube dos credores, como aconteceu a países da África e da América do Sul. Simplesmente estas perspectivas aterradoras não se reflectiram no clima que o Governo aqui trouxe, porque esse clima foi de um moderado optimismo. Disse o Sr. Vice-Primeiro-Ministro que este Inverno não tinha sido o Inverno do nosso descontentamento e que o próximo talvez pudesse também não o ser. E dentro desse clima o Governo, efectivamente, facilitou bastante as perspectivas, designadamente quanto a empresas públicas — recordo aqui a intervenção do Sr. Secretário de Estado do Tesouro —, e não deu, portanto, de modo nenhum, à Câmara a impressão de que estivéssemos na ruína. Nem sequer a impressão que derivaria daquilo que foi tecnicamente afirmado de que a ruína total se pode perfilar em 1983.

Se o Governo adoptasse as medidas que derivam desta situação numericamente descrita, só tinha, a meu ver, uma solução, a de dizer claramente à Câmara e aos Portugueses: o País está na iminência de uma ruína total em 1983, tem de se acabar imediatamente com os gastos inúteis e compri-mir as despesas, para daqui em diante haver uma política de total e absoluta austeridade. Nem festas, nem viagens, nem aumentos de despesas que, efectivamente, este Orçamento contempla.

Mas a opção do Governo não foi esta quanto ao Orçamento apresentado. Se a situação fosse, como nós entendemos que é, extremamente grave, então deveria ter havido um corte nas próprias despesas e de modo algum o lançamento de novos impostos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Vice-Primeiro-Ministro disse nesta Assembleia que as despesas do Orçamento que o Governo propõe tinham aumentado 12,3% em relação ao Orçamento corrigido e de 18,3% em relação ao Orçamento inicial do ano passado. Mas no fundo do problema não reside apenas nestes aumentos. De facto, o aumento real é maior. Se, de harmonia com os dados provisórios que conhecemos da Conta do Estado, virmos o que o País gastou o ano passado, e não apenas o que estava orçamentado, verificamos que a totalidade dos gastos — números esses sujeitos a confirmação — foi de 215 e 526 000 contos. Ora, as despesas propostas no Orçamento em discussão são de 271 e 101 000 contos. Ou seja, atendendo ao que o País gastou, este Orçamento propõe um aumento de despesas de 55 575 000 contos, aumento este que representa uma percentagem de 25,8%. Portanto, bastante superior àquela que se obtém com a mera comparação dos orçamentos, inicial e corrigido, do ano passado. Isto é, fundamentalmente, o que importa considerar. Há um aumento superior a 55 575 000 contos nas despesas; e, para respeitar o princípio do equilíbrio do Orçamento corrente, o Governo propõe novos impostos, designadamente sobre os rendimentos do trabalho e o 13.º mês.

Nós entendemos que se deveria ter procedido ao contrário. Que se devia ter cortado às despesas e poupar o novo imposto.

As despesas, no seu aumento, repartem-se desigualmente por vários sectores. Embora as percentagens que vou citar sejam muitas vezes correspondentes a aumentos diminutos, são em todo o caso reveladoras. E, assim, os encargos com a Defesa Nacional, comparando o que se gastou no ano findo com aquilo que o Governo propõe no Orçamento, aumentam de 27,8%, ou seja, 6 137 000 contos. Com o Ministério das Finanças e do Plano, o aumento é de 25 443 000 contos, na percentagem de 38,7%, sendo certo que grande parte deste aumento se destina a fazer face a responsabilidades inadiáveis com os juros e amortizações da dívida pública e com os encargos da descolonização. No Ministério da Justiça o aumento é de 36,4%. No Ministério da Agricultura e Pescas, o aumento é de 69,8%. No Ministério da Indústria e Tecnologia, o aumento é de 62,1%. No Ministério do Comércio e Turismo, o aumento é de 69,9%. Estes últimos casos de percentagens elevadas representam, no entanto, aumentos relativamente pequenos. Mas há um substancial aumento de despesas, ao contrário da redução que o País parece exigir e impor.

Ainda num plano sectorial e no respeitante às despesas com os Órgãos de Soberania, também aí se verificam fortes aumentos. Atendendo ao Orçamento corrigido e não às despesas efectuadas, visto que não tenho esses elementos, verifica-se que o aumento que o Governo propõe para o Conselho da Revolução é de 47% e o proposto para a Presidência da República é de 64,3%. A Assembleia da República tem um aumento de 9%.

Risos.

Esta é uma razão profunda da nossa discordância quanto à aplicação concreta que o Governo está a fazer do princípio do equilíbrio do Orçamento corrente e quanto ao lançamento dos novos impostos. Por isso dizemos, como dissemos já há mais de um mês, que o PSD não aceita a criação do novo imposto sobre os rendimentos do trabalho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E nesse sentido apresentámos já na Mesa a respectiva proposta de eliminação.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No que se refere às finanças locais, o Governo não considerou no seu Orçamento o cumprimento da Lei das Finanças Locais. Há um mês manifestou um compromisso, que considerámos positivo, de apresentar nesta Assembleia, a breve trecho, uma proposta de lei sobre a transferência das atribuições e, em função dela e da incerteza transferência das verbas, fazer a revisão do seu orçamento.

Mas isso, a nosso ver, é claramente insuficiente. Parece-nos que a opção do Governo, que não merece o nosso acordo, foi tomada por uma discordância em relação à própria Lei das Finanças Locais. E, de resto, o Sr. Vice-Premier-Ministro chegou aqui a referir que essa lei merecia algumas reservas ao Governo. Mas se o Governo não concorda com essa lei, se ela lhe merece reservas, o único caminho para o Governo é apresentar uma proposta de lei com alterações à Lei das Finanças Locais.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Enquanto ela existir, tem de ser cumprida integralmente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Magalhães Mota, durante a sua intervenção sobre este tema, focou algumas disposições determinantes da posição do PSD. Admitimos que, face à

gravidade do estado financeiro do País, haja redução nalgumas das verbas que a Lei das Finanças Locais prevê que sejam desde já atribuídas às autarquias locais. E se a Câmara viesse a aprovar essa alteração, é evidente que estaria a derrogar — ainda que transitoriamente, visto que só seria aplicável neste exercício — a própria Lei das Finanças Locais. Quanto ao mais, a lei tem de ser cumprida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É ponto muito importante, que nós reivindicámos há um mês e o Governo rejeitou, a distribuição das verbas sujeitas a determinados critérios ter de ser feita segundo o estabelecido no artigo 9.º da Lei das Finanças Locais; e o Governo não contemplou este ponto.

Aplausos do PSD.

É por isso que apresentámos já na Mesa uma proposta de alteração do artigo 8.º da proposta de lei relativa ao Orçamento Geral do Estado, em que se sugere que a percentagem prevista no n.º 1 do artigo 8.º "seja fixada entre um mínimo de 18% e um máximo a determinar pelo Governo, ouvidas as câmaras municipais, até 30 de Abril"; que "o montante global correspondente à alínea b) do artigo 5.º da Lei n.º 1/79 seja repartido nos termos do artigo 9.º daquela lei" (é a questão dos critérios), e que o "fundo de equilíbrio financeiro a que se refere a alínea e) do artigo 5.º da Lei n.º 1/79 seja fixado em 12% do montante global das despesas correntes e de capital do Orçamento Geral do Estado, sem prejuízo da aplicação do artigo 23.º da mesma lei"; "o montante global correspondente ao fundo de equilíbrio financeiro será repartido pelos municípios de acordo com os critérios fixados no n.º 2 do artigo 9.º da Lei das Finanças Locais".

É esta a nossa proposta e daqui não podemos sair. É por isso que há uma discordância de fundo — e parece que essencial — com o Governo. É mais uma vez o problema do País e o problema da descentralização que está em causa. Nenhum poder político se descentraliza de modo próprio. O Poder tende a manter-se centralizado e nós temos assistido a isso. Precisamente por isso a Assembleia da República aprovou a Lei das Finanças Locais, que não é mais do que dar às autarquias os meios de elas serem efectivamente poder local, deixando de estar subordinados ao Poder Central do Estado. É que enquanto houver a subordinação financeira não há efectivo poder local.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Esta é a questão do País e é por ela que não podemos transigir com o problema da aplicação imediata da Lei das Finanças Locais, com estas correções que já vão ao encontro das dificuldades financeiras do País e que acabei de enumerar. Sem alteração desse ponto, também o Orçamento nunca podia obter o nosso voto favorável.

E por estas razões que o Partido Social-Democrata não pode dar o seu voto favorável ao Orçamento e tão-pouco ao Plano. Parece-nos, repito, que não faria qualquer sentido que se estivesse aqui a aprovar na generalidade o Orçamento para depois ir dar satisfação a estes pontos na discussão na especialidade.

Cabe, porém, ao Governo a última palavra. Se o Governo disser à Câmara que aceita a supressão do limite dos 18% no aumento da massa salarial, que aceita a supressão do imposto extraordinário sobre os rendimentos do trabalho, incluindo, portanto, o 13.º mês, que aceita nos termos que propussemos, ou outros análogos, o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, em suma, a alteração profunda dos princípios, dos motivos e dos objectivos do conteúdo do Orçamento, então ele poderá merecer o nosso acordo. Já nos podemos identificar com aqueles se o Governo reconhecer que pode modificar estes três pontos no Orça-

mento e no Plano. Então, sim, entendemos que caberia depois ao Governo cortar as despesas que não só não diminuíram como aumentou.

Sei que o Governo poderá dizer que é muito difícil cortar despesas e que, designadamente, a respectiva Comissão concordou com o aumento das despesas para as Forças Armadas. Mas a perspectiva não pode ser apenas sectorial, tem de ser nacional. Se chegarmos à conclusão de que a situação do País implica não só que não haja aumentos, mas até cortes nas despesas para as forças armadas, para a Agricultura e Pescas, para o Comércio e Turismo, para as Finanças e Plano, etc., o Governo tem de ter em consideração esses interesses gerais e não os meros interesses sectoriais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sem isso, manteremos um equívoco.

E se o Governo não pode arrostar com a impopularidade destas medidas financeiras drásticas de diminuição de despesas, então, afinal, não está mais capaz do que os partidos de se eximir à crítica do eleitorado; não está mais capaz do que os partidos de se determinar apenas pelas razões de fundo e nacionais, sem curar da dependência ou das forças armadas ou de determinada faixa do eleitorado ou da população. Foi timbre, em declarações do Governo, que essa era a sua linha. A nosso ver, a consequência dessa independência total, dessa equidistância dos partidos e dos interesses sectoriais, que o Governo afirma, seria uma atitude de eminente coragem política, económica e financeira: cortar despesas e não fazer aquilo que se propõe — aumentar os impostos.

Se o Governo tiver esta atitude e nos disser que está disposto a ir até ao fim nessa coragem política, nessa equidistância dos interesses sectoriais e das dependências de outros órgãos, terá nisso o nosso apoio e podemos concordar com o Orçamento. Mas se o não fizer, não podemos.

Aplausos do PSD.

Por estas razões que aqui expus e que são razões, repito, que se prendem exclusivamente com o Orçamento e com o Plano e com os interesses nacionais, o nosso voto não pode ser favorável, a menos que, nestas três questões fundamentais, que volto a enumerar — os 18%, novo imposto sobre rendimentos de trabalho e cumprimento da Lei das Finanças Locais —, o Governo altere as suas opções fundamentais e nos diga que está disposto a aceitá-las.

É que só isso nos parece uma atitude frontal e digna, porque, repito, dizer na generalidade que sim para depois na especialidade dizer que não nas questões essenciais, não me parece que interesse ao Governo, que interesse ao País ou que interesse a uma posição clara e coerente.

Aguardamos, pois, Sr. Primeiro-Ministro, as suas palavras.

Sabe qual é a nossa posição. Sabia-a já desde o dia 18 de Fevereiro; data em que se realizou o Conselho Nacional do PSD em que pusemos estas questões.

Parece que o Governo preferiu avançar sozinho, pôr aqui a sua opção e, mesmo que ela não fosse aceite, seguir.

Respeitamos inteiramente essa posição. Mas o que não pode é ser-nos pedido um voto a favor ou responsabilizarem-nos por não o ter dado, quando, claramente, e a tempo, explicitámos as nossas posições e estivemos abertos a negociações quanto a estes princípios fundamentais do Orçamento, negociação que se não foi feita não foi por nossa culpa.

É indispensável que este país encontre um rumo novo para a sua economia, para as suas finanças e para a sua política em geral. É indispensável que se esclareça bem qual é esse rumo. E é por isso que não pode haver aqui equívocos quanto aos pontos essenciais à vida do País neste momento em causa, e que, para nós, são aqueles que enumerei.

Este Governo pode e deve prestar serviços importantes à democracia, mas se proceder de harmonia com aquilo que o

País necessita, se enfrentar as verdadeiras questões com coragem e determinação, não recuando perante quaisquer dificuldades.

Se assim for, e se isso for traduzido no Orçamento Geral do Estado, prestará um bom serviço à democracia. Mas se, no nosso entendimento, mantiver, quanto a estes pontos fundamentais, uma perspectiva contrária aos interesses nacionais, não é a democracia nem o País que ficam servidos. É que a simples existência de um governo, seja ele qual for, ou a simples existência de um orçamento e de um plano, sejam eles quais forem, só por si não servem a democracia nem o País. É o seu conteúdo político, quanto ao Governo na sua acção, e são os seus princípios e as suas opções, quanto ao Orçamento e ao Plano, que efectivamente determinam a sua correspondência aos interesses nacionais.

Por isso — e só por isso — o sentido do nosso voto.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres, para proceder também à intervenção final do seu partido.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não subo a esta tribuna para dar lições aos partidos desta Câmara acerca de qual deve ser o sentido do seu voto.

Aplausos do PS.

Não subo também a esta tribuna para dizer ao Governo o que deve fazer caso o Plano e o Orçamento sejam votados favorável ou desfavoravelmente. Subo apenas a esta tribuna para, no curto espaço de tempo de que disponho, tornar claras as posições do Partido Socialista.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É no Plano que o Governo define as orientações de fundo da sua política económica e social. É por isso que o Partido Socialista se assume claramente como partido de oposição ao votar contra a proposta de lei do Plano para 1979.

Aplausos do PS.

Fazêmo-lo, em primeiro lugar, porque não nos parece estar feito na proposta de lei o diagnóstico correcto da crise que atravessamos. Fazêmo-lo, em segundo lugar, porque não nos parece que as opções contidas na proposta do Governo respeitem os interesses das classes trabalhadoras e da maioria do povo português. Fazêmo-lo, também por não encontrarmos na proposta de lei do Governo as medidas políticas que consideramos indispensáveis com vista a superar as dificuldades presentes.

Mas mesmo que estas considerações de ordem genérica não tivessem cabimento bastaria, tal como o afirmámos desde o primeiro dia dos debates, a presença da limitação do aumento da massa salarial em 18% para justificar o nosso voto contrário.

Aplausos do PS.

Dissemos aqui desde o início que considerávamos essa medida política e socialmente injusta e que considerávamos ainda não haver considerações económicas que o pudesse justificar.

Essas as razões que motivam o nosso voto contrário.

Da mesma forma entendemos que a votação e o debate do Orçamento não podem ser considerados como uma jogada de poker em que se jogue a continuidade ou a queda do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Orçamento é o instrumento de política financeira fundamental para assegurar a vida da Administração Pública. É, portanto, pelos seus méritos próprios que determinamos o sentido do nosso voto e não pela nossa posição política em relação ao Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Tornámos claro desde o primeiro dia dos debates que jamais aprovaríamos nesta Câmara a criação do imposto extraordinário sobre o 13.º mês. E fazemo-lo não por simples demagogia política, mas por em nosso entender não estarem esgotadas — e isso afirmámos desde a primeira hora — as possibilidades de contenção das despesas públicas e por considerarmos que o equilíbrio do Orçamento corrente não é um princípio que tenha de ser rigidamente entendido, mas é, sim, uma preocupação de tipo macroeconómico que leva a que tendencialmente se procure que esse *deficit* seja tão pequeno quanto possível.

Não estão, em minha opinião, aqui em causa questões que comprometam o essencial da proposta orçamental, visto que estamos a discutir verbas que representam bastante menos do que 5% das verbas totais.

Por outro lado, desde a primeira hora que afirmámos que em relação à Lei das Finanças Locais teríamos uma posição clara. Essa seria a de exigir o seu cumprimento, embora tendo em conta as dificuldades orçamentais, a de procurar encontrar um compromisso no volume de verbas atribuídas por forma a satisfazer os interesses das autarquias locais e, simultaneamente, não comprometer o deseável equilíbrio das contas públicas.

Simplesmente, não mistifiquemos as coisas. Quem quiser que a Lei das Finanças Locais se aplique deve viabilizar este Orçamento e introduzir as propostas de alteração na especialidade.

Aplausos do PS.

Caso o Orçamento não passe nesta Assembleia, torna-se claro para todos nós que não há qualquer possibilidade este ano de aplicação concreta da Lei das Finanças Locais.

Quem tem poder para aceitar ou rejeitar este princípio é quem vota nesta Câmara. Não é ao Governo que compete dizer se o aceita, pois, se o rejeitar, a ele cabe o mecanismo regimental de retirar a sua proposta de lei. É aos Deputados que compete dizer qual a sua posição e tomar as decisões que afectam a vida das autarquias locais.

Vozes do PS e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Se assim não o entendermos, estaremos a mistificar a opinião pública, estaremos, afinal de contas, a servir-nos de argumentos que nada têm a ver com a crise política para alcançar objectivos que nada têm a ver com a vida das autarquias locais ou com a tributação dos contribuintes.

Aplausos do PS.

É por estarmos convencidos de que quem inviabilizar a proposta de lei do Orçamento apresentada pelo Governo a esta Câmara assume um grande compromisso político e moral perante o povo português, que é o de impedir que as câmaras municipais disponham da capacidade de decisão e das verbas indispensáveis à satisfação dos anseios das respectivas populações; é por entendermos que quem inviabilizar a proposta de lei do Orçamento agora apresentado a esta Câmara assume perante o povo português a grave responsabilidade moral e política de precipitar uma crise política sem que estejam disponíveis os instrumentos fundamentais de ordem financeira para assegurar a regularidade da vida administrativa que o Partido Socialista decidiu, no debate e na votação da proposta de lei do Orçamento, man-

ter a mesma posição que tomou quando aqui foi votado o Programa do Governo, ou seja a abstenção.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sobre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista abateram-se nos últimos dias, dentro e fora desta Câmara, as mais diversas pressões no sentido de condicionar o nosso voto.

Decidimos, no entanto, votar em coerência de acordo com as nossas próprias convicções, de acordo com o nosso próprio projecto, convicções e projecto que nos levam a afirmar uma atitude de clara oposição a este Governo, mas a ter também a preocupação responsável de não contribuir para a inviabilização do Orçamento Geral do Estado, que é um instrumento financeiro que consideramos imprescindível neste momento para que seja possível a aplicação da Lei das Finanças Locais e para garantir, por outro lado, a continuidade da vida administrativa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para o seguinte: falta apenas falar o Sr. Primeiro-Ministro para se dar por encerrado o debate, estando a Mesa informada de que a intervenção gastará cerca de quarenta minutos.

Faltam depois, como sabem, a votação na generalidade e as respectivas declarações de voto, o que significa que teremos ainda, pelo menos, mais duas horas de trabalhos que, a prosseguirem de imediato, terminarão às 23 horas e 15 minutos.

Podemos seguir esse caminho ou o de se suspender a sessão durante hora e meia para o jantar.

Pergunto, pois, aos partidos o que pensam sobre este assunto.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Nós achamos prescrível o intervalo a partir do momento em que o Sr. Presidente da Mesa o achar necessário.

O Sr. Primeiro-Ministro (Mota Pinto): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Eu preferiria falar imediatamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Também para se pronunciar sobre esta questão, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente: Parece-me que deveríamos ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, fazermos depois um intervalo para meditarmos e, após isso, proceder-se à votação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Nós pensamos que se deveria ouvir o Sr. Primeiro-Ministro — aliás, ele manifestou esse desejo e não há nenhuma razão para não lhe darmos essa satisfação — e proceder-se à votação na generalidade imediatamente a seguir. Após isso ver-se-ia se haveria necessidade de se fazer um intervalo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — É só para dizer que o CDS requererá, ao abrigo dos termos regimentais, após a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, a suspensão da sessão por meia hora.

Uma voz do PCP: — Ainda querem pensar melhor?

O Sr. Presidente: Sendo assim, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Proferirei algumas palavras, não para sintetizar ou resumir as posições que o Governo expôs, ao longo dos debates, à esta Assembleia, mas para rematar as suas intervenções com a convicção racional e com o sentimento de que o faço — e digo-o sem dramatismo — num momento de grande delicadeza e alguma angústia da vida política portuguesa.

O povo português e a Assembleia da República sabem perfeitamente que o Governo a que presidiu surgiu num período particularmente delicado da jovem democracia portuguesa, caracterizado pela grave distância entre Órgãos de Soberania de expressão popular, pela grave distância das forças partidárias democráticas, por uma gravíssima crise económica marcada por uma inflação acentuada, desemprego volumoso, um desequilíbrio orçamental insustentável, um deficit preocupante da balança de pagamentos e, além disso e talvez principalmente, marcada perigosamente por um crescente desencanto da própria ideia democrática.

Por isso e porque a vida nacional não girava — e não gira ainda — com a saúde favorecedora da subsistência da democracia, o Governo a que presidiu traduziu, e traduz, uma solução não corrente nas democracias parlamentares mas rigorosamente adequada a enfrentar e a superar o período crítico vigente.

Logo que formado — e formado em perfeita harmonia com as regras constitucionais, porque nomeado pelo Sr. Presidente da República e permitido por esta Assembleia — este Governo pôs em execução o seu Programa, enformado por princípios basilares: patriotismo saudável, reforço do regime democrático, início do ataque aos maus económicos, necessário à realização da justiça social, transparência de processos, realismo na acção, coragem na denúncia de sofismas em que a nossa democracia se vinha deixando envolver.

Porque o Governo entende que o regime sofre ainda de graves distorções derivadas de um longo período de "navegação" do regime democrático e do atrabilíario período gonçalvista, porque o Governo entende que a democracia se tem de edificar pelo esforço conjunto e desinteressado dos democratas, apartou-se claramente daqueles que à esquerda e à direita visam implantar um regime totalitário em Portugal.

Mas porque o Governo também não era, nem é, uma emanção dos partidos políticos democráticos, cedo afirmou não se confundir com nenhum deles, mantendo-se dos mesmos equidistante. Nem outro comportamento seria de admitir, pois seria deslealdade condenável, quer pela ética democrática quer pela própria ética individual, favorecer ou discriminhar algum deles.

Munido daqueles princípios e animado deste propósito, declarou-se o Governo vocacionado para permanecer até 1980, esperançado em que nesse curto intervalo de tempo, até à realização de eleições legislativas, lhe fosse permitido governar. E o problema da aprovação do Orçamento é uma condição fundamental, dando assim início à recuperação nacional, dolorosa mas absolutamente necessária.

Desde cedo sofreu o Governo a hostilidade aberta dos comunistas, a quem não seria doravante consentido o privilégio, que visam perpetuar, de terem na vida do País um peso superior ao da sua expressão parlamentar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Este embate, essa contestação aguentou-a o Governo sem a mínima vacilação, na certeza de que estava a desempenhar uma missão patriótica e democrática.

Porém, infelizmente, aqui e além, foi aparecendo uma ou outra incompreensão do quadrante democrático, incompreensão de não se aceitar que a política do Governo devesse pautar-se mais pela defesa dos interesses do País e do regime democrático em geral do que pela defesa de interesses particularizados.

Essa incompreensão foi o Governo publicamente silenciando-a, a fim de evitar que se alarguem as brechas que dividem os democratas, brechas que, em última análise, só aproveitarão às forças totalitárias da esquerda ou da direita.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Este Governo, porque é ele mesmo um produto da imaginação criadora de democratas para fazer face a uma situação altamente complexa que é o suporte frágil da nossa democracia, tem legitimidade mais que bastante para agir em conformidade na defesa dos seus próprios ideais.

A democracia, a regra da vida democrática não é um exclusivo de alguns; é um conjunto de valores, na defesa dos quais todos podemos e devemos estar interessados. A esta luz não pode o Governo deixar de apelar à análise fria dos factos, muitas vezes mal compreendida e até suspeita para os mais apaixonados, mas a quem o tempo não deixará de dar razão.

E se a História, mesmo a história portuguesa, nos proporciona algum ensinamento, temos de reconhecer que em todos os planos, até no plano da ética, é preferível estar com os que sabem advertir a tempo do que os que involuntariamente criam as condições do seu próprio lamento já sem remédio.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Este apelo fica aqui feito, na íntima certeza de que o tempo demonstrará que temos razão.

Dentro da sua transparência de processos e do realismo da sua acção apresentou o Governo a proposta de lei do Orçamento Geral do Estado e a das grandes opções do Plano à aprovação desta Assembleia. E digo dentro da sua transparência de processos "porque não se pode iludir o povo português quanto aos sacrifícios que terá de sofrer, porque não se pode mais protelar a adopção de medidas dolorosas mas absolutamente necessárias para restituir a saúde à economia nacional".

Outros, porventura, optariam pelo caminho da facilidade, pelo caminho que conduz inevitavelmente à ruína. Mas o Governo, que não tem interesses próprios a defender, que nada pediu a ninguém, não pode seguir uma política que saiba ser errada.

O Governo, que pretende contribuir para que a vida portuguesa se desenrole nos trilhos da verdade e da seriedade, sabe que só uma política de austeridade — uma austeridade concreta e não abstracta, uma austeridade que atinja a todos e não só ao próximo, uma austeridade de que se fale e que se realize e não uma austeridade que se use como bandeira e se adie sucessivamente para os nossos filhos e para os nossos netos — poderá permitir a recuperação. E ousa afirmar: quanto mais tarde se iniciar essa política de verdade, mais difícil e mais gravosa será a situação dos Portugueses da geração actual e das gerações futuras.

Por isso, tem o Governo a ousadia de apresentar, numa inequívoca afirmação de mudança, de viragem, de afirmação de diferença, uma proposta que lhe permitiu elaborar um Orçamento corrente equilibrado, pois não poderia aceitar o princípio de que, por exemplo, as remunerações com os agentes civis do Estado ou as despesas com bens consumíveis permanentes fossem cobertas por empréstimos.

Não! Quem quiser encarar com verdade as questões que afligem o povo português, quem quiser infundir ao povo português a confiança de que ele tanto carece, tem de afrontar com decisão esta questão: as despesas correntes do Estado têm de ser cobertas com receitas correntes e efectivas e não com empréstimos. Nisto reside o princípio do equilíbrio do Orçamento corrente, princípio de que o Governo não abdica.

Pode discutir-se se devia haver ou não uma mais drástica redução de despesas, mas não se pode aceitar que tais despesas sejam cobertas por empréstimos.

Mas poderia ter havido uma mais drástica redução de despesas? Cremos que não. Grande parte das despesas correntes, do montante global de 187,9 milhões de contos, resulta do pagamento a funcionários, que atingem 43% e não era justo que estes fossem despedidos, agravando ainda mais o gravíssimo problema de desemprego, nem que vissem reduzidas as suas remunerações.

Quanto a este ponto, e porque de um acto de-elementar justiça se trata, prevê o Governo o aumento dos funcionários públicos, que não podem continuar a ser um dos sectores sacrificados da sociedade portuguesa, o que importa um aumento de despesas de 11 milhões de contos.

Ora, dado o quadro das despesas correntes, e porque estas não devem ser cobertas por empréstimos, havia que lançar mão de receitas que equilibrassem tais despesas. Foi o que se fez lançando mão da possibilidade de cativar uma parte do 13.º mês, sujeita à condição de a execução orçamental vir demonstrando a existência de um *deficit*.

Mas nós não semeamos esperanças vãs. Pensamos que a execução orçamental, apesar de rigorosa e apesar de vir a ser feita com todo o rigor e com a intenção de a conseguir colocar abaixo do *plafond* estabelecido, dificilmente permitirá que possamos dispensar esta medida.

Lançou o Governo mão desta providência, medida sem dúvida impopular — todavia, talvez, menos do que muitos julgam nesta Câmara —, que a todos nós afecta; mas, segundo o pensamento do Governo, necessária à manutenção do equilíbrio e da qual não podemos prescindir.

O Governo reivindica para si a coragem de assumir esta posição de tomar uma medida que sabe ser dura e implicar sacrifícios, que sabe que outros — ciosos de não adoptarem medidas que mesmo na aparência possam parecer impopulares — nunca aplicariam. O Governo reivindica para si a coragem e o mérito de ao virar a cara e de fazer frente à realidade, encarando-a como ela é, e de propor as medidas que julga adequadas à recuperação económica portuguesa.

Porém, se, respeitado este princípio do equilíbrio orçamental, a Assembleia da República e o Governo encontrarem uma outra alternativa aceitável, o Governo aderir-lhe-á prontamente.

Em verdade, pôr-se esta questão relacionada com a cativação de parte do 13.º mês, donde estão excluídos os reformados e pensionistas com pensões inferiores a sete mil escudos, apenas resulta de uma verdade comezinha de que todos falam mas que poucos aceitam: o País está em crise, o País está a viver acima das suas possibilidades e tem de suportar sacrifícios com vista à sua regeneração.

Não houvesse a agitação permanente, não houvesse a reivindicação demagógica e houvesse trabalho contínuo, produtivo e fecundo, que nada disto teria de ser pedido ao povo português.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, embora atravessando uma grave crise económica, embora nos apertados limites das disponibilidades financeiras, o Orçamento Geral do Estado revela um propósito de justiça social.

Já afirmei que a contenção de despesas fê-la o Governo a máxima medida possível para assegurar o mínimo de

funcionamento eficiente ao Estado, na satisfação razoável das necessidades públicas.

O acréscimo das despesas do Orçamento corrente corresponde nominalmente a um montante inferior à degradação do poder de compra e, portanto, não há um aumento real de despesas.

Aliás, nestes aumentos nominais, em algum ou em outro caso foi-se mesmo acima de um aumento real de despesas, estabeleceu o Governo um critério de prioridades sensato, progressivo e adequado.

Foram particularmente beneficiados, dentro desta política de contenção, nos aumentos possíveis, os assuntos sociais, a educação, a cultura, a agricultura e as pescas. Neste último caso com o objectivo primordial de incrementar a investigação científica e tecnológica que terá de ser incrementada, neste domínio como em todos os outros da vida portuguesa, para fazermos do nosso país um país moderno.

Suscitou algum alarido nesta Assembleia o problema do orçamento das forças armadas. O Governo nada tem a esconder a este respeito. Procedeu equitativamente, correcta e adequadamente, neste departamento como nos outros.

Não há praticamente neste sector aumentos de despesa em termos reais. O Orçamento Geral do Estado no orçamento da Defesa Nacional — ou das forças armadas, como também se lhe chama correntemente — situa-se a nível de sobrevivência, pois só 18,3% de destina a material, equipamento e infraestruturas; 62% correspondem a gastos e a encargos com o pessoal. Estes gastos, para além da sua repercussão e do seu reflexo na realização das missões próprias das forças armadas como garante da independência nacional e da sua actuação no campo estritamente militar, repercutem-se também com intensidade na esfera civil, seja nas múltiplas actividades em que as forças armadas prestam auxílio, por ocasião de calamidades ou outras emergências, seja na defesa das coisas nacionais, como acontece com os encargos acrescidos que nos impõe a defesa da zona económica exclusiva, seja com a contribuição para a formação profissional e humana dos cidadãos com o serviço militar obrigatório, que todos acatam e aceitam. Mas, se fizermos uma mera digressão comparativa, veremos como a nossa posição é razoável e correcta a este respeito.

As despesas militares têm evoluído. Em 1974 abrangiam cerca de um terço do OGE e 6,5% do produto nacional bruto; em 1978 abrangiam 10,4% do OGE e 3,08% do produto nacional bruto; em 1979, neste Orçamento, cobrem 10,4% do OGE e 2,97% do produto nacional bruto. Se, da comparação histórica passarmos à comparação política ou geopolítica, também podemos sustentar afoitamente a razoabilidade das nossas disposições. Em Portugal, já o disse, gastava-se, em 1974, 6,5% do produto nacional bruto com as forças armadas. Em 1979, neste Orçamento que apresentámos, melhor, no Orçamento que será elaborado e executado em execução da lei aqui apresentada, as despesas militares correspondem a 2,97% do produto nacional bruto; em França são 3,6%; nos Estados Unidos da América são 6%; na Holanda são 3,6% (repito, em Portugal são 2,97%); na Grécia são 5%; na Jugoslávia são 5,2% (repito, em Portugal são 2,97%); na Checoslováquia são 3,8% na RDA são 5,9%; na União Soviética são de 11 a 13%.

Vozes do PSD e CDS: — Oh!...

Vozes do PSD: — Querem fazer a guerra!

O Orador: — Repito, em Portugal são de 2,97%.

Mas eu não quero focar este problema do orçamento das forças armadas apenas na perspectiva fria da comparação aritmética. Entendo que deve ser visto com outros condicionalismos. Não creio que neste momento seja legítimo um tão grande alarido quando a subsistência da democracia em Portugal tem como esteio, inequivocamente, as forças armadas e quando, como acontece no momento presente,

as forças armadas estão libertas do espírito de vanguardismo que em período recente da nossa história as dominou e a seiva que as percorre é a inspiração na defesa dos valores nacionais e nos princípios da disciplina da hierarquia. Surpreende-me um tão grande alarido, ainda por cima para não justificar um montante que a digressão comparativa que fiz mostra ser bem razoável, para já não falar no facto de não compreender muito bem que o problema se tenha trazido para aqui quando é certo que houve acerca desta parte do Orçamento um parecer favorável da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional.

Outro ponto que mereceu a atenção dos Srs. Parlamentares foi o referente ao imposto para o equilíbrio orçamental. Já o disse antes e repito-o agora: não abdicamos deste ponto. A este respeito somos um Governo de viragem, um Governo de mudança.

Risos do PS e PCP.

Entendemos que o equilíbrio orçamental é um meio adequado à realização dos objectivos da recuperação económica portuguesa. E mais do que isso, é um imperativo legal, porque há uma lei aprovada por esta Assembleia, e até hoje não cumprida, que estabelece como princípio geral que as receitas correntes devem exceder as despesas correntes. Essa lei introduz depois uma exceção a esse princípio, mas nós pautamo-nos pela regra e não pela exceção.

Risos do PCP.

... porque entendemos que não é possível viver sistematicamente em desequilíbrio permanente do Orçamento corrente.

Sabemos que o desequilíbrio do Orçamento corrente não é um *fetiche*, não é um fim em si, mas desafiamos quem quer que seja a sustentar que a permanência do *déficit* do Orçamento corrente é um bom princípio científico e técnico e um bom sustentáculo da vida de uma Nação. Pensamos, aliás, que esta regra traduz uma perspectiva não demasiado ambiciosa, porque os Srs. Deputados sabem que a regra mais correcta seria que com um *superavit* de receitas correntes pudéssemos cobrir algumas despesas de capital, pelo menos as despesas não reprodutivas. Mas não queremos ir tão longe, portanto não se nos diga que damos um salto muito brusco. A solução tecnicamente correcta e adequada seria termos um *superavit* de orçamento corrente para cobrirmos não digo todas as despesas de capital — isso seria porventura errado — pelo menos a parte não reprodutiva do orçamento de capital. Nós damos já de barato que não cobrimos a parte não reprodutiva das despesas de capital, nós já financiamos com empréstimos todo o orçamento de capital. Mas as despesas correntes têm que ser cobertas com receitas correntes, porque é um princípio essencial, desde logo, à consolidação da própria ideia da independência nacional não recorrermos a empréstimos para cobrir as despesas correntes do nosso dia-a-dia, como os bens de consumo comuns do Estado. É um princípio de disciplina financeira e é um princípio com um forte efeito psicológico na recuperação geral da economia. A história portuguesa da 1.ª República bem o demonstra. Assim, depois do orçamento equilibrado da gestão Afonso Costa de 1913-1914, o País conheceu nos anos que foram de 1916 a 1924 uma inflação enorme, que atingiu valores que no conjunto dos oito anos são estimados pelos historiadores económicos em cerca de 2000%, isto é, um aumento de preços de 1 para 20.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — No espírito dos Portugueses está bem presente a ideia de que isso se deveu em larga medida à inexistência de um esforço eficaz de contenção de despesas públicas e à inexistência de um esforço real de equilíbrio orçamental. O problema é, pois, o problema do equilíbrio.

Quem for a favor do princípio do equilíbrio orçamental e entender que para o conseguir se deve fazer uma política de verdade, mesmo que isso comporte algumas medidas duras, que não são agradáveis de consagrar — e neste aspecto penso que nenhum dos Srs. Deputados julga que tem a este respeito melhor coração do que os membros do Governo... O problema não é de monopólio de bom coração, é um problema de realismo e coragem para enfrentar as realidades.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quem for a favor do equilíbrio deve apoiar o Orçamento na generalidade. Quem entender que o caminho é o da facilidade, deve votar contra. E quem tiver quaisquer outros desígnios e fizer deste debate um mero pretexto para o derrubar do Governo, que por muitas e variadas razões não lhe interessa, deve também votar contra.

Mas não haja equívocos. Consideramos que existirá incongruência se se viabilizar ou se votar a favor do Orçamento na sua generalidade e se estiver motivado para na especialidade lhe introduzir modificações que o venham a desfigurar. Dizemo-lo desde já e frontalmente.

Tem-se falado do imposto sobre o 13.º mês. Se ele não for cobrado, que alternativa pensam os Srs. Deputados que pode surgir? Que não seja aumentados os funcionários públicos? Que deixe de haver "cabaz de compras"? Do lado das despesas, que cortes, em concreto, foram propostos ao Governo pelos grupos parlamentares, que inversamente apontaram por vezes, em quase todas as áreas, insuficiência de verbas? Advogam que não se aumente os funcionários públicos? As pensões aos reformados? Querem que se eliminate o "cabaz de compras".

Risos do PCP.

... e que os preços dos produtos essenciais deixe de ser subsidiado, prejudicando gravemente a gama alimentar das classes mais desfavorecidas? Ou referem-se apenas a cortes avulsos insignificantes, desta ou daquela verba, ao sabor das suas preferências individuais? Não se terá então reparado que a parte de leão das despesas correntes do Estado é incompreensível, por ser constituída por remunerações certas e permanentes que o Estado não pode deixar de satisfazer?

Não, Srs. Deputados, o Governo desafia quem quer que seja a que se demonstre validamente que a previsão das despesas não foi feita com a máxima contenção possível, compatível com um nível aceitável de eficiência dos serviços públicos, que existem, que têm que funcionar e que não foi o Governo que criou ou reestruturou. Em muitos casos com cortes muito pronunciados. Relembro a verba destinada ao financiamento dos *deficits* de exploração de empresas públicas, que o Governo, através de um *contrôle* de gestão rigoroso, reduziu de cerca de 12 para 6 milhões de contos, na esperança de que não afectará o funcionamento racional e a credibilidade do sector respectivo.

Apesar de o Governo seguir esta política de verdade, honestidade, seriedade e pertinácia na defesa das suas posições, não é contudo de uma absoluta rigidez quanto a alguns pontos das suas propostas. E posso dar exemplos. Mas, repito, o Governo em nenhuma circunstância aceitará uma passagem na generalidade que venha a pôr alterações na especialidade que desfigurem profundamente o Orçamento. Que isto fique bem claro...

O Governo esteve atento ao debate e houve forças sociais fora desta Câmara, em particular uma central sindical que recebi há dois dias, que pôs particular ênfase em dois pontos. Chamou-me a atenção para a circunstância de, a ser, não ser legítima a discriminação para os reformados aposentados ou pensionistas em relação aos que vencem menos de 7 contos. O Governo tinha sido já sensível à su-

situação e por isso isentou-os — não por acaso, pois fez as suas contas. Isto para dizer que aceita que há uma base de discussão neste ponto e é sensível à possibilidade, por sua iniciativa ou por emenda proposta por qualquer grupo parlamentar, de um alargamento a todos os reformados e pensionistas da isenção do imposto extraordinário para o equilíbrio orçamental.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo ouviu também de algumas forças aqui presentes e dessa central sindical ser marcada em ênfase e veemência, além de outros pontos que entendemos não os poder satisfazer, a pretensão ou a reivindicação de que não tivesse lugar o acréscimo de desconto de 1% dos trabalhadores para o orçamento da segurança social. O Governo ao formular esse acréscimo não o fez irreflectidamente, mas, reanalizando a questão, sabe que uma das causas principais, a principal mesmo, de as cobranças para a Previdência não atingirem um elevado montante é o facto de o mecanismo coercivo de cobrança estar bloqueado por um conflito negativo de competência entre os tribunais que poderiam e deveriam actuar nesta matéria. Os tribunais e as instituições fiscais e os tribunais do trabalho, como tribunais comuns, declara-se, cada um por seu lado, incompetentes. E isso não acontece só agora, já vem de muito atrás, sem que ninguém lhe tenha posto termo. Mas o Governo entende que, ou pela via de recurso ao Tribunal dos Conflitos, ou através de uma providência legislativa que trará a esta Câmara, pode desbloquear este mecanismo de cobrança convencido de que assim poderá obter um aumento de receitas que possa dispensar-lhe o aumento de 1% no desconto dos trabalhadores para o orçamento da segurança social. Estes são dois casos exemplificativos do que entendo como alterações que não desfiguram o Orçamento.

Falou-se muito também na Lei das Finanças Locais. A posição do Governo a esse respeito foi já, do ponto de vista técnico, com grande cópia e abundância de números, exposta pelos Srs. Ministros no debate. A posição política do Governo, susceptível de se traduzir em medidas, é conhecida e clara. O Governo defende um poder local robusto, o Governo aplica a Lei das Finanças Locais, o Governo propõe a esta Assembleia um modo de aplicação racionalizante dessa lei. Está no seu direito. O Governo assegura, entretanto, que no período entre a aprovação deste Orçamento e a sua revisão posterior, como a mais elementar lógica e coerência implica, que porá à disposição das autarquias locais verbas a título de comparticipações.

Contudo, o problema da Lei das Finanças Locais tem sido aqui muito afluorado. É evidente que na maior parte das vezes não o foi com o intuito de corresponder aos reais méritos e vantagens da descentralização de que o Governo é fervoroso apaniguado. Tem sido aqui utilizado demagogicamente esse argumento e a prova é bem clara. O Grupo Parlamentar do PCP, por exemplo, faz da aplicação da Lei das Finanças Locais, aparentemente, a sua alta prioridade. No entanto, vai votar contra o Orçamento Geral do Estado — sabe que sem ele não haverá Lei das Finanças Locais.

Vozes do CDS: — Muito bem!

Protestos do PCP:

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Com este Orçamento é que haveria.

O Orador: — Isto mostra bem em que plano se coloca o debate. É que esta atitude mostra bem que o debate tem um objectivo fundamental — e isso foi hoje aqui reafirado — tentar, através da reprovação do Orçamento, dar o imenso passo para o derrube do Governo. Mas o povo português está atento e saberá valorar com clarividência, quem percebe que é este o âmago da questão, o compor-

tamento das forças políticas que conscientemente e com prévio conhecimento das consequências possam convergir na consecução deste objectivo do PCP.

Srs. Deputados, esta é uma verdade evidente que nada poderá escamotear. O problema é efectivamente este. Não interessa fazer afirmações de que se acredita que o Governo pode prestar alguns serviços à democracia. O Governo entende mesmo que neste momento presta serviços que mais ninguém poderia prestar.

Protestos do PCP:

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Gaba-te cesto!

O Orador: — Não interessa fazer estas afirmações e depois, no comportamento concreto, onde as coisas se irão decidir, adoptar uma posição que vai fazer o jogo do PCP.

Vozes do PCP: — Ai que medo!

O Orador: — Quanto ao Plano não me alongarei. Ele reflecte com realismo as posições do Governo. O Plano exprime a posição reformista, realista, sem demagogia, de quem quer criar as bases saudáveis de um sistema democrático em Portugal.

E quero também chamar a atenção para este facto: fala-se por vezes aqui na dissociação entre o Plano e o Orçamento, mas isso não esconde uma incoerência, porque, se o Orçamento fosse aprovado e o Plano rejeitado, a consequência seria que o Governo ficaria com as mãos muito mais livres para elaborar e executar o Orçamento nos quadros permitidos por ele e sem o controlo que o Plano para ele implicaria.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Essa parece de Coimbra! Isto não é um curso, é um discurso e não estamos a receber lições...

O Orador: — Isto é da racionalidade universal, Sr. Deputado Salgado Zenha.

Srs. Deputados, este Governo fez um esforço, este Governo não pretende mendigar votos a ninguém, este Governo não tem apego ao poder nem está ávido de permanência no poder, este Governo acredita que uma parte maioritária do País — mas não tem evidentemente instrumentos positivos absolutos que lhe permitam fundamentar e por isso exprime a sua posição como uma crença e uma presunção — quer que ele continue a governar. O Governo não teme governar, mas também não tem apego ao poder. A palavra decisiva caberá aos Srs. Deputados.

Este Governo pretende apenas “arrumar a casa”, defender a democracia e salvar a liberdade.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Para isso teve de se afirmar como um Governo com características de diferença, de mudança. Delas não abdicará aqui, no último momento.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, com o derrube do Governo, eventualmente, quer-se uma crise. As crises são o laboratório da história.

Risos do PCP:

O Orador: — O que é que tem saído das crises provocadas pelas quedas sucessivas de governos democráticos na história democrática portuguesa?

Uma voz do PS: — Governos mais à direita!

O Orador: — A meu ver tem saído apenas uma aceleração da combustão que vai queimando o pavio, oxalá eterno, onde arde a chama da democracia.

Da crise que se pretenderá abrir sairá robustecida a democracia? Não, com certeza...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe, como estão lembrados, o requerimento do CDS para interromper aqui a sessão por meia hora. Assim, a sessão reabrirá às 22 horas e 30 minutos.

Está interrompida a sessão.

Eram 22 horas.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a reunião.

Eram 23 horas.

O Sr. Presidente: — Apresentada pelo Governo, deu entrada na Mesa uma proposta de lei sobre a entrada, permanência e saída de estrangeiros, que tomou o n.º 230/I, e que baixa à 2ª comissão.

Srs. Deputados, vamos proceder à votação na generalidade da proposta de lei n.º 227/I, sobre as grandes opções do Plano para 1979.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 135 votos contra (do PS, do PCP, da UDP e dos Deputados independentes (do PSD, Aires Rodrigues, Lopes Cardoso, Brás Carmelinda Pereira, Aires Rodrigues, Lopes Cardoso, Brás Carmelinda Pereira, Aires Rodrigues, Lopes Cardoso, Brás Pinto e Vital Rodrigues), 40 votos a favor (do CDS, de dois Deputados do PSD e do Deputado independente Vasco da Gama Fernandes) e 30 abstenções (do PSD).

O Sr. Presidente: — Vamos agora proceder à votação na generalidade da proposta de lei n.º 222/I, sobre o Orçamento Geral do Estado para 1979.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 46 votos contra (do PCP, da UDP e dos Deputados independentes Carmelinha Pereira, Aires Rodrigues, Lopes Cardoso, Brás Pinto e Vital Rodrigues), 43 votos a favor (do CDS, de 5 Deputados do PSD e do Deputado independente Vasco da Gama Fernandes) e 116 abstenções (do PS e do PSD).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para declaração de voto, o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A rejeição das propostas de lei do Plano e do Orçamento deve ser considerada, antes do mais, como uma vitória dos trabalhadores, com particular destaque para os assalariados rurais do Alentejo, que há meses se vêm batendo, em condições extremamente duras, com um autêntico "estado de sítio" que o actual Ministério da Agricultura e Pescas quis impor no Alentejo vermelho.

Referiu-se o Sr. Primeiro-Ministro, na sua última alocução, que estava convencido de que a maioria dos portugueses estaria com este Governo, mas não fundamentou essa sua ideia. Assim, nós poderíamos dizer o contrário a partir das gigantescas jornadas de luta de centenas de milhares de trabalhadores, a partir da gigantesca jornada de apoio à Reforma Agrária com que a grande maioria do povo português rejeitou, de facto, um Governo no qual não votou e que acabou por ser imposto indo contra a expressão da vontade popular nas eleições legislativas de 1976.

Já em Janeiro a UDP dizia que não iria longe a política do Ministro Proença de Carvalho, porque, efectivamente, a liberdade de Imprensa e a liberdade de expressão de pensamento não é só um princípio fundamental da nossa Constituição, pela qual tanto lutámos, é o que há de mais sagrado para os trabalhadores, para os democratas, para o povo.

Veio este Governo aqui falar de austeridade, mas esqueceu-se de dizer ao povo que só para manter o "estado de

sítio" o Alentejo está a gastar com a GNR e com a PSP 2000 contos diários. Aliás, qualquer pessoa vê que, estes 2000 contos diários fossem para o crédito, com certeza que muitos dos reais problemas do povo, em particular alguns dos principais problemas agrícolas, podiam ser resolvidos, porque não é com repressão que se aumenta a produção das terras.

O Governo veio falar de austeridade, mas esqueceu-se de fornecer outro número, quando diz que cortou ao máximo todas as receitas, os 2 milhões de contos de indemnizações dados àqueles que não precisam desse dinheiro, aos grandes latifundiários e monopolistas.

O Sr. Primeiro-Ministro referiu também que o Governo fez o possível para cortar ao máximo as despesas, referiu várias rubricas do Orçamento, mas não falou nem explicou nada acerca das despesas com a GNR e PSP, que subiram de 8 milhões para 12 milhões de contos, isto é, sofreram um aumento de 50%. Não admira que a gastar dinheiro deste modo com a repressão no Alentejo tenham de aumentar as verbas.

Referiu ainda o Sr. Primeiro-Ministro que não sabia onde procurar mais receitas, mas não deu uma única explicação para injustiças da carga fiscal neste país, a que a UDP já várias vezes se referiu, em que de cerca dos 800 milhões de contos do rendimento nacional 400 milhões são para os capitalistas, que representam apenas cerca de 20% da população, e os outros 400 milhões são para os trabalhadores que representam 80% da população nacional.

Ora, em matéria de impostos, o capital, dos 400 milhões de contos que recebe, só paga 50 milhões ao Estado; e os trabalhadores, dos 400 milhões que recebem, pagam o dobro, isto é, 100 milhões de contos. Portanto, havia uma maneira de aumentar as receitas: era aumentar os impostos ao grande capital, era não pagar as indemnizações, era reduzir as despesas militares e não permitir um aumento escandaloso como este nas despesas com as forças de segurança. Na verdade, este Governo entrou nesta Assembleia, como a UDP disse logo na primeira intervenção, como um barco a afundar-se — mérito que cabe aos trabalhadores que conseguiram começar por fazer "saltar" o Secretário de Estado da Estruturação Agrária — e que veio a afundar-se ainda mais face às grandes manifestações dos trabalhadores. O PPD, que toda a gente sabe que apoiou este Governo, que esteve com este Governo, que é o seu, apareceu à última hora a saltar do barco para não se afundar com ele.

Mas essa manobra não resultará. Os trabalhadores sabem que esta política foi aplaudida pelo PPD, que é o grande responsável e apoiante deste Governo, que está agora lançando em manobras golpistas e desestabilizadoras — que também não passarão, pois os ziguezagues do Dr. Sá Carneiro já são suficientemente conhecidos dos trabalhadores e do povo. Mas adiante dessas manobras também a UDP não teve quaisquer problemas em votar contra este Governo, porque, como já afirmámos, as manobras antidemocráticas só se combatem com governos democráticos, apoiados na vontade popular, o que não era o caso deste. Por exemplo, quando as forças da direita reaccionária apelam às formas anticonstitucionais da revisão da Constituição, o Sr. Primeiro-Ministro, em entrevistas públicas, em vez de se opor esta campanha, encorajou-a, dizendo-se ele também adepto do referendo constitucional.

Diante desta situação, e tomando por certa a palavra d' do Governo de que, mediante a rejeição das propostas de I do Plano e do Orçamento, se vai demitir, esperamos que seja de facto essa a atitude que tome, porque é a única atitude consequente que pode tomar com as posições que aqui defendeu.

Se de facto isso vai acontecer, que solução e que saí para este país? Será que vamos voltar de novo para Belém para junto do Presidente da República para encontrar uma solução semelhante? Ou será que as forças democráticas vão apoiar, sobretudo, nos trabalhadores através da expr

são da sua vontade, da única maneira que o podem fazer: a realização de eleições gerais antecipadas? Estas, é verdade, têm custos e trazem dificuldades. Mas que outra atitude se pode tomar quando o Presidente da República, por deliberação sua e por atitudes suas, desrespeitou a maioria do povo português e a expressão da sua vontade nas últimas eleições, tentando impor ao povo governos da minoria derrotada do PPD e do CDS?

A única forma de os trabalhadores manifestarem, de facto, a sua vontade e de se encontrar alguma solução, de se esclarecer a situação política, é o recurso às eleições gerais antecipadas. Porque essas eleições vão mostrar claramente que a grande maioria do povo quer a democracia, quer a Constituição da República, quer o apoio às empresas nacionalizadas e ao sector público, em vez do seu afundamento em nome do interesse dos grandes monopolistas, quer o apoio à reforma agrária, porque quer produzir e trabalhar e quer, de facto, uma política fiscal justa, pois não há direito de se estar a ir constantemente buscar aos bolsos de quem trabalha o dinheiro, enquanto os capitalistas vão enriquecendo cada vez mais.

O PS, que não tomou nesta Assembleia em relação ao Orçamento a atitude firme que se exigia, tem responsabilidades em manter de pé a exigência de "vamos às urnas mostrar que a direita é uma minoria." Da mesma forma é bom que o PCP se defina claramente na posição que assume em relação à Presidência da República. Isto é, se vamos lutar pela realização de eleições que mostrem ao Presidente da República, de uma vez por todas e de forma clara, que a maioria do povo não quer o caminho dos governos ditos de inspiração presidencial, que ele quis impor ao País, ou se vamos pelo caminho inverso fazer negociações nos corredores de Belém e tentar meter por uma qualquer porta um qualquer apartidário Primeiro-Ministro.

Na verdade, a UDP entende que a solução dos problemas de fundo do País está nas eleições gerais e que o Presidente da República as deve convocar e deve tirar daí as conclusões do voto popular, que irá ser com toda a certeza o de que a direita continua em minoria e que o povo quer continuar com o 25 de Abril.

O Sr. Presidente: — Para declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começarei por referir que, a nosso ver, se fez uma votação a mais. Na realidade, à face da Constituição, não pode haver Orçamento sem Plano, e a derrota do Plano implicava obviamente um prejuízo imediato do Orçamento. A Constituição é clara e a própria proposta de lei do Orçamento quanto a isso também o é; e nem se entenderia, de resto, que pudesse haver um Governo a gerir sem Plano.

Mas se isto é assim não admira que o Sr. Deputado António Guterres pareça ter-se esquecido deste pequeno pormenor ao afirmar, ao mesmo tempo, que coerentemente votava contra o Plano e não votava contra o Orçamento para permitir certos objectivos. Mas já admira mais que o Sr. Primeiro-Ministro tenha admitido essa hipótese como se fosse a mais favorável para o Governo, como se a falta da Lei do Plano não só lhe permitisse governar, mas lhe permitisse inclusivamente governar mais livremente, isento de quaisquer limitações.

Posto este intríktio, passarei à justificação do voto do PCP.

Votámos contra o Plano e o Orçamento, em primeiro lugar, porque eles constituem um propósito de assalto selvagem aos rendimentos e ao nível de vida dos trabalhadores, dos reformados, das camadas médias em benefício do grande capital nacional e estrangeiro.

Ao delimitar um tecto salarial de 18% quando a inflação vai ser certamente superior; ao prever aumentos ridículos para as pensões, que no final do ano estariam gravemente

reduzidas no seu poder de compra; ao reduzir as prestações da segurança social, como os subsídios de aleitação e de doença; ao instituir uma enorme sobrecarga fiscal sobre os trabalhadores, designadamente através do famigerado imposto extraordinário, que não poupa reformados, pensionistas e funcionários públicos; ao aumentar os impostos para a segurança social; ao elevar os impostos de transacções, agravando ainda mais o peso dos impostos indirectos sobre os impostos directos; ao propor isto e muito mais, este Governo de direita propunha-se acentuar o empobrecimento das classes laboriosas, fazer incidir sobre elas o peso principal da crise provocada pela política agravada de restauração capitalista, de reposição dos privilégios de uma minoria de senhores da finança e da terra.

A este propósito disse o Sr. Primeiro-Ministro que votar contra este Orçamento seria impedir o aumento dos vencimentos dos funcionários públicos, e de caminho referiu uma verba que é incorrecta, porque não é a proposta no Orçamento. Cabe aqui dizer que o modo de conferir aos funcionários públicos o aumento que merecem e a que têm direito é através de um novo Orçamento que lhes reconheça retroactivamente o direito a esses aumentos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Votámos contra o Plano e o Orçamento, em segundo lugar, porque se propunha meter na gaveta a Lei das Finanças Locais, desviar para o Estado receitas que legalmente lhes pertencem, evitar assim a normalização e consolidação do poder local. Ao propor-se, desse modo, sem escrúpulos, ignorar a Lei das Finanças Locais; ao solicitar uma série de autorizações em branco para alterar generalizadamente o sistema fiscal; ao desrespeitar várias disposições da lei sobre o regime orçamental; ao propor-se isto e muito mais, este Governo de direita, depois de ter infringido de forma flagrante todas as leis sobre o processo de elaboração dessas propostas (com evidente desrespeito pela Assembleia da República e pelo Conselho Nacional do Plano), mostrou assim claramente que para ele a legalidade democrática é apenas um *slogan* que serve, quando muito, como no caso da Reforma Agrária, de pretexto para acções de prepotente abuso de poder repressivo.

É certo que o Primeiro-Ministro afirmou aqui, e disse-o sem se rir, que votar contra este Orçamento era votar contra a aplicação da Lei das Finanças Locais, e que o modo de a fazer executar era precisamente votar este Orçamento. Isto é pura e simplesmente ridículo, porque este Orçamento prevê precisamente a não aplicação da Lei das Finanças Locais e o modo de a aplicar é rejeitar este Orçamento e exigir um Orçamento que a faça cumprir.

Aplausos do PCP.

Votámos contra o Plano e o Orçamento, em terceiro lugar, porque eles traduziam um projecto de política económica que conduziria ao aumento do desemprego, à travagem do crescimento económico, à ruína de inúmeras pequenas e médias empresas. Através da diminuição do mercado interno em consequência da contracção do poder de consumo privado e público; através da manutenção dos níveis altíssimos das taxas de juro e, portanto, das dificuldades de crédito; através do abaixamento das defesas alfandegárias perante as importações; através destes expedientes e muitos mais, este Governo de direita, promove a estagnação económica, o estrangulamento da pequena e média iniciativa privada e das empresas públicas, em benefício de um punhado de grandes empresas privadas exportadoras, dos intermediários e das multinacionais estrangeiras.

Votámos contra o Plano e o Orçamento, ainda, porque esses instrumentos, a pretexto de um proclamado equilíbrio orçamental das despesas e receitas correntes — aliás fictício e manipulado —, se traduziam na redução da generalidade das despesas sociais. Ao propor a redução das des-

pesas com a educação, os transportes, o ensino, a habitação, enquanto se elevam outras despesas sem justificação suficiente; ao propor, em contrapartida, aumentar desmesuradamente a punção fiscal sobre os rendimentos do trabalho enquanto se mantinha a evasão e a fraude fiscal dos ricos, ao propor isto e muito mais, este Governo de direita deixa ver que o mitificado equilíbrio do Orçamento corrente é apenas um pretexto para diminuir drasticamente o nível de vida dos trabalhadores e das classes médias em benefício da acumulação capitalista de um número reduzido de empresas e grupos privados.

Votámos contra o Plano e o Orçamento, também porque eles são expressão das opções e imposições dos centros de decisão, dos centros financeiros imperialistas. O facto de os objectivos do Plano serem a tradução dos objectivos sugeridos pelo Banco Mundial; o facto de os ditos técnicos do FMI terem tido acesso aos projectos da Lei do Orçamento antes da própria Assembleia da República e do povo português; o facto de ser evidente a marca do FMI na política de estagnação da economia portuguesa, tudo isto mostra que este Governo de direita não está em condições de defender a soberania nacional perante o imperialismo e a capacidade de serem os Portugueses, em Portugal, a decidir a política económica e os destinos do País.

Aplausos do PCP.

Votámos contra o Plano e o Orçamento, finalmente, porque este Plano e este Orçamento eram e são um retrato vivo e de corpo inteiro deste Governo de direita. E ao votarmos contra este Plano e este Orçamento dizemos um não rotundo à política de direita que eles exprimem e anunciam, e ao Governo da direita que a propunha e a pratica. Ao votarmos contra este Plano e este Orçamento damos voz ao gigantesco movimento popular contra este Governo. Não está em causa apenas um Plano e um Orçamento. O que estava em causa, como este debate mostrou, de resto, ao longo destes dias, era, a subsistência ou a rejeição do Governo que os apresentou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao longo de escassos meses de acção, este Governo excedeu as suas próprias ameaças no campo da mediocridade e da inépcia, da ilegalidade e da arbitrariedade, do reaccionarismo e da prepotência.

O Governo foi tão longe em certos sectores que algumas vezes pôs em dificuldade a sua própria base política de apoio. É certo que o Primeiro-Ministro nos brindou, no estilo modesto e corrente "que lhe granjeou a simpatia de todos os portugueses", com um auto-elogio do seu próprio Governo. Mas elogio em boca própria, diz o povo, é vitupério.

E é também certo que além do hino de louvor que o Sr. Deputado Lucas Pires entendeu dever prestar a este Governo, tem este também marcada para este fim de semana uma homenagem dos nacionalistas de Braga. Mas também certamente ninguém duvidará de que há apoios, homenagens e hinos que comprometem excessivamente.

Nascido à revelia de qualquer maioria desta Assembleia, hostil à maioria democrática do País, este Governo, apoiado no PPD e no CDS, em breve mobilizou contra si todas as forças democráticas activas na sociedade portuguesa, incluindo o PS, que o deixara passar na votação do Programa do Governo.

Baseado num anticomunismo fanático, numa animosidade feita de ódio pelos trabalhadores, num desprezo sobranceiro e arrogante pela Constituição da República e pela legalidade democrática este Governo tripudiou sobre os mais arreigados e profundos sentimentos populares e ameaçou subverter o próprio regime democrático-constitucional.

Intermediário dos interesses do grande capital e dos agrários, interlocutor atento, venerando e obrigado da CAP e da CIP, este Governo funcionou em muitos sectores como mero executivo dos grupos de pressão mais retrógrados da sociedade portuguesa e dos centros do imperialismo. Os

negócios de terras do Sr. Ferreira dô Amaral, os casos do Pão de Açúcar, da importação e distribuição da batata de semente, da concessão da zona de jogo de Tróia, para citar apenas os casos publicamente conhecidos, põem a nu o favoritismo escandaloso em benefício de grandes capitalistas e intermediários, em prejuízo do erário público, da moralidade da administração e da independência nacional.

Aplausos do PCP.

A política no sector da comunicação social, tentando transformar a televisão, a rádio e a imprensa nacionalizada em aparelho de propaganda do Governo, a política de repressão e de arbitrariedade sem limites no campo da Reforma Agrária, põem a nu a natureza prepotente, arbitrária e ilegal da acção deste Governo.

Este Governo ameaçou os fundamentos do regime democrático e da independência do País. As tiradas em louvor da democracia, do patriotismo "saudável" da recuperação económica, da "regeneração nacional", soam cada vez mais a trágica ironia. Espiritando as forças reaccionárias e neofascistas, abrindo caminho ao desfarrismo das forças do 24 de Abril, promovendo as ideias-força do antigamente, este Governo denegriu e achincalhou os valores do 25 de Abril e desacreditou a democracia portuguesa.

Este Governo está a mais no regime democrático-constitucional e é a prova provada de que um Governo que não só não suscita o apoio dos trabalhadores, mas, pelo contrário, concita a sua mais viva oposição, não é capaz de resolver nenhum dos problemas nacionais e antes os agrava e complica a todos. É igualmente a prova provada de que um Governo de direita, do grande capital contra os trabalhadores, acaba inevitavelmente por restringir ou tentar restringir as liberdades e a democracia para poder impor a sua política. É finalmente a prova provada de que um Governo sem apoio popular, que não consegue mobilizar senão a oposição generalizada contra si não está em condições de opor resistência aos ditames do FMI e, portanto, de defender a independência nacional.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Este Governo é a consumação agravada da política de direita iniciada anteriormente, acentuando todos os seus traços negativos e procurando levá-la até às últimas consequências.

O povo português tem agora à vista não só os resultados da política de restauração capitalista, mas também o que é um Governo de direita, um Governo do PPD e seus novos apêndices.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Plano e o Orçamento deste Governo não passaram. Ao Governo só resta a demissão.

A derrota deste Governo significa o *requiem* pela política de direita, pelas veleidades reaccionárias dos que pensaram poder rever e enterrar o regime democrático-constitucional, dos que imaginaram poder desmantelar pedra a pedra o 25 de Abril.

A derrota, sem dignidade e sem glória, deste Governo, desamparado pelos próprios progenitores políticos, mostra ainda que nenhum Governo pode vingar contra os trabalhadores, contra o sentir político maioritário deste país, contra a maioria democrática da Assembleia da República, contra a Constituição, contra o 25 de Abril.

Aplausos do PCP.

A derrota deste Governo traduz finalmente a derrota do Governo do PPD-Sá Carneiro...

Vozes do PSD: — Olhe que não!...

O Orador: — ..., do seu novo apêndice parlamentar e dos seus satélites extraparlamentares.

Os resultados da acção deste Governo são tão desastrosos para o País, e os seus propósitos, tal como expostos no Plano e no Orçamento, tão maus, que o PPD se assustou perante a vaga popular de descrédito que se levantaria contra si mesmo. Temendo pôr definitivamente em causa as suas ambições eleitorais, entrado o seu apoio ao Governo na fase dos custos crescentes, o PPD deixou afundar o seu Governo, tentando evitar o naufrágio conjunto. Fracassado o golpe desesperado do fim-de-semana passado, que procurava lançar o Governo para o regaço do Presidente da República, e para os ombros deste o peso do seu descrédito, o PPD abandona à sua sorte o Governo que criou e incentivou e ainda procura à última hora, numa montagem magistral, protestar que nada tem, nem nunca teve, a ver com tal Governo.

Mas este filicídio político não salva o PPD. A partir de agora, o povo português tem a imagem clara do que seria um Governo de direita. Se este Governo em três meses fez os estragos que fez, pode facilmente imaginar-se o que seria um Governo de legislatura com uma maioria de direita.

O PPD pode, pois, deixar sozinho o seu próprio Governo, tornado demasiado incômodo. Mas não pode enjeitá-lo, nem furtar-se às responsabilidades políticas pela acção que este desenvolveu e que o PPD apoiou.

O Governo Mota Pinto/PPD/Sá Carneiro...

Aplausos do PCP.

..., ficará como pedra negra, cuja imagem não será facilmente esquecida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há lições a tirar deste debate e desta votação. A derrota deste Governo mostra que vale a pena resistir, lutar e combater pelas conquistas de Abril e pela Constituição da República.

Aplausos do PCP.

A derrota deste Governo é a vindicação da heróica resistência dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Aplausos do PCP.

Da luta dos trabalhadores dos TLP e de tantas outras empresas, da acção dos intelectuais, jornalistas e restantes trabalhadores dos órgãos de comunicação social do Estado.

Aplausos do PCP.

Enfim, de todos aqueles que de norte a sul do País, em poderosas manifestações nas últimas semanas, exigiram a demissão deste Governo.

Aplausos do PCP.

A derrota deste Governo não significa a abertura de qualquer crise. A crise nunca foi fechada e este Governo apenas a prolongou.

Vozes do PCP: – Muito bem!

O Orador: – Não votámos este Governo e sempre lhe manifestámos a nossa oposição, utilizámos contra ele todos os meios democráticos e constitucionais de oposição, dissemos e tornámos claro que este Governo não resolveria nenhum dos problemas deste país, a começar pela crise governamental.

A derrota deste Governo significa, pois, e finalmente, que há forças e condições sociais para a constituição de uma alternativa democrática a este Governo. Mas se não for possível encontrar a alternativa governamental sem o recurso a eleições, então há mesmo que recorrer ao sufrágio popular. A direita será mais uma vez derrotada, as ambições da direita não se concretizarão. As dúvidas que pesam sobre o regime democrático não se confirmarão.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: – Para declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): – Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal precisava, como de pão para a boca, e um Orçamento Geral do Estado aprovado neste Parlamento; o CDS disse-o desde o princípio e bateu-se por isso; o que era indispensável não foi, porém, conseguido; o País e a Democracia não o mereciam e os Portugueses reprová-lo-ão aos partidos e Deputados que não tiveram a coragem nem a clarividência de votar a favor.

Aplausos do CDS.

Portugal é um país em que já está tudo dito.

O que era preciso era fazer alguma coisa de novo. Não se conseguiu.

“Já foram ditas todas as palavras sobre a salvação de Portugal — só falta salvar Portugal”.

Aplausos do CDS.

Estas palavras de Almada Negreiros ganharam hoje novo sentido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A grande conclusão a tirar de todo este debate é a de que o sistema político-económico em que o nosso país se encontra submerso está totalmente bloqueado, não tem qualquer hipótese de auto-regeneração e está por isso em vias de ruptura.

O Governo apresentou-se a esta Assembleia e perante os partidos políticos de uma forma digna, serena, competente e verdadeira... *Aplausos do CDS.*

... procurando pôr em clara evidência a verdade dos factos, fundamentando as suas afirmações numa análise séria e objectiva da realidade.

De resto, só veio corroborar a opinião que lhe expressámos na investidura quando não rejeitámos o seu Programa.

Enquanto o III Governo era mais contra os partidos do que contra o Partido Comunista, o IV Governo inverteu a situação.

Vozes do CDS: – Muito bem!

O Orador: O exemplo da sua dignidade mostra que vale a pena combater o Partido Comunista.

Aplausos do CDS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): – Vê-se, vê-se!

O Orador: – É evidente que se as propostas do Governo padecem de certas vicissitudes, que não podem ser menosprezadas, e que não contêm, consequentemente, todos os ingredientes que permitissem relançar definitivamente um novo sistema económico, isto é, um sistema de economia social de mercado, também é certo que apresentavam contudo um interesse manifesto em esclarecer a verdade dos factos e permitir daí tirar algumas ilações e formas de actuação positivas, no sentido da recuperação e transformação económicas.

Convém referir que o CDS, já há cerca de quatro anos, após o golpe de 11 de Março, afirmou expressamente, ao declarar-se na oposição, que não estava apenas em desacordo com o ritmo, mas sobretudo com o sentido da Revolução.

Tal como nessa altura, também agora o reafirmamos: não estamos só em desacordo com a gestão do sistema económico mas com o próprio sistema económico tal como ele se encontra estruturado e que o Partido Comunista defende à outrance para que não tenhamos, para que o povo português não tenha quaisquer dúvidas sobre qual é a origem dos nossos males e dificuldades.

Aplausos do CDS.

Na realidade, aquilo a que se tem assistido, por intermédio das interferências marxistas e paramarxistas, tem sido a destruição sistemática e profunda da sociedade portuguesa, em benefício de interesses inconfessáveis, que nada têm a ver com a profundidade do pensamento português e com Portugal.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Na nossa primeira intervenção neste debate perguntámos ao Governo se reconhecia que na base do problema económico de Portugal existia um problema político.

O debate e a votação final demonstraram que o problema político não é mirífico e existe de uma forma efectiva e profunda.

O CDS apresentou-se neste debate com a clara convicção de que a resolução da crise nacional passa pela adesão a um sistema de economia de mercado, não admitindo, portanto, que vias marxizantes ou comunizantes sejam solução para este país.

Não viemos discutir os pormenores do Orçamento e do Plano apresentados pelo Governo mas viemos, ao invés, face à análise da actual situação, propor, de forma objectiva, uma filosofia económica inteiramente nova, eficaz e adaptada à consciência e ao sentir do povo português.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Identificámos e anunciámos os principais bloqueios do sistema, advertimos quanto aos perigos de ruptura iminente e propusemos soluções viáveis, que nos identificam como uma força política responsável e solidária com a Nação Portuguesa.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Essas propostas constituem o processo de transição de uma sociedade anárquica e empobrecida para uma sociedade livre e próspera, num sistema económico do tipo euro-português.

Risos do PCP.

Fica claramente expressa a nossa posição; viemos contestar o sistema económico e propor a sua radical transformação. E fizemo-lo com simplicidade e clareza, sem buscar o sensacionalismo fácil.

A provar este facto está a reacção inóqua dos diversos partidos representados nesta Assembleia, que, perante propostas objectivas apresentadas pelo CDS, visando os primeiros passos de uma reformulação integral do sistema económico, se quedaram passivos, amorfos e totalmente incapazes de articular qualquer reacção.

O povo português julgará esta passividade e esta incapacidade pelo que certamente responsabilizará não só aqueles que contribuíram para destruir o nosso país, como também aqueles que se revelaram incapazes de perceber Portugal e construir modelos válidos para a sua recuperação e integração no mundo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por iúdo o que foi dito, o CDS votou favoravelmente na generalidade as leis do Orçamento e do Plano propostas pelo IV Governo Constitucional sem prejuízo das múltiplas propostas de emenda e de aditamento que apresentou para serem discutidas na especialidade.

Esta nossa posição radica-se exclusivamente em razões de puro interesse nacional.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não temos a melhoria das verbas destinadas às finanças locais, nem pouco nem muito, nada....

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ... não haverá cobertura do *deficit* das regiões autónomas, nem pouco nem muito, nada; não há aumentos para os funcionários públicos, nem pouco nem muito, nada;...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Vítor Louro (PCP): — É o dilúvio!

O Orador: — ...não há aumentos das pensões de reforma e de aposentação, nem pouco nem muito, nem nada.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Portugal continua adiado! E os Portugueses continuarão a sofrer.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Um plano é um projecto de vida colectiva para uma sociedade; um orçamento é a expressão quantificada desse projecto e é através deste que se afere em larga medida da viabilidade daquele. O Plano e o Orçamento que o IV Governo trouxe à apreciação desta Assembleia não exprimem o nosso projecto, pela simples e decisiva razão de que o Governo Mota Pinto também não é, e nunca foi, o nosso Governo.

Risos do PS.

Todas as etiquetas "PPD", que alguns habilidosamente quiseram colar a este Governo — e ainda há poucos momentos o Sr. Deputado Vital Moreira reincidiu nessa atitude — caíram, de vez, na votação que acaba de ter lugar nesta Câmara, diante dos olhos daqueles que ainda porventura se não teriam apercebido de que se tratava de rotulagens abusivas, fruto da má fé evidente do PCP, permanentemente empenhado na calúnia, no insulto, e na contra-informação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O PSD acaba de abster-se na votação das propostas governamentais, tanto no que se refere ao Plano como ao Orçamento. Outro não poderia ter sido, coerentemente, o comportamento político desse grande partido responsável e democrático que é o PSD, permanentemente atento, agora como sempre, ao interesse nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi, com efeito, uma vez mais, o interesse nacional que ditou o sentido do voto dos sociais-democratas com "coragem e clarividência", para usar uma expressão grata ao Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Lá isso é verdade!

O Orador: — ... e sem a mínima cedência a qualquer tipo de aproveitamento partidário da actual conjuntura política. O Plano e o Orçamento apresentados pela proposta governamental continham fundamentalmente, como já foi dito numa das últimas intervenções da minha bancada, quatro grandes opções: a adopção do princípio do equilíbrio do orçamento corrente; a fixação do montante máximo de aumento salarial, previsto para o ano em curso, em 18%; estabelecimento de um pesado imposto extraordinário, incidindo sobre os rendimentos do trabalho; o faseamento da aplicação da Lei das Finanças Locais, em moldes nalguns aspectos injustos e bloqueadores da actuação dos órgãos

autárquicos, em termos de capacidade imediata de investimentos, sobretudo por parte das câmaras municipais.

Trata-se de quatro aspectos fundamentais do travejamento da proposta orçamental do Governo, as quais, no seu conjunto, recortam o perfil de um projecto político, assente numa certa visão da realidade portuguesa e num certo modelo de solução a curto prazo que não podemos perfilar.

Contrariamente ao que o Sr. Primeiro-Ministro afirmou, no OGE não há redução, há aumento de despesas. Não há verdadeira austeridade. As despesas aumentam em 55 milhões e 575 mil contos, o que representa um quarto do total das despesas do OGE.

Insistimos em que a austeridade do nosso país tem de passar pela redução das despesas públicas. Não se comprehende que num Orçamento que se diz de austeridade haja aumento de despesas de 47% para o Conselho de Revolução e de 64,3% para a Presidência da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sí concordamos abertamente com a primeira dessas opções — a do respeito pelo princípio do equilíbrio do orçamento corrente, como também já foi referido —, não aceitamos, desligada de toda a componente correctora de um conjunto de políticas especiais que não surgem na proposta do Governo, a da fixação pura e simples do aumento salarial em 18%.

Discordamos ainda, frontalmente, da 3.^a e 4.^a opções referidas: a do estabelecimento de um imposto extraordinário, incidindo sobre os rendimentos do trabalho e a de um faseamento da aplicação da Lei das Finanças Locais nos termos preconizados pelo Governo. Entendemos que esses termos não asseguram, em primeiro lugar, uma suficiente e indispensável igualização de situações às autarquias do País, mantendo as graves distorções existentes, que foram introduzidas durante o I e o II Governos Constitucionais através dos critérios político-partidários e de puro compadrio, que presidiram largamente à atribuição de comparticipações nesse período da vida política nacional.

Pensamos, ainda, que o faseamento da aplicação da Lei das Finanças Locais, nos moldes em que é proposto pelo Governo, não assegura, tão-pouco, às autarquias aquela capacidade mínima de actuação, em termos de investimento, que é condição indispensável à existência e funcionamento de uma autêntica democracia local.

Em todas as matérias apresentámos propostas, nuns casos de eliminação, noutras de substituição ou aditamento, na esperança que se revelou infundada de que o Governo, acreditando ao seu espírito, porventura as acolhesse, alterando, nestes aspectos fundamentais, e para nós decisivos, o seu projecto de futuro imediato para Portugal e para os Portugueses.

Isso não veio a acontecer. Tal como consta de uma proposta de aditamento, que em tempos apresentámos, se entendemos que se justifica a fixação de um tecto salarial compatível com as restantes opções para 1979 e resultante de um acordo social global e enquadrado numa política de endimentos coerente, exigiríamos que essa opção tivesse simultaneamente em conta vários e importantes aspectos da política social que aqui foram referidos já pelo meu companheiro de bancada Francisco Sá Carneiro para, assim, poderem ser evitadas graves injustiças, sobretudo para com os mais desfavorecidos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Apontámos igualmente por forma inequívoca para a eliminação do imposto extraordinário, que o Governo pretendeu lançar, sobre o rendimento do trabalho, e considerarmos de todo inaceitável essa forma de financiamento, quando existem outros meios de equilíbrio do

Orçamento, designadamente o de reduzir as despesas, a que seria possível lançar mão, sem exagerado esforço de imaginação.

A importância destas questões, como se vê, ultrapassa a esfera da mera discussão na especialidade. São questões de fundamental importância que afectam profundamente os interesses legítimos de largas camadas da população, em risco de se verem irreparavelmente lesados.

Não se trata de questões pontuais ou de pormenor. Trata-se, pelo contrário, de verdadeiras questões de fundo, reveladoras, a nível de soluções, de uma óptica, em muitos aspectos clara e inconciliavelmente divergente da nossa, porque estatizante e centralizadora, e que, consequentemente, não poderíamos subscrever. É em coerência com este juízo de valor que o PSD definiu o seu voto que foi de abstenção. De abstenção e não de absoluta rejeição da proposta governamental, porque entendemos que, sse é certo que são para nós inaceitáveis aquelas soluções atrás referidas, o mesmo não acontece seguramente em relação a outras que constam da referida proposta, as quais integram perspectivas e soluções com que nos identificámos.

Politicamente não podemos também deixar de situar e analisar a proposta do Governo dentro do contexto que representa o quadro conjuntural da vida do País em que a mesma é apresentada. Quadro em que uma maioria chamada de "esquerda", constituída pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista — este sobretudo após o seu último Congresso — se revelou nesta Assembleia claramente empenhada em montar e fazer actuar uma força parlamentar de piquete, permanentemente bloqueadora da acção do Executivo.

Risos do PS.

Em áreas da vida nacional tão importantes e fundamentais para a vida democrática como são as da comunicação social e da política agrária sucedem-se a outras níveis as ameaças e as tentativas de obstrução à aplicação das leis democraticamente votadas; concomitantemente, regressa-se a um certo clima de acções do tipo PREC, desencadeadas pelo Partido Comunista, enquanto vemos o Conselho da Revolução, sem a mínima legitimidade para o efeito, arvorar-se abusivamente em fiscal da acção do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tudo isto perante a apatia ou a frouxidão do Presidente da República, que não manifesta pela forma clara, firme e inequívoca que seria de exigir-lhe o apoio a um Governo que ele próprio concebeu e é da sua exclusiva responsabilidade. Este quadro não é risonho nem permite augurar longa vida a um Executivo que não dispõe de maioria parlamentar de apoio e se funda, tão-somente, naquela decisão presidencial que lhe deu origem e que não chega a saber-se ao certo se se mantém ou com que força se mantém.

Os Portugueses sentem cada vez mais a necessidade de estabilidade, mas não confundamos as pessoas — não é possível a estabilidade de um país em que na Assembleia da República impera a "maioria de esquerda";

Risos do PS e do PCP.

O Governo presidencial não tem o apoio maioritário parlamentar e nem sequer se sabe se tem o apoio do Presidente da República.

O Sr. Francisco Vidal (PS): — Vocês são golpistas!

O Orador: — Enquanto o *robot* da actual chamada "maioria de esquerda" existir e funcionar como está a acontecer ultimamente...

Vozes de protesto do PS.

... nenhum Governo poderá funcionar em moldes de execução fiel e rigorosa das leis da República e do fomento e criação de condições democráticas estruturais, favoráveis ao funcionamento normal dos serviços públicos, ao prestígio das instituições democráticas e à implantação de um verdadeiro Estado de direito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Isso já é velho!

O Orador: — Uma situação deste tipo conduz a que as soluções para a vida nacional que o povo português impulsiona exige, cada vez com mais veemência e desespero, não são possíveis, com este ou outro qualquer Governo, enquanto subsistirem as condições de bloqueamento que referimos.

Este facto não podia deixar de ser tido em conta pelo PSD, coerentemente com a linha política que, muito claramente, vem definindo...

Risos do PS.

... ao apreciar o Plano e o Orçamento inserindo-o numa perspectiva política global e formulando um consequente juízo sobre a viabilidade da sua execução. Voto de abstenção que recusa alinhar os sociais-democratas com os propósitos desestabilizadores de partidos como o PCP, exprimindo, concomitantemente com um franco desacordo em relação a alguns aspectos fundamentais da proposta governamental do Plano e Orçamento, que atrás se referem, a convicção de que, para o PSD, a solução democrática e necessária da gravíssima crise nacional que atravessamos, e se arrasta de Governo em Governo, assenta na falta de verdade de uma definição eleitoral, que hoje já não tem a menor correspondência com a realidade e afasta, cada vez mais e por forma alarmante, muitos portugueses das suas instituições.

Protestos do PS.

Tudo isto exigiria que o Governo, dando ouvidos às críticas justas que formulámos, que atrás se enunciou e há muito lhe apresentámos, reformulasse a sua proposta prosseguindo um diálogo que afirmou desejar e, pelos vistos, recuso.

Não o quis fazer o Governo e daqui decorre, lógica e necessariamente, o sentido do nosso voto, que é ao mesmo tempo de desacordo com os pontos fundamentais que referimos, e de recusa de alinhamento em acções de desestabilização da vida política nacional.

Dir-se-ia que poderíamos ter votado a favor do Plano e do Orçamento e procurar introduzir as alterações que preconizamos na especialidade. Mas o Primeiro-Ministro declarou expressamente que se for retirado o imposto extraordinário e exigir a aplicação integral da Lei das Finanças Locais, o Governo se demitiria.

Perguntámos claramente ao Governo, logo no início do debate, se a não aprovação do Orçamento e do Plano conduziria à sua demissão. Repetimos a pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro. A resposta não foi clara, se bem que a pergunta o tivesse sido. Não foi nossa intenção neste debate votar contra o Governo, como não foi nossa intenção provocar a sua queda.

Risos do PS e do CDS.

Se o Governo se vier a demitir, tal será da sua exclusiva responsabilidade.

Risos do CDS.

Por isso responderá perante o País.

O Sr. Presidente: — Para declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Gomes.

O Sr. Sousa Gomes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao contrário do tom apaixonado, retórico e inflamado das declarações de voto dos outros partidos, a declaração de voto do Partido Socialista pretende deliberadamente ser desdramatizante, serena e objectiva. Passaremos de largo sobre as provocações de outros partidos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — No entanto, não podemos deixar de salientar que é de todo inadmissível que, por exemplo, o PSD pretenda agora atribuir a outros as consequências dos actos políticos que ele próprio pratica.

Aplausos do PS e do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As propostas de lei das grandes opções do Plano para 1979 e do Orçamento Geral do Estado, apresentadas pelo IV Governo Constitucional à Assembleia da República, consubstanciam uma filosofia política e económica que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera inadequada, mal fundamentada e incapaz de dar resposta aos problemas essenciais da economia portuguesa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra a aprovação da proposta de lei das grandes opções do Plano para 1979 tendo em conta, justamente, uma apreciação qualitativa desapaixonada, mas crítica e objectiva. E porquê? Porque tal proposta não fornece um diagnóstico concreto e correcto sobre a caracterização da economia portuguesa, nomeadamente sobre os problemas de carácter estrutural que condicionam a evolução possível da nossa economia, sobre as dificuldades conjunturais externas e internas e sobre a própria capacidade de se articular com uma estratégia de superação das actuais dificuldades de fundo com que se defronta a sociedade portuguesa; porque revela também uma total inadequação das soluções que formula para a política económica e financeira a prosseguir neste ano; porque não define nem compatibiliza as políticas globais que lhe estão subjacentes....

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e, finalmente, porque a referida proposta de lei não fornece um quadro coerente e consistente das principais medidas de política que deveriam suportar as formulações desarticuladas que produziu.

A consequência da aplicação de tal política seria a deterioração inaceitável da situação económica portuguesa, como seria o caso do crescimento nulo que resultaria das concretização das propostas de lei apresentadas pelo Governo; da pauperização forçada a que conduziria a aplicação da política de rendimentos do mesmo, designadamente no que se refere à fixação de um tecto salarial de 18%, e como seria também o caso do brutal aumento de desemprego para grande número de portugueses, a ser materializado no padrão de crescimento proposto na proposta de lei do Governo.

O Partido Socialista foi, desde o primeiro momento, um oposição firme e coerente a este Governo, tal como ficou definido com o nosso voto no acto da sua investidura na Assembleia da República. Mas como então sublinhámos não pretendemos inviabilizar as soluções políticas sem dispormos de contrapartidas, elas próprias viáveis. Assim, não obstante discordarmos da filosofia subjacente à política financeira e orçamental que o Governo prescreve no Orçamento, decidiu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista abster-se na votação na generalidade da proposta de lei Orçamento, sem prejuízo das propostas de alteração p fundas que formulámos e, oportunamente, entregámos à Mesa desta Assembleia.

Com essas propostas de alteração seriam, a nosso ver, introduzidas as correções que reputamos indispensáveis à correção de fundo que se impunha às propostas de

que consideramos intoleráveis, sobre os rendimentos do trabalho relativos ao 13.º mês.

As propostas de alteração ao Orçamento apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista expressavam ainda uma orientação de favorecer o equilíbrio do orçamento corrente através da conjugação de medidas de contenção e racionalização das despesas não justificadas e de oneração fiscal mais equilibrada.

Finalmente, a posição do voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve subjacente a qualidade e a fundamentação das propostas de lei do Plano e do Orçamento apresentadas pelo IV Governo Constitucional, que não tiveram mérito para alterar a posição clara de oposição do meu partido, assumida, como já disse, no próprio acto da investidura parlamentar deste Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaríamos de deixar expressa a ideia de que não partilhamos que fosse possível — nem útil — a votação conjunta das propostas de lei do Orçamento e do Plano sem nos pronunciarmos, de momento, sobre as consequências políticas implícitas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acredita nas virtualidades da própria democracia — que exigem critérios e verdade nos veredictos políticos —, e, por isso, não tendo apoiado a investidura deste Governo, considerou que a sua posição de voto quanto às propostas de lei do Plano e do Orçamento fossem ditadas por uma linha clara e transparente de conduta política do nosso partido e por motivações de interesse nacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista não subscreve as análises de catástrofe aqui produzidas por representantes de outros partidos na sequência dos resultados da votação deste Orçamento e deste Plano.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista prosseguirá a sua luta para que seja possível encontrar soluções válidas de progresso político no quadro democrático da sociedade portuguesa. E está pronto — como, aliás, sempre esteve — a assumir as responsabilidades que se tornem necessárias para a resolução da actual crise política ...

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... para a qual, de resto, não contribuiu.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista — é bom lembrá-lo — é fiel aos valores democráticos e aos princípios constitucionais ...

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — ..., princípios esses que defenderá para que a crise seja superada.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, face ao resultado da votação, resta-me anunciar-lhes que a pró-

xima reunião terá lugar na terça-feira, dia 27, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: apreciação das ratificações n.ºs 41/I, 49/I, 50/I, 53/I, 54/I, do projecto de lei n.º 134/I e votação final global dos projectos de lei n.ºs 92/I e 95/I.

Está encerrada a sessão.

Eram 0 horas e 15 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo Fernando de Carvalho.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Barros dos Santos.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Fernando Marques Ribeiro Reis.
 António Jorge Moreira Portugal.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Carlos Alberto Andrade Neves.
 Carlos Justino Luis Cordeiro.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Edmundo Pedro.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Etelevina Lopes de Almeida.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Tavares Loureiro.
 Florival da Silva Nobre.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco António Marcos Barracosa.
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jaime José Matos da Gama.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim José Catanho de Meneses.
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José Ferreira Dionísio.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Alfredo Cardoso Monteiro.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Francisco Costa.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.

Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Telmo Ferreira Neto.
 Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 António Manuel Barata Portugal.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 Francisco M. L. de Sá Carneiro.
 João Manuel Ferreira.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Alberto Ribeiro.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior
 José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Maria Rita S. de Almeida P. M. L. Vidal.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Pedro Manuel Cruz Roseta.
 Rúben José de Almeida Raposo.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Basílio Adolfo Mendonça Horta da Franca.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João Lopes Porto.

José Cunha Simões.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luís Esteves Ramires.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos H. S. Aboim Inglês.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge de O. Aires Rodrigues.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Social-Democrata (PSD)

António das Neves Costa.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 Eduardo José Vieira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.

Centro Democrático Social (CDS)

Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
 Luís Anibal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.

Independentes

Carlos Galvão de Melo.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, José Pinto.

PREÇO DESTE NÚMERO 25\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA